

UNICAMP  
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS  
IEL-Instituto de Estudos da Linguagem  
Departamento de Linguística

A PONTUAÇÃO NA GRAMÁTICA: LUGARES DA CONTRADIÇÃO

Tese de Doutorado

Josefa Gomes de Farias

Orientadora: Professora Doutora Mônica G. Zoppi-Fontana

Campinas  
2009

UNICAMP  
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS  
IEL-Instituto de Estudos da Linguagem  
Departamento de Linguística

A PONTUAÇÃO NA GRAMÁTICA: LUGARES DA CONTRADIÇÃO

Tese de Doutorado

Josefa Gomes de Farias

Tese de doutorado apresentada ao Instituto de Estudos da Linguagem, Departamento de Linguística da Universidade Estadual de Campinas, como parte dos requisitos para a obtenção do grau de doutor em Linguística.

Orientadora: Professora Doutora Mônica G. Zoppi-Fontana

Campinas  
2009

## Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca do IEL - Unicamp

Farias, Josefa Gomes de.

A pontuação na gramática: lugares da contradição / Josefa Gomes de Farias. -- Campinas, SP : [s.n.], 2009.

**F225p**

Orientador : Mônica Graziela Zoppi-Fontana.

Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem.

1. Gramática. 2. Sujeito. 3. Pontuação. 4. Discurso. I. Zoppi-Fontana, Mônica Graziela. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Estudos da Linguagem. III. Título.

tjj/iel

Título em inglês: The punctuation of the Grammar: the place of contradictions.

Palavras-chaves em inglês (Keywords): Grammar; Subject; Punctuation; Speech.

Área de concentração: Linguística.

Titulação: Doutor em Linguística.

Banca examinadora: Profa. Dra. Mônica Graziela Zoppi-Fontana (orientadora), Profa. Dra. Carmen Lucia Hernandez Agustini, Profa. Dra. Carolina Rodriguez Zuccolillo, Profa. Dra. Mariângela Peccioli Galli Joanelho, Profa. Dra. Suzy Maria Lagazzi –Rodrigues.

Data da defesa: 27/02/2009.

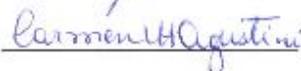
Programa de Pós-Graduação: Programa de Pós-Graduação em Linguística.

**BANCA EXAMINADORA:**

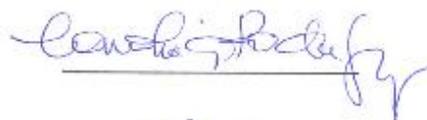
Mônica Graciela Zoppi Fontana

  
\_\_\_\_\_

Carmen Lúcia Hernandez Agustini

  
\_\_\_\_\_

Carolina Maria Rodriguez Zuccolillo

  
\_\_\_\_\_

Mariângela Peccioli Galli Joanilho

  
\_\_\_\_\_

Suzy Maria Lagazzi Rodrigues

  
\_\_\_\_\_

Luiz Francisco Dias

\_\_\_\_\_

Mônica Oliveira Santos

\_\_\_\_\_

Sheila Elias de Oliveira

\_\_\_\_\_

## Resumo

O presente trabalho pretende analisar o discurso da gramática, buscando perceber qual o modelo de língua ali construído, a imagem de sujeito usuário da gramática e produtor de linguagem e o lugar de enunciação criado para esse sujeito. Como lugares de enunciação, compreendem-se os lugares sociais do dizer estabelecidos para o sujeito, que definem as possibilidades de dizer e para quem dizer. No discurso gramatical, a língua, em relação à maioria dos conteúdos da gramática, é instrumento eficaz de comunicação, capaz de prever todos os sentidos possíveis; para a gramática, pontuação é instrumento falível, suscetível de ambiguidade, ambivalência, inexatidão. Perceber essas possibilidades presume um conhecimento de textualização que vai além da alfabetização, pressupõe letramento, objetivo principal do processo de escolarização.

Assim, buscar-se-á observar como se dá, no que se refere à pontuação, esse reconhecimento de uma ambiguidade constitutiva da relação do sujeito com a linguagem, possibilitando-o pontuar, marcando um estilo pessoal. Desse fato, pode-se pensar que a Formação Discursiva do sujeito gramático constrói uma posição-sujeito heterogênea na sua constituição, que, na percepção da impossibilidade de prever todos os usos possíveis da língua, recorre ao recurso da subjetividade, deixando ao sujeito produtor de linguagem a função de escolher a saída mais conveniente ao seu estilo pessoal de escrever. Assim, pode-se interpretar que, para a gramática, a língua não falha; a pontuação, contudo, é falível na medida em que não dá conta de todos os usos possíveis.

Consideramos, para fim de análise, dois modelos de gramática: o teórico, usado como referência para o estudo da língua portuguesa, que comenta e explica a língua; e o de divulgação, baseado na descrição da norma. No primeiro grupo, estão inseridas a *Moderna Gramática Portuguesa*, de Evanildo Bechara, a *Gramática da Língua Portuguesa*, de Celso Cunha e Lindsey Cintra, e a *Gramática Normativa da Língua Portuguesa de Rocha Lima*; no segundo grupo inserem-se a *Gramática Metódica da*

*Língua portuguesa* de Napoleão Mendes de Almeida, *Nossa Gramática. Teoria e Prática* de Antônio Sacconi e *A Gramática- como se aprende uma língua*, de A. de Sampaio Dória. As gramáticas de referência são assim classificadas por se ocuparem da teorização sobre a língua em consonância com a sua normatização; as gramáticas pedagógicas são as elaboradas para serem instrumentos de ensino-aprendizagem “da língua (nacional e oficializada).” (Agustini:1999:119)

Sustentarão as reflexões propostas e o modo de análise apresentado a Semântica Histórica da Enunciação e sua relação com o Projeto História das Idéias Linguísticas no Brasil ; a AD e sua concepção de sujeito.

Palavras-chave: Gramática, sujeito, pontuação, discurso.

## Summary

The present work searches to see how to have in the speech of the grammar the perception concerning the language, the image of subject usuary of the grammar and producer of language, and the place of enunciation created for this subject. As places of enunciation means the social places of saying established for the subject, that defines the possibilities to say and who to say. In the grammatical speech, the language, in relation to the majority of the contents of the grammar, is efficient instrument of communication, capable to foresee all the possible directions; for the grammar, punctuation is instrument fallible, susceptible of ambiguity, ambivalence, inexactness To perceive these possibilities presumes a textual knowledge that goes beyond the alphabetization, estimates lettered, main objective of the school process.

Thus, one will search to observe that, when is mentioned to the punctuation, it has in the grammar, the recognition of a constituent ambiguity of the relation of the subject with the language, what it takes him to punctuate marking a personal style. One gives credit, still, that of the Discursive Formation consisting of the “discursividade” (act of discoursing) of the subject grammarian build one position-subject heterogeneity that in the impossibility to describe all of de language case, recorre to the subjectivity of language to ...

We consider, for analysis end, two models of grammar: the theoretician, used as reference for the study of the Portuguese language, that comments and explains the language; and of spreading, based on the description of the norm. In the first group are inserted *Moderna Gramática da Língua Portuguesa*, of Evanildo Bechara, the *Gramática da Língua Portuguesa*, of Celso Cunha and Lindsey Cintra, and the *Gamática Normativa da Língua Portuguesa of Rocha Lima*; in the second group are inserted *Gramática Metódica da Língua Portuguesa* of Napoleão Mendes de Almeida, *Nossa Gramática- Teoria e Práqtica*, of Antonio Sacconi and *A gramática. Como se aprende a língua*, of Sampaio Dória. The reference grammars are classified by occupying of the process of making theory on the language in accord with its process of making norm; the pedagogical grammars are the elaborated to be instruments of teach-learning “of the language (national and officialized).” (Agustini: 1999: 119)

Will support the reflections proposals and the presented way of analysis the Historical Semantics of the Enunciation and its relation with the Projeto História da Idéias Lingüísticas no Brasil; the AD and its conception of subject.

Key-word: grammar, subject, punctuation,

Aos meus filhos Gabriel e Lavínia.  
Aos meus pais e irmãos.

## QUESTÃO DE PONTUAÇÃO

Todo mundo aceita que ao homem  
cabe pontuar a própria vida:  
que viva em ponto de exclamação  
(dizem: tem alma dionisíaca);

viva em ponto de interrogação  
(foi filosofia, ora é poesia);  
viva equilibrando-se entre vírgulas  
e sem pontuação (na política):

o homem só não aceita do homem  
que use a só pontuação fatal:  
que use, na frase que ele vive  
o inevitável ponto final.

(MELO NETO, João Cabral de.  
Museu de tudo e depois. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1988.)

## AGRADECIMENTOS

Em especial, a minha orientadora Mônica pela infinita paciência e solidariedade, pelo esforço e dedicação na leitura atenta do texto e nas indicações fundamentais para o desenvolvimento do trabalho.

Aos amigos que me apoiaram nos momentos difíceis, em especial às amigas Elizabeth Luft e Cássia Regina, pela leitura do texto e a Berenice, pela formatação.

Às amigas Laura e Marlete pelo carinho e companheirismo.

A Deus, única força que faz cada dia ter sentido.

Às professoras Carmem Lúcia Agustini e Claudia Pfeifer, pelas orientações fundamentais dadas na qualificação.

Ao CNPq pela concessão da bolsa de estudos.

A todos os professores do IEL, que me ajudaram a construir o que sei e a organizar esse saber em texto.

## SUMÁRIO

<b>CAPÍTULO 1</b> .....	<b>1</b>
1. Introdução.....	1
1.1. Sobre o corpus .....	4
1.1.1. O critério de escolha das gramáticas .....	7
<b>CAPÍTULO 2</b> .....	<b>11</b>
2. A escrita, a gramática e a pontuação .....	11
2.1. O surgimento da escrita .....	11
2.2. A escrita e sua constituição como instrumento linguístico.....	15
2.3. A escrita e sua relação com a oralidade.....	16
2.4.1 Histórico do surgimento da pontuação .....	28
2.4.2. A pontuação hoje .....	29
2.5. A pontuação nas gramáticas brasileiras.....	36
2.7. A pontuação no presente trabalho .....	43
2.7.1. Objetividade X Subjetividade.....	46
2.7.1.1. A subjetividade na filosofia .....	46
2.7.1.2. A subjetividade na linguagem.....	48
<b>CAPÍTULO 3</b> .....	<b>51</b>
3. A gramática, a noção de norma , regra e a pontuação .....	51
3.1. A gramática normativa.....	51
3.2. A noção de norma .....	52
3.3. A noção de regra .....	53
<b>CAPÍTULO 4</b> .....	<b>55</b>
4. Quadro teórico.....	55

4.1. O projeto História das Idéias Linguísticas .....	55
4.1.1. As gramáticas e os dicionários na História das Ideias Linguísticas.....	57
4.1.2. Políticas linguísticas .....	60
4.1.3. Linhas de pesquisa do projeto História das Ideias Linguísticas .....	61
4.2. Análise do discurso .....	63
4.2.1. O discurso, o texto e a memória discursiva .....	65
4.3.2. O interdiscurso .....	79
4.3.3. Os espaços da enunciação .....	80
<b>CAPÍTULO 5 .....</b>	<b>85</b>
5. Apresentação da análise .....	85
5.1. A busca pela clareza e ideal de completude da língua .....	88
5.1.1. Moderna Gramática Portuguesa de Evanildo Bechara.....	88
5.1.2. Nova Gramática do Português Contemporâneo de Celso Cunha e Lindley Cintra.....	91
5.1.3 Gramática Normativa de Rocha Lima .....	98
5.1.4. Gramática - como se Aprende a Língua de A. de Sampaio Dòria .....	103
5.1.5. Gramática Metódica da Língua Portuguesa de Napoleão Mendes de Almeida .....	108
5.1.6. Nossa Gramática - Teoria e Prática de Luiz Antonio Sacconi .....	113
5.2. A pontuação e o ideal de criatividade na língua: sujeito discursivo .....	117
5.2.1. Moderna Gramática Portuguesa de Evanildo Bechara.....	117
5.2.2. Nova Gramática do Português Contemporâneo de Celso Cunha e Lindley Cintra. 122	
5.2.3. Gramática Normativa de Rocha Lima .....	125
5.2.4. Gramática - como se Aprende a Língua de A.de Sampaio Dòria.....	127
5.2.6. Nossa Gramática - Teoria e Prática de Luiz Antonio Sacconi .....	131
<b>CAPÍTULO 6 .....</b>	<b>135</b>
6. Considerações finais .....	135

BIBLIOGRAFIA ..... 141

# CAPÍTULO 1

*Todas as cousas que há neste mundo  
Têm uma história  
Excepto estas rãs que coaxam no fundo  
Da minha memória  
(Fernando Pessoa)*

## 1. Introdução

Ao longo dos últimos 20 anos como professora de Língua Portuguesa, mais especificamente de redação, vivi a experiência de corrigir textos de alunos e de tentar orientá-los na prática da autocorreção, ou seja, ensiná-los como organizar seus conhecimentos gramaticais, aplicando-os na produção textual. Assim, eu os instruí a tentarem identificar a oração principal do seu longo período composto, a fim de identificar a idéia essencial a partir da qual se desenvolviam as orações subordinadas, usando os conectores ou conjunções, que melhor funcionassem para a organização ou manifestação do que se pretendia escrever. Assim, também o fazia no que se referia à questão da pontuação: pontuar a partir do que explicitavam as regras da gramática. Contudo, nesse momento dava-se o impasse: as regras não davam conta de todas as possibilidades de representação escrita, e, mais ainda, acabava a gramática por manifestar a impossibilidade de dar conta de descrever todos os usos possíveis, visto que havia muito de subjetivo no ato de pontuar.

Desse modo, via-me diante de um impasse como professora de Língua Portuguesa e de Redação, que acreditava ser possível relacionar o conteúdo gramatical do ensino da língua a uma prática de produção textual: a gramática realmente não dá conta de tudo e chega um momento em que é preciso escrever sem o respaldo das regras. E como a gramática responde a esse impasse? No caso da pontuação, chama-a de subjetiva, opondo casos objetivos a outros subjetivos. Em outros casos, diz haver muito de pessoal e de expressividade nesse conteúdo, cabendo ao bom gosto do escritor decidir quando pontuar.

Dessa experiência surgiu a necessidade de estudar como esse fato se dá em algumas gramáticas e como acaba por produzir uma contradição sobre o que se constitui a normatização na gramática, ou seja, em oposição aos conteúdos como fonética, que prescreve a correta pronúncia de palavras para melhor produzir o sentido exato das palavras, a pontuação aparece como possível de ser criada independente do que se estabeleceu a partir das regras.

Assim, surgiu a questão principal desta pesquisa que pode ser resumida da seguinte forma: como a gramática organiza a questão da pontuação no reconhecimento da impossibilidade de as regras darem conta de todos os usos possíveis?

Para Guimarães

*“A gramática constitui-se na história como uma instrumentação das línguas que, enquanto arte (no sentido latino) ou técnica (no sentido grego), apresenta-se como um modo de ensinar a ler e a escrever corretamente. Ou seja, a Gramática instala como central no domínio dos estudos da linguagem a qualidade da correção. Qualidade que toma várias feições no decorrer da história e permanece, ainda hoje, como um modo de regular as línguas como línguas dos Estados Nacionais, com todas as conseqüências que isso traz.”*  
(Guimarães, 1998:116)

Vem daí, portanto, o ideal de correção buscado pela gramática na sua descrição das normas, ou regras, como se queiram denominar as instruções sobre a forma de enunciar na língua que acabam por padronizar um modo de falar.

Meu objetivo, neste trabalho, é observar como, no discurso das gramáticas sobre a pontuação se dá a representação do sujeito de enunciação produzida pelas gramáticas, ou seja, como o discurso gramatical brasileiro sobre a pontuação no século XX significa, como se dá o funcionamento destes sinais gráficos em relação ao processo de textualização, que acabam por manifestarem um modelo de sujeito produtor de sentidos nos enunciados que produzem. Os enunciados gramaticais sobre pontuação abrangem toda a produção gramatical, incluindo, desde a sintaxe, até a semântica e estilística,

obrigando o gramático a explicitar que estatuto é dado ao conceito de língua e à concepção de sujeito e de sua relação com a linguagem e com o sentido.

A hipótese deste trabalho é que, no que se refere à pontuação, a gramática normativa não dá conta de prever todos os usos possíveis, reconhecendo caber ao indivíduo que a usa a escolha por si do sentido que pretende imprimir no que escreve, o que o leva a pontuar marcando um estilo pessoal. Acredita-se, ainda, que no lugar de enunciação do gramático, da Formação Discursiva que o constitui, a posição-sujeito percebe de modo diverso a organização das regras de usos da língua e as regras de uso da pontuação. Assim, quando não dá conta de descrever todas as possibilidades de uso, recorre ao recurso da subjetividade para explicar tais usos. De onde se pode inferir que o sujeito que o discurso da gramática pressupõe é sujeito à norma, é centrado e intencional, interpelado ideologicamente. Se a norma é feita para ser seguida, pressupõe-se esse assujeitamento do indivíduo, que, contudo, é silenciado nesse processo, visto que não tem voz ou vez.

Nesse intento, o trabalho que ora será apresentado terá a seguinte organização: o primeiro capítulo apresenta um resumo da história da escrita, discutindo a sua constituição e o contexto do surgimento da pontuação como mecanismo da escrita e sua relação com a oralidade. Como signo extra-lingüístico, a pontuação constitui uma relação particular com a escrita e com a oralidade, segundo a concepção que se tem da escrita e de suas regras. Será apresentada, também, uma breve descrição sobre os modos como o tema tem sido abordado, seja em pesquisa, seja em gramáticas, mesmo as que não compõem o corpus.

O segundo capítulo trará uma reflexão sobre a gramática como instrumento tecnológico, desde o seu surgimento e a sua relação com a constituição da escrita. Serão tratados, ainda, os termos regra, norma e lei e suas diferentes acepções, relacionando-os com o tema da pesquisa.

O terceiro capítulo tratará do referencial teórico que sustenta as reflexões propostas e o modo de análise apresentado: a Semântica Histórica da Enunciação e sua relação com o Projeto História das Idéias Lingüísticas no Brasil; a AD e sua concepção de sujeito.

O quarto capítulo apresentará uma análise das gramáticas que compõem o corpus, descritas a seguir, observando os discursos que ali se entrecruzam, a materialização de uma formação discursiva perpassada pelo interdiscurso em que os lugares de enunciação do sujeito produtor de linguagem são constituídos a partir de uma visão sobre o que pode ou deve ser dito por quem na gramática. Assim, a liberdade expressiva manifestada na possibilidade de pontuar em um estilo pessoal subjetivo, não é permitida a todos os usuários da língua, mas somente ao bom escritor, que sabe como e quando usar no processo de textualização. Acredita-se que na enunciação da gramática sobre as descrições dos conteúdos da gramática e das normas de pontuação que estão manifestados não só os dizeres sobre o sujeito de enunciação, mas também a forma como se percebe a possibilidade de textualização, que não está presente na descrição dos outros conteúdos.

O quinto capítulo tratará das considerações finais, quando retomaremos questões teóricas aplicadas à prática da análise.

## **1.1. Sobre o corpus**

Neste trabalho, consideramos dois modelos de gramática: o teórico, usado como referência para o estudo da língua portuguesa, que não só apresenta as normas de uso da língua, mas também a comenta e explica; e o de divulgação, baseado na descrição da norma. No primeiro grupo estão inseridas a *Moderna Gramática Portuguesa*, de Evanildo Bechara, a *Gramática da Língua Portuguesa*, de Celso Cunha e Lindsey Cintra, e a *Gramática Normativa da Língua Portuguesa de Rocha Lima*; no segundo grupo inserem-se a *Gramática Metódica da Língua portuguesa* de Napoleão Mendes de Almeida, *Nossa Gramática. Teoria e Prática*. de Antônio Sacconi. A *Gramática- como se aprende uma língua*, de A. de Sampaio Dória.

A classificação das gramáticas em descritiva, normativa ou pedagógica está condicionada pela sua finalidade, ou seja, se a gramática se propõe a descrever a língua, classifica-se como descritiva, se faz um estudo diacrônico da língua é histórica, se propõe estabelecer uma regularidade sobre a correção, é normativa e se busca ensinar a língua, melhorar o idioma, é pedagógica. Contudo, esse critério não permite muito rigor, pois algumas se orientam por mais de um critério, ou seja, ao mesmo tempo em que descreve a língua, busca-se melhorar o seu uso, por exemplo.

Segundo Bechara (2005:51) a distinção entre gramática descritiva e normativa se dá pela mesma distinção entre o exemplar e o correto, pois tratam de planos conceituais distintos: o primeiro se refere à forma eleita entre várias maneiras de falar que “constituem a língua histórica”, já o segundo é um juízo de valor “em conformidade com tal ou qual estrutura de uma língua funcional de qualquer variedade diatópica, diastrática ou diafásica”, existindo historicamente. Assim, a gramática descritiva é científica e registra um “sistema lingüístico em todos os seus aspectos. Sua natureza científica impõe que não lhe caiba determinar o certo ou errado.” Já a gramática normativa não é uma disciplina com finalidade científica, e sim pedagógica. Sua finalidade é recomendar como se deve falar e escrever, segundo o uso e a autoridade desses escritores, gramáticos, etc.

Inserem-se na classificação de científica a gramática geral, ou universal, ou ainda a teoria gramatical, cuja função é investigar o plano universal da linguagem, e não tem como objeto uma língua particular, mas os fatos comuns e gerais a vários sistemas lingüísticos.

De acordo com João Ribeiro, na *Grammatica Portugueza* (1933), existem dois tipos de gramática: a geral e a particular. A Gramática geral expõe os princípios lógicos da linguagem, mesmo conceito da gramática filosófica. A gramática particular expõe os princípios e as particularidades especiais de cada idioma. Além dessas, para ele, há também a gramática histórica, que estuda os fatos da língua em seus diversos períodos, desde a origem e formação até o período atual; a gramática comparativa, que seria a verdadeira *gramática geral*, estuda os fatos comuns ou diferentes, em grupo de

línguas que têm a mesma origem. Para ele, o estudo histórico e o comparativo são inseparáveis, pois são aplicações do método histórico-comparativo, essencial à ciência das línguas.

Para Dias (2006:15), a obra elaborada para o estudo de uma determinada língua só adquire o estatuto de 'gramática', se atender a dois parâmetros: primeiro, precisa apresentar uma visão integral da língua, abordando a língua nos aspectos que a representem de forma unitária, mesmo que variem no decorrer do tempo; segundo, precisa apresentar uma diretriz pedagógica, ou seja, organizar o conhecimento da língua como consolidado e estável, adequado à prática da consulta.

Uma outra concepção de gramática, para os gerativistas, tem a ver com a internalização das regras ou conhecimento que o falante tem da língua, e que obedece inconscientemente, ou seja, "a gramática do falante são as regras internalizadas que permitem a ele elaborar as frases de uma determinada língua". (Dias, 2006:18) Assim, a gramática pode ser vista como um saber sobre a língua, isto é, um conjunto de estudos que descrevem ou explicam a língua, ora "como o próprio saber sobre a língua (competência internalizada), objeto de estudo da teoria gramatical." (Op. Cit.18)

Segundo Agustini (1999:119) "O processo de gramatização brasileiro do português produz duas formas de gramática: a gramática de referência e a gramática pedagógica." Como gramática de referência, entendem-se as obras que se ocupam da teorização sobre a língua em conjunção com a sua normatização, servindo de base de consulta aos professores de língua. Já as gramáticas pedagógicas são aquelas organizadas a fim de serem instrumentos de ensino-aprendizagem "da língua (nacional e oficializada)." (Agustini,1999:119)

*"A diferença é posta pela adição ou não de estudos da linguagem, pelo uso que é dado a estas gramáticas- porque o uso é fator determinante da materialidade- e pela presença/ausência de exercícios, para falar do aspecto organizacional." (Agustini:1999:119)*

É nesse último critério que nos baseamos para o nosso estudo, pois observamos nas gramáticas selecionadas como corpus características semelhantes às mencionadas

acima, já percebidas pela escolha dos títulos: *Moderna Gramática Portuguesa*, de Evanildo Bechara, a *Gramática da Língua Portuguesa*, de Celso Cunha e Lindsey Cintra, e a *Gramática Normativa da Língua Portuguesa de Rocha Lima*. Os títulos já indicam se tratar de obras cujo objetivo é, a partir das teorias modernas sobre a língua, descrever a língua e descrever as normas, ou particularidade sobre a língua, respectivamente. No segundo grupo, inserem-se a *Gramática Metódica da Língua portuguesa* de Napoleão Mendes de Almeida, a *Nossa Gramática. Teoria e Prática*, de Antônio Sacconi, *A Gramática- como se aprende uma língua*, de A. de Sampaio Dória. Os títulos também indicam serem, mais que um tratado sobre a língua, o ensino de um método para aprender a língua, aplicando a teoria à prática.

Essa distinção, segundo Agustini, tem origem no processo de constituição da língua portuguesa no Brasil e sua gramatização e da busca da identidade nacional. Ele tem início na segunda metade do século XIX, quando já se buscava passar de colonizado, com todas as implicações que acarretava para a identidade de brasileiro. Toda a cultura girava em torno do português como língua oficial do Estado, contudo o povo “...falava a *língua geral* ou *nheengatu*, o que significa dizer que o Brasil apresentava recursos linguísticos próprios e diferentes dos de Portugal, estabelecendo uma situação de conflito que afeta diretamente o processo de gramatização brasileira do português.” (Agustini, 1999:117)

### **1.1.1. O critério de escolha das gramáticas**

O critério de escolha quanto às edições foi sempre o de considerar a edição mais recente, ou seja, a última publicação feita. Isso se deve ao fato de, no presente trabalho, pretender-se buscar uma relação não com o momento de sua produção, mas como a obra passa a significar no agora.

Para Orlandi (2002:130), a forma da gramática impõe o jogo das políticas linguísticas, ou seja, “administra a relação língua/línguas.” Assim, a escolha pela forma de determinada gramática acaba por materializar um modelo de sociedade que se

pretende construir, como manifestação de uma política linguística que se propõe pôr em prática, pois

*“Ao se definir que língua se fala, com que estatuto, onde, quando, e os modos de acesso a ela-pelo ensino, pela produção de instrumentos linguísticos, pelo acesso a publicações, pela participação em rituais da linguagem, pela legitimação de acordos, pela construção de instrumentos linguísticos- está se praticando as várias formas das políticas da língua, ao mesmo tempo em que, para identificá-la, está se produzindo seu conhecimento, sua análise, e dando a ela configuração singular. Nessa medida, não há política linguística sem gramática e, em sentido inverso, a forma da gramática define o jogo das políticas linguísticas. (Op. Cit. P 128)*

Sobre o processo de gramatização brasileira do português, momento em que se constroem aparatos acerca do saber sobre a língua que represente o povo brasileiro e a sociedade que o constitui, Orlandi (2002:130) percebe dois movimentos: a constituição de uma gramática histórica no Rio de Janeiro e de uma gramática filosófica, em São Paulo. Compõem o processo de gramatização brasileiro as gramáticas de Júlio Ribeiro, *Grammatica Portugueza* (1881) e de João Ribeiro, *Grammatica Portugueza* (1887). Segundo essa pesquisadora, a gramática de Júlio Ribeiro constitui-se como lugar de referência absoluto, o discurso fundador da história da gramática brasileira. “Júlio Ribeiro, ao recusar a tradição estabelecida por J.S. Barbosa e ao definir a gramática como ‘exposição metódica dos fatos da linguagem’ estabelece a ruptura que será mencionada por todos os gramáticos quando querem fundar uma filiação de gramática brasileira.”

Segundo Agustini (1999:117), no processo de ressignificação da língua portuguesa, de apropriação como língua nacional, a gramática é instrumento fundamental, visto que institui caráter científico ao movimento, ao mesmo tempo que, em oposição, as escolas a usam como instrumento de instituição de uma língua do Estado, de caráter colonizador, visto ser oficial.

*“O advento da linguística, acrescido da instituição de cursos de Letras a partir da década de 30, imprime novos rumos à gramática que passa a se restringir à questão da norma e do ensino aprendizagem da língua (nacional e oficializada), enquanto a linguística fica com a autoridade para dizer como a língua funciona. Esse deslocamento dos lugares (des)autorizados ao estudo e/ou ao ensino-aprendizagem da língua produz a necessidade de um novo*

*regime de enunciação para a gramática (de referência), regime que se configura na conjunção contraditória de uma tessitura enunciativa que não separa ciência (linguística) e política linguística (normatização da língua)". (Agustini, 1999:117)*

Assim, quando um determinado modelo de gramática é escolhido em detrimento de tantos outros, essa escolha significa uma adesão a um modelo de ensino de língua, a um modelo de estudo dessa mesma língua.

Se a Nomenclatura Gramatical Brasileira visou estabelecer uma nomenclatura gramatical oficial e acabou por estabilizar os textos gramaticais, esses textos sofrem alterações segundo o momento histórico em que se vive.

Também para Guimarães, (1995) um texto gramatical irrompe como um acontecimento discursivo que se instala em relação ao que já foi dito antes no mesmo espaço de memória. Em outras palavras, cada texto gramatical é diferente de outro, porque aparece em momentos específicos, sob determinadas condições de produção que não se repetirão. No entanto, há relação entre eles, pois os “espaços de memória”, seus efeitos ideológicos ecoam, impondo um determinado sentido e não outros. Na nossa análise, percebemos haver uma recorrência de sentidos que explicitam um pensamento sobre o sujeito e sobre um instrumento linguístico: a gramática e, especificamente no nosso caso, as normas de pontuação.

## **CAPÍTULO 2**

*No descomeço era o verbo.*

*Só depois é que veio o delírio do verbo.*

*O delírio do verbo estava no começo, lá onde a criança diz: Eu escuto a cor dos passarinhos.*

*A criança não sabe que o verbo escutar não funciona para cor, mas para som.*

*Então se a criança muda a função de um verbo, ele delira.*

*(Manoel de Barros).*

## **2. A escrita, a gramática e a pontuação**

### **2.1. O surgimento da escrita**

Documentos mostram que o primeiro alfabeto de que temos conhecimento surgiu aproximadamente no ano 4.000 a.C. na Mesopotâmia, constituindo-se de desenhos denominados “pictogramas”. A escrita cuneiforme surgiu entre 3250 e 1950 a.C., quando os sumérios começaram a gravar figuras sobre tábuas de argila, usando estilete.

Os egípcios criaram ideogramas figurativos dando início à escrita hieroglífica, por volta de 3200 a.C. com capacidade de registrar bens materiais, idéias abstratas e usavam sinais fonéticos e gramaticais que podiam ser representados graficamente em placas de argila.

Entre 2600 e 1450 a.C. os cretenses, descendentes de povos arianos, utilizam a escrita pictográfica em placas de argila. No final do segundo milênio a.C., o Oriente Próximo já conhecia diversos sistemas de escrita em função da diversidade de línguas e dialetos existentes naquela região.

O alfabeto latino originou-se de uma versão de um sistema de escrita modificado pelos gregos de um sistema criado pelos fenícios; - povo semita originário do mar Vermelho – atual Líbano, entre 3000 e 146 a.C. Este conhecimento possibilitou o surgimento de

todas as escritas alfabéticas, por conseguirem reduzir as conjunções silábicas em unidades consonantais menores, as letras, diminuindo a quantidade de sinais fonéticos para apenas 22 símbolos<sup>1</sup>, dando origem, assim, ao alfabeto grego e posteriormente o latino. Essa etapa manifesta uma probabilidade de a escrita ter nascido de uma relação com a oralidade e a representação do mundo. Mas, o pressuposto que sustenta este nosso trabalho é que a materialidade própria da escrita constitui uma ordem própria, com sua especificidade, que difere da oralidade e que será descrita mais à frente a partir do que se expõe a seguir.

A história da escrita latina pode ser sintetizada em três principais momentos: o arcaico, das origens ao século I. d.C. fundamenta-se basicamente nos modelos gráficos da Grécia; o clássico, do século I e II, período da normatização e de vasta produção literária romana; e o período novo, ou pós-clássico, que reflete a tendência de novas grafias, decorrentes das próprias modificações da sociedade romana, com a expansão do império romano e de sua língua.

Alguns investigadores relacionam o aparecimento da escrita com o incremento das atividades comerciais, motivado pela necessidade do registro das trocas de valores. A escrita teria relação, assim, com uma necessidade prática de registro das atividades comerciais e mercantis dos habitantes, pois lhes permitia manter o registro de suas transações.

Segundo Olson (1995), o pensamento de que as mudanças nas formas de comunicação escrita alteraram as atividades humanas e formas culturais segue duas tendências: um grupo acredita que as mudanças culturais associadas às mudanças de comunicação alteraram as práticas sociais e institucionais sem, no entanto, mudarem os processos cognitivos individuais; outro grupo acredita que essas mudanças culturais provocaram alterações psicológicas, alterações nas formas de representação e nas formas de consciência. No primeiro grupo estariam estudiosos como Scribner (1977), Scribner e Cole (1981), Leach (1966), Douglas (1980), Eisenstein (1979) e Street

---

<sup>1</sup> *O Gesto e a Palavra, 1. Técnica e Linguagem*, André Leroi-Gourhan, pg. 118.

(1984); no segundo estariam McLuhan (1962), Havelock (1963), Goody (1977), Greenfield (1972), Ong (1982), Stock (1983) e também Olson, 1977).(Op. Cit.)

Para este pesquisador não devemos nos preocupar com as diferenças entre tais grupos

*...mas ela pode ser ilustrada pelo contraste entre a obra de Eisenstein (1979), que examinou a importância da imprensa para o surgimento do protestantismo e da ciência moderna, e a de Stock (1983), que estudou o papel desempenhado pela cultura escrita no estabelecimento da base para as mudanças descritas por Eisenstein. No primeiro caso, a ênfase recai sobre as tecnologias sempre em mudança e seus empregos; no segundo, nas recentes formas evolutivas da competência em temas de cultura escrita. (Olson, 1995:163)*

De acordo com Eisenstein (1979, apud Olson,op.cit.) ,a criação da imprensa alterou a vida intelectual e a espiritual da Europa do século XV, visto que foram colocadas cópias das Escrituras nas mãos de todos a que a ela tiveram acesso. Assim, a mediação dos sacerdotes foi excluída e o contato do homem comum com o mistério foi instituído. O mesmo se deu com o conhecimento científico, que com a imprensa ficou acessível aos letrados, segundo essa pesquisadora.

Harold Innis (1951), segundo Olson, foi o primeiro a observar como as tecnologias da comunicação aparentemente emprestam certas características a determinadas culturas. Para ele, as diferentes possibilidades de comunicação, a partir de diferentes tecnologias como tábuas de argila, pergaminhos, papiros, diferentes tipos de papéis, até o aparecimento do rádio, têm relação com as características gerais das culturas que as utilizaram. Para ele, são dois os grupos relacionados às tecnologias: o grupo das tecnologias com tendências temporais e o grupo das tecnologias com tendências espaciais.

Do primeiro grupo, fariam parte as tecnologias que se constituíram de suportes materiais rígidos, pesados e duráveis, como a pedra, a madeira e a argila. Esses suportes, segundo Innis(1951:apud Olson), apesar de serem mais duráveis e resguardarem suas mensagens por um período maior de tempo, inibem o deslocamento dos grupos sociais, favorecendo, desse modo, o surgimento de sociedades seculares, rigidamente hierarquizadas.

Do segundo grupo, fariam parte as tecnologias constituídas por suportes materiais maleáveis, leves e perecíveis, como peles de animais, papiro e papel. Ao contrário dos primeiros, esses suportes possibilitariam deslocamentos maiores de espaço, visto serem mais facilmente transportáveis, embora sejam menos resistentes e duráveis, e possibilitaram o aparecimento de grupos sociais que deram origem aos antigos impérios que se espalhavam por enormes territórios.

Eric Havelock (1963) chama a atenção para os efeitos subjetivos das tecnologias comunicacionais na transformação do pensamento ocidental na Grécia antiga. Para ele, o aparecimento do pensamento filosófico e do científico é resultado direto dos efeitos da escrita sobre a sociedade grega do século quarto a.C., visto que iniciou um corte dentro da tradição oral poética homérica, pois permitiu que se estudassem os possíveis sentidos das palavras, possibilitando um distanciamento crítico.

Para Havelock(1963), a dialética platônica é resultado desta dinâmica: a reflexão permitida pelo distanciamento do momento da produção dos textos e de sua leitura. A partir dessa experiência, surgiu, segundo ele, uma outra, mais subjetiva: a separação do conhecedor e do objeto conhecido.

Marshall McLuhan (1962:apud. Olson,1995)), levando adiante as idéias desenvolvidas por Havelock e por Innis, defende o pensamento de que as tecnologias de comunicação afetam as subjetividades e as culturas, criando a máxima: *o meio é a mensagem*.

Contudo, Auroux (1998:64-69), comentando os estudos de Lévy- Strauss, afirma que o nascimento do grafismo parece mais religioso e estético que econômico, pois os registros encontrados nas paredes das cavernas reportam a isso. Caracteriza-se, assim, a passagem do oral ao escrito pela standardização, ou sua fixação que somente a língua escrita permite, não importa sua forma de representação, pois, “Com o escrito instaura-se, ao contrário do oral, o reino da “fidelidade à letra” (...) (Auroux,1998:70).

Assim, as formas da escrita acabam se constituindo uma forma de percepção do mundo, ou seja, cria-se a concepção de que as formas da escrita são modos de manifestação da subjetividade do escritor, um modo de representação de como se vê a realidade que, ao mesmo tempo em que trabalha com o conteúdo, nas escolhas lexicais, trabalha com a representação desse conteúdo.

## **2.2. A escrita e sua constituição como instrumento linguístico**

Para Auroux (1992), a escrita e sua constituição como tecnologia linguística foi fator necessário para o acontecimento das ciências da linguagem e possibilita sua compreensão como processo de objetivação da linguagem. Segundo Pfeiffer (2001:169), “A escrita é metalinguagem em si mesma, isto é, ela diz sobre ela mesma, ela se mostra. Neste sentido, diria ainda que ela não é origem de um saber linguístico, mas condição de possibilidade desse saber.” Esse movimento traduz-se no surgimento de uma alteridade que acaba por possibilitar a existência da reflexão linguística.

*“Esta alteridade é evidenciada pela escrita já que nela há a legitimação de uma forma linguística em confronto com várias outras que estão em funcionamento em um mesmo espaço linguístico (entendido como uma virtualidade de uma comunidade que se conglomera em torno de uma língua nacional). E nesta materialidade da escrita irrompem conflitos destas várias línguas.” (Pfeiffer, 2001:169)*

Esta materialidade permite perceber, inclusive, seus processos de constituição, ou seja, que caminhos foram percorridos até se manifestarem formas distintas de elaboração de um saber linguístico que se manifesta de formas distintas, com regras e leis de organização peculiares. Assim, dominar a escrita presume dominar regras que a diferenciam da oralidade, visto que se trata de duas materialidades distintas.

As gramáticas e os dicionários elaboram essa materialidade, possibilitando perceber os conflitos que se constroem na constituição da língua nacional, e que podem passar despercebidos nas manifestações da oralidade, pois, como afirma Orlandi, (2001) são determinados pela história e pela sociedade.

*“A nossa sociedade, do ponto de vista da linguagem, funciona com o saber e com a escrita enquanto materialidade que constitui a própria forma das instituições. A escrita é uma forma de relação social, historicamente determinada. A gramática, o dicionário são objetos de conhecimento determinados sócio-historicamente. O ensino não prescinde desses objetos e dessas relações.” (Orlandi, 2001:8)*

A escrita é, nessa perspectiva, fundamental para o estudo sobre como as instituições se organizam, não só pelas informações que selecionam, evidentemente, mas também pelo modo como as selecionam e elaboram. Esse modo de elaboração acaba sendo reproduzido pelos modelos do ensino que perduram enquanto durarem as determinações históricas e sociais. Voltaremos a essa questão mais adiante.

### **2.3. A escrita e sua relação com a oralidade**

Há muito se discute a relação entre escrita e oralidade. Para muitos a escrita é instrumento de opressão, para outros de libertação. Pattanayak (1995:118) afirma que “a proclamada superioridade da escrita sobre a oralidade tem um efeito devastador sobre os milhões de analfabetos do mundo inteiro, que passam a ser vistos como cidadãos de segunda classe.” Para Eric Havelock (1995), a cultura escrita é um perigo, W. Ong (1982) refere-se à “oralidade marginal”, Ananda Coosmaraswamy cita a maldição da cultura escrita. Segundo Shjirali (1988), a arrogância da cultura escrita não conhece limites, pois “O analfabetismo se alia à pobreza, desnutrição, falta de educação e assistência médica, enquanto a cultura escrita associa-se ao crescimento da produtividade, aos cuidados com a infância e ao avanço da civilização.” (Shjirali apud. PATTANAYAK, 1995:117). Assim, a escrita está diretamente ligada ao poder, relacionada ao desenvolvimento cultural. As sociedades letradas são o modelo de desenvolvimento e as sociedades ágrafas são o modelo do subdesenvolvimento, diretamente relacionados ao conhecimento científico.

Em outra perspectiva, Bayard (2001) afirma que a invenção da escrita não ocorreu para duplicar o oral, mas para completá-lo, pois agora o que é dito é dito definitivamente, visto que, por ser um objeto com mais de uma dimensão, oferece ao leitor percursos não

permitidos ao ouvinte; a linha do texto impõe uma direção no sentido geométrico e propõe pelo menos dois sentidos: o olhar tanto pode deslizar para a frente como frear, ou voltar atrás, ou saltar de um parágrafo a outro. Já para Jack Goody (1979 *apud* Bayard, 2001), a comunicação por meio da escrita difere da comunicação por meio da língua oral, pois a escrita transforma a própria prática da linguagem ao se dirigir à visão.

Luria (2001) diz que a diferença entre os processos de compreensão do escrito e do oral se dá no fato da possibilidade de se reler aquilo que foi escrito, podendo voltar e refazer o que se disse, corrigindo elementos do texto. Esta pesquisadora ignora em seu estudo que as glosas metaenunciativas e as correções epilinguísticas são exemplos de correções na oralidade do que foi dito antes, e que se trata de duas materialidades distintas, e, portanto, que usam procedimentos correlatos.

Pattanayak(1995:O. cit.), Eric Havelock (1995:Op. Cit), W. Ong (1982, Apud Olson, Op. Cit.) e Shijirali (1988,Apud Olson, Op. Cit.) relacionam a cultura oral em oposição à escrita em uma perspectiva sociológica, e Bayard (2001) faz uma abordagem mais mecanicista, estudando a ação da leitura e suas conseqüências em oposição à ação do ouvinte, apontam-nos sobre as formas distintas como o tema tem sido abordado nos últimos anos e que tiveram início nos anos 60.

Havelock (1995: Op. Cit.) afirma serem marcos nesse campo de pesquisa quatro publicações fundamentais: em 1962, *The Gutenberg Galaxy*, de McLuhan, *La pensée sauvage*, de Lévi-Strauss; em 1963, Jack Goody e Ian Watt, com o artigo “The consequences of literacy”, e Eric Havelock, com *Preface to Plato* nos Estados Unidos. Como contexto, havia as transformações nos meios de comunicação que tornavam propícias tais discussões. Segundo Havelock, é a partir dessa época que os conceitos de oralidade e de oralismo ganham maior importância acadêmica no campo de pesquisas que investigam as relações entre o oral e o escrito, buscando caracterizar as sociedades que dispensam o uso da escrita e usam a linguagem oral em seus processos de comunicação.

Para Havelock (1995), nas décadas de 60 e 70, as diversas áreas de conhecimento, como a Antropologia, a Sociologia e a Psicologia enfatizaram o caráter oral da linguagem e as implicações da entrada da escrita em culturas tradicionais. Algumas pesquisas buscavam vestígios do que se convencionou chamar de oralidade primária, conceito criado por Ong(1998)) em sociedades com predomínio da oralidade em melodias, cantos e outras manifestações preservadas oralmente e passados de geração a geração nas sociedades tribais.

Nesse contexto, Cook-Gumperz e Gumperz (1981: apud Havelock, Op. Cit.) direcionam suas pesquisas para os efeitos do letramento em culturas predominantemente orais. Seus estudos consistiam em investigar, com o auxílio de folcloristas e pesquisadores da área de literatura, a transmissão dos grandes épicos e o processo pelos quais ocorriam em sociedades não letradas.

Segundo Ong (1998), havia nessas pesquisas a preocupação em contrastar a oralidade e a escrita, nos mais diferentes níveis, opondo-as. Destacam-se, desse grupo de pesquisadores os trabalhos do próprio Ong, 1998 ; Havelock, 1995; Imam Parry, na área de estudos literários, 1920.

Para Ong (1982, Apud. Pattanayak, 1995), a oralidade pode ser dividida em primária e secundária. A primária refere-se à oralidade das culturas sem contato algum com o letramento ou qualquer conhecimento da escrita ou da imprensa. Já a secundária caracteriza a cultura de alta tecnologia com uma oralidade baseada no telefone, rádio, televisão e outros meios eletrônicos, mas que dependem da escrita e da imprensa para existirem e funcionarem. Marcuschi (2003) afirma que nós, brasileiros, estaríamos nessa condição, visto que usamos intensamente a escrita. Segundo Ong (1998), o contato mínimo com a escrita e seus efeitos faz com que não exista mais a oralidade primária no sentido estrito.

Já Zumthor (1993) identifica três tipos de oralidade: a “oralidade primária e imediata”, sem contato algum com a escrita, encontrada “nas sociedades desprovidas de todo sistema de simbolização gráfica, ou nos grupos sociais isolados e analfabetos”; a

“oralidade mista”, em que há a coexistência entre oral e o escrito, mas com a influência do escrito; a “oralidade externa, parcial e atrasada”; e a “oralidade segunda” com uma “cultura ‘letrada’ ” e que se “recompõe com base na escritura num meio onde esta tende a esgotar os valores da voz no uso e no imaginário” (Zumthor,1993:18).

Cook-Gumperz e Gumperz (1981) dizem serem três os grandes momentos da relação entre oralidade e escrita na história humana. O primeiro caracterizava-se por uma grande distância entre a oralidade e a escrita. Nesse momento, o letramento tinha um status de “habilidade artesanal”, a que somente grupos privilegiados tinham acesso, visto serem os materiais escritos caros e de difícil obtenção, com estrutura sintática e estilística muito diferente da linguagem cotidiana. Um exemplo é o latim da Idade Média, que tinha uma língua para a escrita e outra para a oralidade.

O segundo momento caracterizava-se pela visão da escrita como registro da oralidade, quando as narrativas orais passaram a ser divulgadas predominantemente pela escrita, aproximando-as. A Reforma Protestante, na Europa, difundiu maciçamente a leitura da Bíblia e culminou com industrialização, a urbanização e a emergência das camadas médias, instituindo formas democráticas de participação política. Desse modo, as diferenças entre as linguagens cotidianas e as tradições literárias desapareceram gradativamente e novas formas de linguagem passaram a ser sinônimos, para Cook-Gumperz e Gumperz (1981), de uma nova cultura urbana nacional.

Apareceram, nesse momento, as gramáticas impressas, os manuais de estilo, os dicionários e as enciclopédias. O jornalismo se desenvolveu e, no fim do século XIX, surgiram novas formas de novelas populares. A literatura, com a função principal de entretenimento para o público de massa, substituiu os espetáculos de performance.

O terceiro momento caracterizou-se, segundo os autores, por um novo afastamento entre oralidade e escrita, que passou a assumir um aspecto burocratizado. Na escola, instituiu-se a escrita como modo predominante de manifestação de linguagem, reproduzindo o modo de organização da sociedade, desenvolvida tecnologicamente, burocratizada e regulamentada pelos governos. Assim, à escola foi delegado o papel de

agente de socialização e instrumentos de seleção de oportunidades econômicas, e o letramento tornou-se essencial para a sobrevivência econômica, incrementando, novamente a dicotomia fala/escrita. Segundo Brandão(1993) “Embora reconhecendo o valor da revolução linguística provocada por Saussure, logo se descobriram os limites dessa dicotomia pelas consequências advindas da exclusão da fala do campo dos estudos linguísticos.”(Brandão, 1993:09). Assim, o corte de Saussure na oposição langue/parole acaba por ser responsabilizado pela exclusão da oralidade dos campos de estudos linguísticos, como também da rotina escolar, que acaba por privilegiar o ensino da escrita.

A essas discussões estão relacionadas outras, mais relacionadas ao modo de constituição da escrita e da fala do que aos resultados da opção que se faça a uma ou a outra. São duas as abordagens que tratam dessa questão: a escrita como manifestação de linguagem totalmente independente da oralidade, e uma outra, que a percebe somente como forma diferente de organização da oralidade, sendo desta dependente.

Algumas pesquisas focalizaram, ainda, as diferenças linguísticas entre oralidade e a escrita. Podem ser destacados os trabalhos de Tannen (1985), Chafe (1985), Smith (1994), Cook-Gumperz e Gumperz (1981), muitos deles enfatizando os contrastes existentes entre oralidade e escrita. Outros fazem abordagens alternativas, relativizando as dicotomias entre oral e escrito presentes em muitos trabalhos, visto que, segundo esses pesquisadores, parecem ser incapazes de explicar as intrincadas relações entre as diferentes formas de linguagem, as características e os modos de pensamento em culturas diversas.

Para Graff (1987), a introdução da escrita em culturas nativas orais acaba causando profundas transformações sociais, religiosas, ideológicas, políticas, econômicas e culturais. Para o autor, a tendência de se considerar a cultura da escrita como algo sempre positivo, associado, às vezes, às necessidades vitais de pessoas e sociedades “modernas” e “desenvolvidas” é recorrente. Para ele, a conceituação de “cultura escrita” é muito difícil ou quase impossível, sem que se a considere historicamente e, desse

modo, se a contextualize no tempo e no espaço. Há ainda, segundo ele, uma tendência à relativização da cultura da escrita, associando-a ao crescimento econômico, à industrialização, à estabilidade política, à participação democrática, à urbanização, ao consumo e, ainda, à contracepção. As pessoas letradas, assim, são consideradas empáticas, inovadoras, cosmopolitas, urbanas e receptivas ao desenvolvimento tecnológico.

Segundo Marcuschi (2003), a escrita, embora tenha sido criada pelos homens depois da oralidade, está em quase todas as práticas sociais nas comunidades em que penetrou.

*“Até mesmo os analfabetos, em sociedades com escrita, estão sob a influência do que contemporaneamente se convencionou chamar de práticas de letramento, isto é, um tipo de processo histórico e social que não se confunde com a realidade representada pela alfabetização regular e institucional lembrada há pouco.” (Marcuschi,2003:19)*

Para este pesquisador, há algumas questões a serem discutidas em relação à alfabetização, e que leva à constatação de que a escrita,

*(...) “após se tornar um fenômeno de massa e desejável a todos os seres humanos, passou a receber um status bastante singular no contexto das atividades cognitivas de um modo geral. Para muitos, o seu domínio se tornou um passaporte para a civilização e para o conhecimento. Trata-se de uma tendência a reconhecer valores imanentes à própria tecnologia como tal. Esse é um mito a ser combatido aqui.” (Marcuschi,2003:20)*

Uma das confusões nesse campo, segundo Marcuschi (op. cit.) diz respeito à distinção entre *letramento*, *alfabetização* e *escolarização*. O letramento é um conjunto de práticas sociais e históricas da leitura e da escrita em contextos informais e para usos utilitários, nos diversos domínios da vida prática. Um indivíduo letrado conhece as convenções da escrita, que compreendem os signos linguísticos e os não linguísticos, a organização do texto da esquerda para a direita e que vai além da alfabetização. A alfabetização é o processo de aquisição do domínio das habilidades de ler e escrever, que pode ou não ser adquirida em ambiente escolar e com finalidades diversas. A escolarização é uma prática de ensino que busca a formação integral do indivíduo, para a qual a alfabetização é apenas uma das habilidades buscada.

Outro dado importante, quando se volta a atenção para o estudo da oposição fala/escrita são as duas tendências que se apresentam: uma primeira, fundada na crença de que a relação se funda em um contínuo, ou perspectiva da continuidade, e uma outra, fundada em um idéia de polarização, ou perspectiva das dicotomias.

A perspectiva da continuidade busca verificar quais as condições sociais, históricas e técnicas em torno das quais, em diferentes casos históricos, organizou-se determinada cultura escrita e a conjuntura política, social e cultural em que se inseriu. Uma das correntes dessa perspectiva volta-se para o estudo da entrada de sociedades no mundo da escrita, buscando identificar as condições em que se deu o processo de letramento dessas sociedades e o tipo de cultura escrita que se construiu nesse processo. Desses estudos, podem ser citados os trabalhos de Graff, 1987; Furet, Ozouf, 1977.(Apud. Marcuschi, 2003)

Para Stubbs, (1980:36) a precedência da fala sobre a escrita é somente cronológica, pois, do ponto de vista do prestígio social “a escrita é vista com mais prestígio que a fala.” Não se trata, porém, de algum critério intrínseco nem parâmetros linguísticos e sim de postura ideológica. Por outro lado, há culturas em que a fala é mais prestigiosa que a escrita.”

Contudo Kato (1986:20), observando as diferenças entre oralidade e escrita, diz haver diferenças formais entre a fala e a escrita, mas que estas são acarretadas pelas condições de produção e de uso de cada uma, embora sejam “parcialmente isomórficas”, cada uma tentando, algumas vezes, representar a outra.

Nesse sentido, Marcuschi afirma que a oralidade e a escrita são práticas com características distintas, “mas não suficientemente opostas para caracterizar dois sistemas lingüísticos, nem uma dicotomia”. (2003:17).

A perspectiva das dicotomias, ou das polarizações, observa as duas modalidades a partir das suas diferenças, concluindo que a oralidade é contextualizada, dependente, implícita, redundante, enquanto a escrita é descontextualizada, autônoma, explícita e

condensada, só para citar algumas características. Podem-se citar, segundo Marcuschi (2003), alguns linguistas da primeira fase, chamada das dicotomias polarizadas e visão restrita: Bernstein (1971), Labov (1972), Halliday (1985) e da segunda fase, já percebendo a possibilidade das relações contextualizadas, temos Chafe ( (1982,1984, 1985), Tannem (1982,1985) entre outros.

A análise feita a partir da perspectiva das dicotomias restritas se volta ao código e busca dividir a língua falada e a língua escrita em blocos distintos, a partir de propriedades típicas, como contextualização/descontextualização, dependência/independência, redundância/condensação, etc. Percebe-se, nessa tendência, uma ausência de interesse nos usos discursivos ou produções textuais, segundo Marcuschi (2003:28). Para ele

*“A perspectiva da dicotomia estrita oferece um modelo muito difundido nos manuais escolares, que pode ser caracterizado como a visão imanentista que deu origem à maioria das gramáticas pedagógicas que se acham hoje em uso. Sugere dicotomias estanques com separação entre forma e conteúdo, separação entre língua e uso e toma a língua como sistema de regras, o que conduz o ensino de língua ao ensino de regras gramaticais.” (Marcuschi, 2003:28)*

A tendência fenomenológica culturalista caracteriza-se pela observação da natureza das práticas da oralidade em oposição às práticas da escrita e seu aspecto cognitivo, antropológico e social, desenvolvendo uma fenomenologia da escrita “e seus efeitos na forma de organização e produção de conhecimento.” (Marcuschi, 2003:29). Também opõe oralidade e escrita a partir da sua forma de organização em uma visão mais cognitiva que linguística. A oralidade obedece a um pensamento concreto, um raciocínio prático em oposição ao pensamento abstrato, raciocínio lógico da escrita. São representantes dessa perspectiva, segundo ele, Olson (1977), Scribner & Cole (1981).

A tendência variacionista ocupa-se do papel da escrita e da oralidade a partir do ponto de vista educacional, observando as regularidades e variações sem se preocupar em elaborar uma distinção. Propõe estudos sobre as variações de usos da língua sob a sua forma dialetal e socioletal. Conclui que ambas apresentam uma língua padrão em

oposição a uma variedade não padrão, uma língua culta em oposição a uma língua coloquial e uma norma padrão em oposição a normas não padrão. No Brasil, são representantes dessa corrente Bortoni (1992), Kleiman (1995)

*“Notável nessa tendência é o fato de não se fazer uma distinção entre fala e escrita, mas sim uma observação de variedades linguísticas distintas. Todas as variedades submetem-se a algum tipo de norma. Mas como nem todas as normas podem ser padrão, uma ou outra delas será tida como norma padrão. A decisão é muito menos linguística do que ideológica, postulam esses teóricos.” (Marcuschi, 2003:31)*

A tendência sociointeracionista trata da relação entre fala e escrita em uma perspectiva dialógica, baseando-se na percepção de que tanto a fala quanto a escrita apresentam dialogicidade, usos estratégicos, funções interacionais, envolvimento, entre outras. Como seus representantes, podem-se citar Preti (1991, 1993) Koch (1992), Marcuschi (1986, 1992, 1995) entre outros.

Nesse modelo, a língua é percebida como fenômeno interativo e dinâmico, voltado para as atividades dialógicas que caracterizam a fala. Orientando-se por uma abordagem textual e interpretativa, essa tendência busca “tratar os fenômenos de compreensão e interação face a face e na interação leitor e texto escrito, permitindo detectar especificidades na própria atividade de construção dos sentidos.” (Marcuschi, 2003:33)

A pontuação, na tendência sociointeracionista, aparece como uma possibilidade de aproximação entre a escrita e a oralidade. Para muitos estudiosos, os sinais de pontuação servem, ora para marcar as pausas da fala, ora para representarem a entonação da frase, tais como os pontos de exclamação e de interrogação, como veremos a seguir. Segundo Marcuschi (2003) “... justamente pelo fato de fala e escrita não se recobrirem podemos relacioná-las, compará-las, mas não em termos de superioridade ou inferioridade. Fala e escrita são diferentes, mas as diferenças não são polares e sim graduais e contínuas. São duas alternativas de atualização da língua nas atividades sócio-interativas diárias.”

A esse processo de atualização, esse pesquisador dá o nome de “retextualização”, que seria um processo mecânico da passagem da fala para a escrita que ocorre de modo

natural e que envolve operações complexas de interferência, tanto no código quanto no sentido, mas, evidenciam uma série de aspectos às vezes pouco compreendidos da relação oralidade-escrita.

Na nossa interpretação, a pontuação acaba por evidenciar os mecanismos de “retextualização” de que fala Marcuschi, na medida em que organiza linguisticamente o que se opera com mecanismos extralinguísticos, ou seja, os sinais de pontuação extrapolam os sentidos das palavras. Assim, antes de qualquer atividade de codificação escrita, partindo do princípio da oralidade ou não, é necessário que se compreenda o sentido que vai ali.

*“Atividades de retextualização são rotinas usuais altamente automatizadas, mas não mecânicas, que se apresentam como ações aparentemente não-problemáticas, já que lidamos com elas o tempo todo nas sucessivas reformulações dos mesmos textos numa intrincada variação de registros, gêneros textuais, níveis linguísticos e estilos. Toda vez que repetimos ou relatamos o que alguém disse, até mesmo quando produzimos as supostas citações *ipsis verbis*, estamos transformando, reformulando, recriando e modificando uma fala em outra.” (Marcuschi,2003:48)*

O que se pode perceber, pela análise das gramáticas, é que estas acabam por relacionar, em sua maioria, a escrita como um processo de apreensão da oralidade em que se busca materializar de forma fixa o que é fluido na oralidade. As descrições da fonologia também buscam reproduzir por meio de sinais gráficos o que acontece na oralidade.

Em uma abordagem discursiva, Gallo (1989) ressalta que as diferenças entre oralidade e escrita estão relacionadas à produção. Em dissertação de mestrado, essa pesquisadora afirma serem o texto oral e o texto escrito diferentes por se tratarem de "produtos" de diferentes "processos". O discurso oral seria marcado pela subjetividade e ambiguidade e a escrita daria ao texto o efeito do acabado, único e institucionalmente construído.

*O Discurso Escrito é, portanto, o Discurso onde a FUNÇÃO-AUTOR se elabora. Elaborar a FUNÇÃO-AUTOR é assumir a construção de um “sentido” e de um “fecho” que produzirá um efeito de “fim” e de “unicidade” para o texto institucionalmente constituído. O Discurso Oral, ao contrário, é a prática linguística que não passa nem pelo processo de legitimação, nem pelo processo de institucionalização, e continua a produzir, indefinidamente um sentido ambíguo e inacabado.(Gallo,1989:61)*

Essa relação, contudo, não é direta, mas histórica e ideológica, visto que o sujeito tem conhecimento das diferenças que estão ali determinadas. Em tese de doutorado, esta pesquisadora apresenta um resumo da história do surgimento da escrita feita por Fevrier(1959: Apud. Gallo) que a divide em três etapas: a primeira caracteriza-se pela evolução da linguagem oral ao desenho, passando pelo gesto e uma sequência de técnicas, umas transitórias outras duráveis, das quais só resistirão a escrita propriamente dita por ser durável; a segunda etapa mostra a escrita como correspondente aproximado da fala em que um conjunto de signos se aproxima da representação da frase, manifestando uma impossibilidade de representação da fala pela escrita, visto serem as idéias em número infinitamente maior que as possibilidades de signos; a terceira etapa mostra o arbitrário da escrita, quando a escrita torna-se analítica, em que a frase é decomposta em seus elementos constitutivos, mudando-se os signos, mas mantendo-se a idéia, em uma escrita ideográfica; e a quarta e última etapa, em que as palavras são decompostas em sílabas, registrando mais os sons que os significados.

Para Galo, no entanto, a análise desse modo de estudo evolucionista da escrita acaba por manifestar falsas evidências sobre escrita, visto que “ o trajeto material da escrita (sua vocação) conduz a uma representação cada vez mais fiel da oralidade; as palavras, sílabas e letras já existem ( enquanto tais ) na linguagem articulada e a escrita aos poucos vai aprimorando as formas de representação; e a escrita e grafismo são a mesma coisa.”(Gallo, 1989:92)

Segundo esta pesquisadora, uma análise discursiva desses textos evolucionistas mostra que tais evidências se constroem na estrutura do discurso a partir da confusão entre grafismo e

escrita. Assim, esse processo de materialização que a descrição do processo da escrita reproduz acaba por representar mais o processo de aquisição do grafismo do que da escrita em si:

” Poderíamos dizer que é o grafismo, e não a escrita que acaba por realizar materialmente palavras, sílabas e letras. Portanto, fica entendido que em nosso ponto de vista, não há palavras, sílabas e letras naturalmente na linguagem articulada senão quando essa língua é analisada por uma forma gráfica. “ (Op. cit. p.86)

Pfeiffer (2000), em tese de doutorado, estudou os lugares do bem dizer na língua, refletindo sobre os efeitos de sentido produzidos por esse lugar legitimado na relação sujeito/língua/ideologia, em que o sujeito é considerado cidadão a partir da submissão a esse bem dizer.

Pereira(1997), também em tese de doutorado, discute as condições de produção da oralidade organizada por padrões letrados de lideranças não escolarizadas de sindicatos, procura verificar a determinação mútua sujeito/linguagem/exterioridade. Sua tese é de que a fala desses sujeitos produz “efeitos de sentido que denunciam, pela rede de sentidos que se forma interdiscursivamente, o reconhecimento do lugar em que esses sujeitos se posicionam e são posicionados na sociedade letrada. Enfim, acredita que essa fala esteja impregnada de um já dito organizado em um saber instituído pela escrita.

“(…) sujeitos em militância política mostram uma linguagem cuja organização textual parece fortemente influenciada pela escrita não apenas em níveis sentenciais como, por exemplo, mecanismos de funcionamento gramatical rígido, como também apresenta uma estrutura textual marcada por mecanismos mais comumente usados na escrita observada na oralidade de sujeitos letrados.”(Pereira,1997:21)

Silva Vieira (1998), em tese de doutorado, afirma ser a escrita um elemento demarcador das diferenças sociais, desmentindo a proclamada igualdade jurídica instituída na Constituição de 1891. Segundo a pesquisadora, é a escrita que estabelece o bem dizer de quem tem direito a dizer.

Percebe-se, na descrição acima realizada, que a escrita e sua constituição sempre estiveram relacionadas à fala, seja como forma superior de manifestação, indicando, assim, a superioridade dos grupos letrados em relação aos não letrados; seja como complemento da oralidade, dirigindo-se agora à visão; outros ainda relacionam o surgimento da escrita nas culturas orais, ora como índice de desenvolvimento, ora como imposição ou submissão a um saber letrado e a constante perda de uma identidade; há ainda os que afirmam ser a escrita uma modalidade diferente de representação, nada tendo a ver com a oralidade, visto que se trata de um processo diferente e que, portanto, resulta em um produto diferente. Constata-se, de tudo que foi exposto, que a escrita e a oralidade constituem-se de duas materialidades distintas, ou seja, há o real da escrita e o real do oral.

Contudo, é impossível ignorar que uma não sobrevive sem a outra. Assim, pode ser que nas sociedades não letradas os processos de significação sejam todos sustentados na oralidade, mas nas sociedades letradas, constituída pela escrita, em que os meios de comunicação são todos organizados a partir de um saber a que se tem acesso pela escrita, sejam produtos culturais ou o exercício da cidadania, ela é fundamental para a construção da identidade. Não se pode ignorar, no entanto, que a aquisição da escrita constitui um processo de aquisição de um código totalmente distinto da oralidade, ou seja, é necessário que se perceba tratar-se de um código diferente, com recursos distintos dos da oralidade, visto se tratar de uma outra materialidade.

## **2.4 A pontuação e sua relação com a escrita**

### **2.4.1 Histórico do surgimento da pontuação**

A pontuação é uma criação da cultura escrita, mas não tão antiga. Os egípcios, por exemplo, escreviam utilizando pictogramas cuneiformes, mas os hieróglifos eram separados simplesmente por espaços em branco.

Segundo Drillon (1991:22), a prática da *scriptio continua* dos gregos, ou seja, a não separação das palavras umas das outras, motivou o estabelecimento, em épocas espaçadas, de outros códigos: colocava-se um ponto entre uma palavra e a seguinte para a isolar, indicavam-se as sílabas acentuadas ou marcava-se a pronúncia de algumas vogais iniciais. Tais sinais, permitindo ler e, ao mesmo tempo, *ouvir* o texto, foram os fundamentos da pontuação.

O termo *pontuação* originou-se com os romanos, que usavam o “*punctum*”, sinal para separar palavras ou marcar a pronúncia.

Foram Aristófanos de Bizâncio (257-180 a. C.) e Aristarco de Samotrácia (220-143 a.C.) os introdutores, na Biblioteca de Alexandria, de um conjunto de códigos que, de um modo geral, pode ser considerado o antepassado da pontuação atual. Esse código constituía-se dos seguintes sinais:

*“ponto perfeito (um ponto colocado na extremidade superior da última letra de uma palavra)”, indicando que o sentido da frase estava completo, correspondendo à sinalização do que hoje seria o parágrafo;*

*“sob ponto (colocado na extremidade inferior de uma palavra), indicando uma ligeira suspensão de sentido, correspondendo hoje à função do ponto final;*

*“ponto médio (à meia altura), equivalendo ao ponto e vírgula da atualidade.”  
(op. Cit. P.:21)*

#### **2.4.2. A pontuação hoje**

A pontuação, como se conhece hoje, mantém alguma semelhança com a usada no século VIII, que se restringia ao ponto e à vírgula, algumas vezes aos dois pontos. Sua função era demarcar apenas as partes do texto que apresentavam mais interesse. Os copistas não davam, portanto, um caráter gramatical à pontuação ou à capitalização das letras em seus manuscritos, pois visavam mais destacar o valor das qualidades estéticas das páginas ou os elementos que desejavam destacar no texto.

Com o advento da imprensa, ocorre o distanciamento desse antigo sistema de pontuação dos manuscritos e o início de outro, semelhante, em linhas gerais, ao código de signos atual. A pontuação nessa época, entretanto, é ainda regida por regras que não têm a força de lei, repousando sobre a noção de pausa articulada à da oralidade, embora em seu emprego houvesse já a intuição de sua função de esclarecimento. Por essa razão, o século XVIII, apesar das imposições de alguns acadêmicos, mostra uma pontuação bastante livre, senão anárquica. Drillon (1991:29) afirma que “a gramática e a lógica de Port- Royal ignoram a pontuação, e Vaugelas quase que faz o mesmo.”

Quando se fala em regras gramaticais, estamos nos referindo às orientações dadas pela gramática sobre os usos de língua. No entanto, essas mesmas regras se transformam em determinações jurídicas quando são originadas do Congresso Nacional, e têm força de lei. Enquadram-se nesse caso as orientações contidas no Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa, que versam sobre a existência, a pronúncia, a categoria gramatical, o gênero e a grafia dos vocábulos e submete-se ao descrito na Lei 5.765, de 18/12/71, como o que determina sobre o acento diferencial de timbre em pôde (pretérito perfeito), para diferenciar de pode (presente do indicativo).

Assim, ao menos que explicita que ao se referir a leis de uso de termos da língua, como o originado da legislação em vigor, o uso dos termos lei, regra ou norma gramatical serão aqui usados como sinônimos, ou seja, para se referirem às orientações de usos descritas pela gramática.

No século XIX, surge o *Traité de ponctuation* de Ricquier, fundamentado na sintaxe e na lógica, não trazendo, contudo, informações novas sobre seu uso. Assim, neste século, foram introduzidos o hífen ou travessão, traços de união, aspas, colchetes, alínea, apóstrofo, etcetera, asterisco, parágrafo, sublinhado, chave, cujo emprego baseava-se na sintaxe. Tournier(1980) (apud. Vieira Rocha, 1994) afirma ter em Pierre Larousse exemplos de uma pontuação baseada na respiração) e que Allardyce(1884) talvez tenha sido o primeiro a atribuir um papel de desambiguação dos sinais de pontuação. Desde então, a pontuação não cessa de evoluir, regularizando seu emprego por meio de várias normas, que vão além da sua relação com a oralidade.

A pontuação do século XX é marcada, ao mesmo tempo, pela normatização, decorrente da expansão e da atualização dos sistemas pedagógicos; pela personalização de seu uso, consequência da valorização da subjetividade e da retórica; pela diversidade de emprego, motivada pelo surgimento das teorias da comunicação, tendo em vista o reconhecimento da existência de leitores potenciais, segundo o texto que se produz; e por sua maior dimensão semântica, afetiva e significativa, motivada pelo desenvolvimento de alguns gêneros como o romance, o conto e a crônica.

Análise de Machado de Assis ilustra bem a utilização da pontuação como referida acima. Em capítulo de sua obra Memórias Póstumas de Brás Cubas escreve todo o diálogo entre Brás Cubas e Virgília somente com sinais de pontuação, como se vê a seguir. Nesta passagem, o narrador, Brás Cubas, acompanha os personagens à alcova, mas, a descrição do encontro amoroso é subtraída, deixando aos sinais de pontuação, o ponto de interrogação, o ponto de exclamação e os pontos, muitas vezes lidos como reticências, a função de criar subentendidos para os dizeres dos dois, conduzidos pelo título. São perguntas, afirmações e muitos outros dizeres entrecruzados pelas possibilidades das exclamações, possíveis de serem entendidas, também, como simples suspiros do ato amoroso.

#### Capítulo LV/ O velho diálogo de Adão e Eva

Brás Cubas

..... ?

Virgília

.....

Brás Cubas

.....

Virgília

.....  
.....?  
.....

Brás Cubas

.....  
Virgília

.....  
Brás Cubas

.....  
.....  
.....!  
.....!  
.....!

Virgília

.....?

Brás Cubas

.....!

Virgília

.....!

(In: ASSIS,M.- *Memórias Póstumas de Brás Cubas*. São Paulo; Abril Cultural, 1978.p.85.)

Também interessante é o conto de Dirceu Câmara Leal, em que os sinais de pontuação não são meros coadjuvantes no processo de significação, mas participam na ação dos personagens, indicando a caracterização de cada um e sua relação, atuação no desenrolar da história.

**Tango**  
Dirceu Câmara Leal

alto. brilhantina. dedo mínimo: unha comprida. pente. peixeira		meia-altura. pintura pouca. saia-justa-comerciária. touca ou bobbys aos sábados.
Zé dos Sapatos Lustrosos.		Mariazinha de Traças.
levantando tarde. paquerando. vendo. zelando.		passando. trabalhando.
crimes.		fotonovelas.

até que, um dia, entra na loja um rapaz muito bonito,  
bem comportado, limpo e bancário.  
e ela se vê invadida por um estranho calor, assim que  
seus olhos se cruzam com os de Toninho do Terno Cinza.

Toninho do Terno Cinza	Mariazinha de Traças
Toninho do Terno Cinza . Mariazinha de Traças.	
Toninho do Terno Cinza - Mariazinha de Traças	
Toninho do Terno Cinza Mariazinha de Traças	
Toninho do Terno Mariazinha Cinza de Traças	
Mariazinha Toninho de Traças do Terno Cinza	
Mariazinha de Traças Toninho do Terno Cinza	
Mariazinha de Traças - Toninho do Terno Cinza	
Mariazinha de Traças . Toninho do Terno Cinza.	
Mariazinha de Traças	Toninho do Terno Cinza

Mariazinha de Tranças.  
cinzenta.  
chorosa.  
triste.

Mariazinha de Tranças



Zé dos Sapatos Lustrosos.

Mariazinha de Tranças

Zé dos Sapatos Lustrosos

Mariazinha de Tranças.Zé dos Sapatos Lustrosos.

Mariazinha de Tranças-Zé dos Sapatos Lustrosos.

Mariazinha de Tranças Zé dos Sapatos Lustrosos.

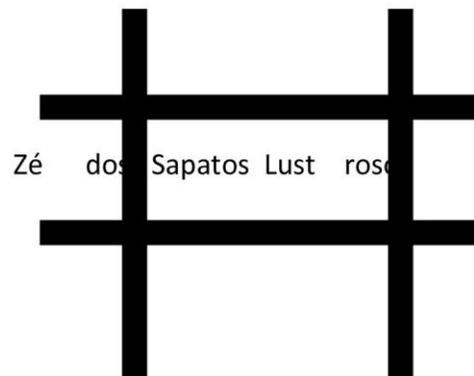
Mariazinha Zé de Tranças dos Sapatos Lustrosos.

Mariazinha de Tranças

Zé dos Sapatos Lustrosos.

“sua vagabunda! ‘cê pensou que ia me enganar?”

peixeira.



A forma de apresentação do conto obedece a um padrão em que os personagens Mariazinha de Tranças e Zé dos Sapatos Lustrosos são descritos por um processo de adjetivação, um ao lado do outro, como actantes de uma dança, separados por uma tarja preta na vertical. O processo de adjetivação é finalizado por pontos finais, construindo uma redundância com a tarja descrita acima: os personagens estão separados de forma incondicional. Até que a dança é iniciada com a entrada de um novo personagem, Toninho do Terno Cinza. Agora o ponto e o hífen funcionam como indicadores do entrelaçamento dos dois personagens, ora separando-os, ora juntando-os, na sua ausência, indicando, ao mesmo tempo, a dança e o jogo amoroso: os dois fundam-se em um só, enfatizado pela mistura dos nomes.

No final do enlace amoroso, estão de novo separados pelo ponto. E Mariazinha está de novo só, finalizada pela constante presença do ponto final. A barra que a separa de Zé dos Sapatos Lustrosos é diminuída, desaparece no início do enlace amoroso/dança, que é finalizado pela constatação da perda das tranças. E a narrativa caminha para o presumível desfecho trágico.

Essa prática participa do processo que o indivíduo aprende na aquisição da escrita e de suas inserções nas práticas sociais e históricas. À medida que o leitor vai sofisticando suas atividades de leitura, adquire o domínio da escrita e começa a perceber que, na organização do texto, os signos linguísticos, os não linguísticos e a organização do texto da esquerda para a direita têm um estatuto que vai além do que se aprende no processo de alfabetização.

As regras e normas, desse modo, devem ser obedecidas, mas não cegamente, pois a intenção estilística prevalece. O texto passa a ser percebido em uma dimensão que supera a adequação ou não à norma culta. Assim, observa-se como a pontuação foge à normatização visto que seu uso é personalizado, adquirindo os sinais de pontuação uma dimensão semântica e criativa.

## 2.5. A pontuação nas gramáticas brasileiras

As gramáticas brasileiras fazem referência somente a regras de uso da pontuação, exemplificando através de textos quase sempre literários. Esse modo de organização manifesta uma visão de que as normas gramaticais devem ser produzidas como a-históricas, como parte da própria língua enquanto sistema. No presente trabalho, conforme veremos mais adiante, tratamos as gramáticas, como instrumentos linguísticos parte da relação da sociedade e com a história. Ou seja, percebemos as gramáticas inseridas em um contexto de produção parte da construção histórica do saber sobre a língua que, portanto, traz um discurso sobre a língua e o sujeito produtor de linguagem, ainda que não explicitado, cujo objeto é a norma.

Mattoso Câmara (1973) examina a pontuação e a descreve como o sistema que indica, na escrita, as pausas da linguagem oral, especificando pausas conclusas (ponto, ponto e vírgula, interrogação e exclamação) e inconclusas (vírgula, dois pontos, parênteses, aspas, travessão, reticências) em relação à construção dos períodos no texto. As pausas conclusas indicam que o pensamento está completo e as inconclusas indicam que houve uma interrupção e que ainda havia o que se dizer.

Essa divisão manifesta a relação entre escrita e oralidade; a primeira manifestando, por meio da pontuação, as pausas da segunda. Esta passagem acaba por manifestar, também, a idéia de que há na própria língua a possibilidade da completude do pensamento, ou seja, as sentenças podem ou não ser completas, e essa completude deve ser informada ao leitor por intermédio da pontuação.

*“A pontuação não é no papel uma contraparte cabal da distribuição dos grupos de força da comunicação falada, e constitui a rigor um caráter próprio da exposição escrita.” (Mattoso, 2001:57)*

Para Cunha (1971), a pontuação pode ser classificada em dois grupos: sinais pausais (vírgula, ponto, ponto e vírgula) e sinais melódicos (dois pontos, ponto de interrogação, ponto de exclamação, reticências, aspas, parênteses, colchetes e travessão). A pontuação é, assim, a possibilidade de a escrita reproduzir a diversidade da oralidade na escrita, como os sentidos das entonações da fala.

Segundo Bechara (1988), os acentos de palavras (os agudos, os graves e os circunflexos), são também sinais de pontuação, porque *pontuam* a intensidade das palavras. A pontuação é formada por sinais que podem ser classificados como: de entoação (dois pontos, ponto de interrogação, ponto de exclamação, reticências, aspas, parênteses, travessão e ponto final) e de pausa (vírgula, ponto e vírgula, ponto final e ponto parágrafo). A pontuação, desse modo, acaba por materializar na escrita a oralidade.

Rocha Lima, na *Gramática Normativa* ( 1972) , descreve a pontuação como sinais especiais que assinalam na escrita as pausas da pronúncia, ou as pausas do discurso, seja de quebra de continuidade, seja para marcar na escrita o estado emocional de quem escreve.

Segundo Sampaio Dória(1953), na *Gramática- como se aprende a língua*, os sinais de pontuação servem para dar *clareza para* produzir sentidos economizando esforço. Sua abordagem é sintática, destacando, também, sua relação com as pausas da respiração na leitura oral.

Para Napoleão Mendes de Almeida( 1999), na *Gramática Metódica da língua portuguesa*, a função da pontuação é possibilitar maior expressão de subjetividade e os classifica em *objetivos, subjetivos e distintivos*

Luiz Antonio Sacconi, em *Nossa Gramática- Teoria e Prática* (1994), dá à pontuação a função de equilibrar o texto, segundo o estilo do escritor, buscando a elegância e a simplicidade.

O que se percebe da descrição acima, é que predomina nas gramáticas brasileira a idéia da pontuação como auxiliar na construção da clareza no texto, preenchendo lacunas na transposição do oral para o escrito. Dessa observação pode se perceber o objeto de nossa hipótese: a oposição entre a objetividade, a clareza, e a subjetividade,

o estilo de quem escreve. Assim, aos sinais de pontuação cabe a função de marcar objetivamente os sentidos, deixando-os claros, ao mesmo tempo marcar a subjetividade de quem escreve, as suas emoções.

## **2.6. Estudos acerca da constituição da pontuação**

Damourette (1939) ,em um dos seus trabalhos sobre a pontuação, apresenta uma concepção fonográfica da pontuação, ou seja, considera haver uma relação entre os componentes gráficos do texto e as unidades fonológicas correspondentes. Segundo ele, no vai-e-vem entre o oral e o escrito, o valor do signo de pontuação é apreendido como mais que uma indicação de entonação, permitindo a associação de um significado pela entonação. Assim, as pausas indicadas pela vírgula, por exemplo, significam mais que uma pausa para respirar \_ tem valor semântico.

Também Ademar Silva (1989) considera a pontuação como um sistema multifuncional que relaciona leitor e escritor na construção de sentidos, especialmente através da oralização do texto. Propõe verificar se existe relação entre a leitura em voz alta e a pontuação, ou entre oralidade e pontuação, estudando também o ensino da língua no que se refere a essa questão.

Correa (1994) estuda o ritmo da escrita, abordando a produção da criança, relacionando-a à produção escrita em situação de vestibular, destacando a segmentação da cadeia verbal por meio dos sinais de pontuação. Essa é a mesma preocupação dos trabalhos anteriores: aspectos fonográficos da escrita, sua relação com a oralidade e destas com a pontuação.

Estudiosos, dentre os quais se podem destacar o grupo francês, HESO-CNRS, coordenado por N. Catach (1980 e 1994) têm aprofundado o estudo da pontuação considerando aspectos como os semânticos, de expressividade e de comunicação.

A *Grammaire Larousse du français contemporain* de M. Arrivé, E. Benveniste, J.M-Blanche, Chevalier & Peytrard (Larousse:1964) considera

*os signos da pontuação marcas tipográficas que dão indicações necessárias à leitura de um texto escrito. É um equivalente - aproximativo - das paradas, dos acentos, das entoações, das melodias e mesmo dos gestos com que se acompanha a linguagem falada. Existe uma pontuação lógica, indispensável à decifração de um texto, submetida a certas regras [...]. Existe também uma pontuação expressiva que não está submetida a regras fixas, mas a intenções estilísticas. (Grifos meus)*

Explicita-se, nessa definição, em contraposição com a lógica, a questão da pontuação como manifestação de uma subjetividade, de um estilo pessoal de escrever, em vez de somente relacionar com escrita e oralidade. Assim, manifesta-se, na pontuação uma dicotomia lógica/expressividade que está na base da oposição entre pontuação de textos literários e pontuação de textos não literários, manifestados nas gramáticas. Em outras palavras, a gramática prevê, nas descrições dos usos dos sinais de pontuação, a possibilidade de se fugir das regras obrigatórias em função de sentidos que se pretende criar. Como exemplo pode-se citar a observação de Cunha e Cintra, sobre o ponto:

*“Observação:*

*O ponto tem sido utilizado pelos escritores modernos onde os antigos poriam PONTO E VÍRGULA ou mesmo VÍRGULA. Trata-se de um eficiente recurso estilístico, quando usado adequada e sobriamente. Com a segmentação de períodos compostos em orações absolutas, ou com a transformação de termos destas novas orações, obriga-se o leitor a ampliar as pausas entre os grupos fônicos de determinado texto, com o que lhe modifica a entoação e, conseqüentemente, o próprio sentido. As orações assim criadas adquirem um realce particular, ganham uma afetividade e, não raro, passam a insinuar idéias e sentimentos, inexprimíveis numa pontuação normal e lógica.” (...)*  
*(Cunha e Cintra, 2001:165)*

N. Catach (1980:21) define pontuação como

*o conjunto de signos visuais de organização e de presentificação acompanhando o texto escrito, interiores e comuns ao manuscrito e ao impresso; a pontuação compreende várias classes de signos gráficos discretos e forma sistema, completando ou suplementando a informação alfabética (Grifos meus).*

Como unidades discretas de uma língua, Catach define os signos que estão carregados de sentido: sua substituição implica uma variação significativa.

Esta pesquisadora, estudando a natureza e a essência dos signos de pontuação, classifica-os como pleremas, ou seja, (1980:26) “*signo que, segundo a terminologia de*

*Hjelmslev, possuindo em si próprio um significante e um significado. Os pleremas são, por exemplo, os hieróglifos dos egípcios ou os ideogramas dos chineses”. São, portanto, como indica sua etimologia, sinais cheios, portadores de uma significação e de uma função.*

Assim, entre todos os signos, os sinais de pontuação são os *mais plerêmicos de todos os grafemas*, verdadeiros ideogramas, signos extra-alfabéticos. O *Dictionnaire de Linguistique Larousse* (apud Drillon, op.cit:126) diz que, “*um grafema é um elemento abstrato de um sistema de escrita que se realiza através de formas ditas alográficas [maiúscula, minúscula, cursiva, etc] cujo traçado depende de outros elementos do sistema: o grafema corresponde, então, na escrita, à letra ou ao signo de pontuação*”. O grafema pode ser, portanto, ou um semema (signo vazio, significante de significante) ou um plerema, signo cheio, significante com significado. Assim, a vírgula pode simplesmente marcar a pausa para respirar na leitura em voz alta, como também pode indicar separação, desarticulação dos elementos da oração.

O sistema extra-alfabético constitui um segundo sistema de comunicação e, embora não tenha correspondência com unidades sonoras ou articulatórias, funciona sempre em interação com o primeiro sistema, o do alfabeto, visando sempre à prática eficaz da comunicação. A pontuação, assim, existe em função da comunicação eficiente exercida pela escrita.

Jacqueline Authier (1978) faz um estudo sobre a determinação da pontuação na produção de sentido na língua e a questão da influência que a língua falada sofre da escrita, chegando à conclusão de que há aí um distanciamento que possibilita ao produtor de linguagem a percepção da língua como um objeto que se pode manipular. Um exemplo dessa inversão, em que a língua oral sofre influência da escrita, ocorre quando se colocam aspas na fala para manifestar a ambiguidade no que se está dizendo, ou seu sentido figurado. Isso se dá, pois o processo de gramatização passa a afetar a oralidade, dada sua imagem de língua correta, culta. Ou ainda quando usamos os sinais de pontuação para indicar que acabamos o pensamento, concluímos sem deixar lacunas. Dizemos e ponto.

O discurso gramatical tensiona, assim, a relação entre escrita e oralidade, como se a escrita e a oralidade coincidissem na forma e na ordem. Isto produz um imaginário de que a gramática diz respeito tanto à escrita, quanto à oralidade. Esse fato pode ser percebido no capítulo sobre pontuação, quando se fala sobre os possíveis significados das pausas. Interessam-nos, sobremaneira, as seguintes afirmações de Bechara:

*“O enunciado não se constrói como um amontoado de palavras e orações. Elas se organizam segundo princípios gerais de dependência e independência sintática e semântica, recobertos por unidades melódicas e rítmicas que sedimentam estes princípios. Proferidas as palavras e orações sem tais aspectos melódicos e rítmicos, o enunciado estaria prejudicado na sua função comunicativa. Os sinais de pontuação, que já vêm sendo empregados desde muito tempo, procuram garantir no texto escrito esta solidariedade sintática e semântica. Por isso, uma pontuação errônea produz efeitos tão desastrosos à comunicação quanto o desconhecimento dessa solidariedade a que nos referimos.” (Bechara, 1999:606)*

Pode-se observar na citação acima como Bechara relaciona a escrita e a oralidade como se fizessem parte de uma mesma organização, ou seja, cabe aos sinais de pontuação garantir na escrita as intenções e os sentidos buscados na oralidade: “a solidariedade sintática e semântica”.

Julie Leblanc (1998) procura mostrar em que medida as reticências podem ser tratadas como uma figura de parada, ou seja, como um fato enunciativo voltado para os protagonistas da enunciação: locutor e interlocutor. Mostra que há formas explicitadas de reticências que marcam o texto por uma brusca interrupção da fala, perturbando a estrutura gramatical da frase. Tal ruptura é significativa por colocar em cena um narrador em uma interação suspensiva, “redundante” graficamente.

Eni Orlandi (1999) considera a pontuação o lugar em que o sujeito trabalha seus pontos de subjetivação, o modo como ele interpreta. Propõe, então, deslocar o estudo da pontuação do domínio da gramática para o domínio do discurso. Nessa perspectiva, as marcas de pontuação podem ser consideradas como manifestação da incompletude da linguagem, fazendo intervir em sua análise tanto o sujeito como o sentido.

Em tese de doutorado, Bernardes (2002) afirma ser a pontuação uma marca da interpretação do autor dando corpo a uma configuração do texto que orienta uma leitura, apontando os caminhos a serem seguidos.

O tema da pontuação parece ser um ícone dessa possibilidade contínua de reformulação dos sentidos: ao ser inserida no texto, ela suspende uma configuração e deixa outras latentes, ou seja, outras combinatórias permanecem ali, à sombra.(Bernardes, 2002:142)

Prestes (2008) traça o percurso da pontuação, mostrando os vários enfoques da pontuação em estudos gramaticais e enunciativo, destacando os trabalhos de Leblanc (1998), Bessonat (1991), Jafrè (1991) e com mais destaque os de Authier-Revuz (1998).

A descrição acima empreendida permite perceber como a pontuação, tal como a escrita, é percebida a partir de sua relação com a oralidade, servindo ora para manifestar na escrita as pausas da fala, como em Damourette (1939) e Correa (1994) em sua concepção fonográfica da pontuação; ora como em Ademar Silva (1989) para quem a pontuação é um sistema multifuncional que relaciona leitor e escritor. Há ainda a percepção dos aspectos semânticos dos estudos de Catach( 1980 e 1994) também presente na *Grammaire Larousse du français contemporain*, abordando o caráter subjetivo da pontuação, a mesma percepção de Orlandi (1999). Também há os estudos de Authier (1987), que vê na pontuação a possibilidade de um distanciamento do escrito, tornando-o um objeto que se pode manipular e os estudos de Leblanc (1998), que vê a possibilidade de as reticências permitirem verificar a situação da enunciação no enunciado e os estudos de Bernardes, para quem a pontuação é marca de interpretação do autor, orientando para uma leitura, apontando caminhos. Assim, observa-se o caráter polivalente da pontuação, apontando possibilidade de interpretação, incluindo a que nos propomos neste trabalho.

## 2.7. A pontuação no presente trabalho

Nosso interesse ao estudar a pontuação relaciona-se à idéia de que as gramáticas têm filiações ideológicas que se manifestam na exposição dos conteúdos, conforme afirma Orlandi (2002)

*“Também as gramáticas têm suas filiações que indicam estes compromissos teóricos, filosóficos e ideológicos que estão sempre presentes e resultam em consequências de diferentes ordens, mas que certamente afetam as políticas de língua que administram as relações dos falantes em uma formação social dada.” (Orlandi, 2002:14)*

Nessa perspectiva, pretendo discutir como na gramática, por meio das regras de pontuação, aparece o sujeito de enunciação, a partir de uma filiação ideológica e teórica explicitada na descrição dos conteúdos. Meu pressuposto é que o sujeito de enunciação é caracterizado, nas gramáticas, por determinadas predicções, como clareza, raciocínio, representação da realidade, inteligibilidade *para* um leitor e não ambiguidade em relação à prática de leitura, na maioria dos conteúdos. No entanto, quando se refere à pontuação, essas predicções são suplantadas pela busca da expressividade e da criação de um estilo pessoal ao escrever, deixando antever um lugar de constituição de subjetividade em relação à textualidade, materializado nos signos da pontuação.

Há ainda, a oposição objetividade/subjetividade na exposição dos conteúdos em relação à pontuação. Enquanto, na maioria dos conteúdos ,a objetividade é buscada numa descrição exaustiva ; na pontuação, quando não há explicação para todos os usos, a saída é dada pela manifestação da subjetividade de quem escreve. Assim, nas situações em que as regras não dão conta de descrever todas as possibilidades de uso, recorre-se ao bom gosto do escritor ou ao bom senso, à subjetividade e ao estilo pessoal de escrever.

Claudine Haroche (1992:19), estudando os processos de individualização do sujeito inscritos no processo de gramatização pelo qual passou o ocidente, chega à conclusão de que as regras gramaticais buscam controlar a *“singularidade, a subjetividade e a*

*expressividade incontrolláveis*” do sujeito por meio de mecanismos como a determinação e a completude. Ao citar Foucault, a pesquisadora descreve os mecanismos usados pelo estado para disciplinar, fabricando um tipo de individualidade, encontrada também na psicologia científica: “*o indivíduo aparece como transparente, mensurável, no limite até modificável.*” responsável pelos seus atos e, pelo seu dizer.

Reporta-se, também, a Pêcheux, aludindo à intercambiabilidade do sujeito, descrita por ele ao aprofundar as relações entre ideologia e os mecanismos do discurso. O autor analisa a existência de uma relação da simulação constitutiva entre a “sanção jurídica” e a “dedução lógica” pela relação entre o poder do estado e o direito que coagem o sujeito, discretamente, em todas as suas práticas, amarrando-o e aprisionando-o em sua identidade. “*A língua, sua gramática e a psicologia são os lugares desses mecanismos individualizantes que induzem a uma psicologia específica.*”

Assim, nessa concepção, cabe à gramática criar os mecanismos que possibilitem a manifestação desse processo “*a exigência de clareza, de desambiguação, de determinação, de perfeita legibilidade..*” (Haroche,1984:22) Esse ideal de clareza, legibilidade, desambiguação da gramática entra em choque com a idéia da busca pela expressividade, estilo pessoal de escrever, manifestados na descrição das regras de pontuação.

Essa percepção de um sujeito capaz de criar a partir de um estilo aponta para a concepção de uma posição sujeito determinada pela autonomia em relação à língua que fala e que é lugar da contradição de sujeito de enunciação, a partir de uma posição sujeito que produz linguagem determinado por uma visão de língua condicionante e condicionada pelas regras da gramática.

Segundo Câmara Jr. (1972:175), “Estilo também pertence à língua, pois é um sistema simbólico que transponta do discurso.” Nesse sentido, a pontuação marcaria, no discurso, a presença do espírito ou subjetividade, pois “A língua, antes de tudo, funciona como um mecanismo intelectual para simbolizar e estruturar em nosso espírito

o mundo em que vivemos e assim permitir que façamos desse mundo um assunto de comunicação social” (Câmara Jr.1972:175)

*“A solução para introduzir os elementos emocionais no sistema intelectual da língua é que está na base do estilo, em última análise. Assim compreendido, podemos definir estilo como- um conjunto de processos que fazem da língua representativa um meio de exteriorização psíquica e apelo (no sentido de Bühler)” (Câmara Jr.1972:175)*

Essa oposição entre a objetividade e a subjetividade já pode ser percebida nas descrições do conteúdo sobre pontuação em algumas gramáticas. Na definição de Luiz Antonio Sacconi, *Nova Gramática. Teoria e Prática*, (1994:p) pontuação *“É o conjunto de sinais gráficos destinados a indicar pausa mais ou menos acentuada de caráter objetivo, subjetivo ou distintivo.”* (Grifos meus). Percebe-se, aqui, o reconhecimento das possibilidades de a língua ser “utilizada” tanto objetivamente quanto subjetivamente.

É também de Rosa (1994) essa opinião, para quem a classificação dos sinais de pontuação em subjetivos ou objetivos seria um mecanismo próprio da língua que em si mesma prevê possibilidades de manifestações de subjetividade. Isso acontece por que a escrita, como forma específica de realização da enunciação, permite o uso de signos extralinguísticos. Assim, pode-se pensar na gramática como o espaço em que a subjetividade e a objetividade se encontram no mesmo espaço de enunciação. É no espaço da normatização que se pressupõem situações que permitem ao sujeito gramático recorrer à subjetividade quando a descrição das regras da língua não dá conta das situações de produção contextualizadas. Desse modo, cabe ao usuário da língua perceber tais possibilidades e delas fazerem usos no contexto permitido da produção do texto escrito por meio dos sinais de pontuação.

## 2.7.1. Objetividade X Subjetividade

### 2.7.1.1. A subjetividade na filosofia

Segundo Brandão(1997), o pensamento filosófico grego constituiu-se da idéia de que conhecer era um ato de reconhecimento e não de construção do saber. Cabia a Deus criar e ao homem imitar. Nesse contexto, não havia subjetividade visto que não cabia ao homem chegar perto da verdade, apenas cabia-lhe seu reconhecimento. O advento da subjetividade só se deu com o deslocamento do Ser para a Consciência. (Chauí, apud Brandão, 1997:34)

*“É uma capacidade, ou melhor, um poder de síntese, uma atividade que reconhece ou que produz, a partir de si mesma, o sentido do real, pela produção de idéias ou conceitos dos objetos e dos estados interiores; estas atividade epistemológicas e esse poder definem aquilo que a Filosofia denomina Sujeito.” (Op. Cit. P.34)*

Para Morente (1930), a objetividade é inerente ao homem perante o mundo real e, para o realista, existem as coisas, o mundo das coisas e o eu entre elas, refletidos pelo conhecimento, pois a verdade é a adequação do pensamento às coisas já que “ as coisas são inteligíveis , as coisas são as que têm no seu próprio ser a essência, a qual é acessível ao pensamento, porque o pensamento se ajunta e coincide perfeitamente com elas.” (Morente, 1930:134)

Segundo Morente (1930)

*“(...) o homem espontâneo e natural é aristotélico; e se o homem é aristotélico, espontânea e naturalmente, nada tem de estranho o espetáculo que nos dá a História e que consiste em que, a partir de Aristóteles, pouco a pouco a concepção metafísica aristotélica do mundo e da vida vai-se enraizando cada vez mais nos espíritos e nas almas, até tornar-se uma crença; uma crença que atinge o fundo mesmo do intelecto, o fundo mesmo da alma individual.” (Morente, 1930:135)*

Assim, o deslocamento do exterior do homem para seu interior é o ponto de partida para o surgimento da filosofia humanista, cuja principal característica é o privilégio do

homem interior, sua subjetividade, pois o idealismo consiste em pensar as coisas como derivadas do eu (Morente, 1930:141)

*“Descobre-se que há uma instância interior de percepção, de revelação da verdade, que é a consciência: o ser que eu sou é captado pelo ato de pensar. A verdade não é simplesmente reconhecida, mas produzida pelo homem nesse processo de percepção de si próprio. O “eu penso” é a primeira verdade, a de acesso mais imediato e o ponto de partida de todas as outras evidências que serão produzidas por esse mesmo “eu penso.” (Brandão, 1997:34)*

A consciência passa a ser o acesso ao reconhecimento e à produção do saber, implicando uma transformação do conhecimento da realidade. Separam-se, desse modo, sujeito e objeto, que se tornam independentes. Na exterioridade, o objeto passa a ser representado pelo sujeito que lhe dá sentido, torna-o idéia.

A principal crítica a essa concepção de subjetividade, como as de Hegel, é a de que a realidade é contraditória e essa contradição não pode ser ignorada. Para Brandão (op. Cit.), “a noção de representação não admite a contradição, porque pressupõe que o entendimento obedece cegamente ao princípio da identidade, por isso ele opera compartimentando o real, classificando, dividindo, segmentando o universo, para que os contraditórios não se “misturem”.

No campo específico da linguagem, a noção de representação, herdada da filosofia cartesiana, é fundamental. Segundo Brandão (1997), “O nascimento da subjetividade, sob a égide do cartesianismo, vai implicar, dessa forma, uma transformação no conhecimento da realidade: o real a ser apreendido pela consciência.” A representação seria a apreensão pelo sujeito do objeto que lhe é exterior. Seria a operação de apropriação, convertendo-o em idéia, em consciência de algo que está fora, mas que não lhe é contraditório.

A partir da epistemologia moderna, com sua função de harmonizar a ordem das representações na consciência com a ordem de representações fora de Eu, surge o sujeito em busca de recuperar o mundo perdido, por meio das evidências diretas e

imediatas dos sentidos, o empiricismo, ou pela racionalidade, cujo objetivo comum era a representação adequada das coisas.

### **2.7.1.2. A subjetividade na linguagem**

A subjetividade na linguagem tem suas concepções herdadas do conceito de representação da Filosofia. De um lado, a epistemologia clássica, cartesiana, via a linguagem como representação do real. Para Brandão (1997:37), essa visão considerava a linguagem objeto da semântica representacional que se fundamentava nas condições de verdade do enunciado. Desse modo, um enunciado só era verdadeiro se as coisas existentes também fossem. O papel do sujeito não era questionado.

Por outro lado, a epistemologia moderna via a função de representação da língua com função demonstrativa. Nessa visão, o sujeito desempenha papel fundamental, pois a verdade não é mera manifestação da força interna das coisas, mas representava uma visão do sujeito. Assim, a subjetividade passa a ser percebida como algo constituído “na linguagem e pela linguagem.” “É porque constitui o sujeito que a linguagem pode representar o mundo: porque falo, aproprio-me da linguagem, instauro a minha subjetividade e é enquanto sujeito constituído pela linguagem que posso falar, representar o mundo.” (Op.cit.)

Para Benveniste (1989; 247-248), as categorias de pessoa do discurso, as “pessoas gramaticais” constituem o modelo de qualquer língua que possui verbo. Para ele,

*(...) “os pronomes não constituem uma classe unitária, mas espécies diferentes segundo o modo de linguagem do qual são signos. Uns pertencem à sintaxe da língua, outros são característicos daquilo que chamamos de ‘instâncias do discurso’, isto é, os atos discretos e cada vez únicos pelos quais a língua é atualizada em forma de palavra pelo locutor. (Benveniste, 1989, p. 277).*

Por esse princípio, só pode ser denominada “pessoa” aqueles que são participantes ativos de um ato de enunciação, ou seja, a noção de personalidade só pode ser carregada por *eu* e *tu* e, assim, o pronome *ele* não pode ser inserido nessa categoria. A

primeira e a segunda pessoas são definidas na instância do discurso, pois *eu* é aquele que, ao falar, apropria-se da língua, enuncia-se como *eu* referindo-se a si próprio e dirigindo-se ao *Tu*, seu interlocutor. Por não se referirem a um objeto fora do discurso, são denominados dêiticos, isto é, só fazem sentido em situação de interação.

Já o pronome *ele* não remete a si próprio, mas a um “objeto” que não participa do momento da enunciação, pois pode se referir a outras coisas que não os atores do ato discursivo (*eu* e *tu*) e por isso são mais amplos.

Dessas reflexões, Benveniste separou as categorias de pessoa, o *eu* e o *tu*, das de não-pessoa, o *ele*. Assim, para ele o *Eu* configura a “pessoa subjetiva”, o sujeito enunciador; já *tu* é a “pessoa não-eu”, a “pessoa não-subjetiva”, o interlocutor, e juntas se opõem à categoria de “não pessoa” (*ele*). A abordagem enunciativa, assim, acredita que a língua resulta de atos individuais, que são remodeladas pelo sujeito cada vez que este tem a palavra.

Essa concepção de língua acaba sendo representada na gramática, também, pela pontuação, ao opor uma pontuação subjetiva a uma outra objetiva. Quando pressupõe a possibilidade de haver um caráter mais ou menos subjetivo, permite-se acreditar na força de sujeito que diz *eu* e que se marca no discurso como pessoa em oposição a uma objetividade, marcando o que está fora de si mesmo.

Falar sobre uma possível objetividade, subjetividade ou subjetividade relativa da linguagem implica falar sobre um sujeito com habilidade de decidir sobre como organizar a linguagem que fala. Assim, estudar a gramática, nesse enfoque, é estudar a produção de um conhecimento pelo sujeito e o discurso sobre esse acontecimento, para compreender em que medida os sujeitos estão inseridos neste contexto de produção de conhecimento.

Esse olhar sobre o discurso da gramática está de acordo com o que afirma Guimarães (2004:11) segundo o qual

“a historia das ideias envolve de um lado três tipos de elementos: as instituições, os acontecimentos nas instituições que organizam as práticas de produção de conhecimento, as obras que formulam este conhecimento, ou dito de outro modo, que resultam do conhecimento produzido.”

Cada um desses elementos deve ser olhado como objeto específico que são, visto não serem o mesmo, havendo a necessidade de se desenvolverem dois procedimentos distintos, seja para a análise interna das obras escolhidas, seja para a relação entre os acontecimentos institucionais e a produção do conhecimento. Fazer história é, pois, “...compreender os sentidos dos acontecimentos humanos. Uma História é, então, de um lado, o relato de fatos acontecidos com certos personagens, e de outro, é a compreensão destes fatos quando tomados como acontecimentos e enquanto tais contado.”(2004:12)

## CAPÍTULO 3

*E havia uma gramática que dizia assim:  
"Substantivo (concreto) é tudo quanto indica  
Pessoa, animal ou cousa: João, sabiá, caneta".  
Eu gosto das cousas. As cousas sim !...  
As pessoas atrapalham. Estão em toda parte. Multiplicam-se em excesso.  
(Mário Quintana)*

### 3. A gramática, a noção de norma, regra e a pontuação

#### 3.1. A gramática normativa

Cabe à *gramática normativa* apresentar os fatos da língua como leis, aqui no sentido de normas, regras, ou seja, descrição do padrão de correção, ideal de língua, que regulam seu uso na sociedade. Para isso, dentre as várias possibilidades ou padrões, um é legitimado nesse processo, em detrimento de outros. Segundo Mattoso Câmara (1975:10), fatores socioculturais sempre interferiram nos estudos da linguagem. Como exemplo cita o fato de que nas sociedades estruturadas em classes, as mais favorecidas buscam transmitir os traços considerados corretos da sua modalidade de fala. Desse modo, “O estudo da linguagem surge a fim de conservar-se inalterada a linguagem *correta* das classes superiores em seu contacto com os outros modos de falar dessa sociedade.” A essa abordagem ele dá o nome de *O estudo do certo e errado* e que, segundo ele, deu origem à gramática normativa.

De acordo com Mattoso Câmara (1975), os estudos da linguagem na Índia e na Grécia tiveram origem na busca da compreensão correta dos textos religiosos. Assim, “Pānini e Pantañjali estabeleceram as bases da gramática normativa do sânscrito e dos tratados hindus que surgiram posteriormente e nada mais eram que comentários sobre as ‘Sutras de Pānini’ e sobre o ‘Mahabhasya de Pantājali’” (Mattoso Câmara, 1975:15)

A gramática grega, apesar de sua orientação filosófica, teve também uma orientação do “certo e errado” visto que visava impor, dentre as várias modalidades do grego, o dialeto ático.

### 3.2. A noção de norma

Michel Casevitz e François Charpin (2001: 24/25) citam uma passagem em que Heródoto, em Histórias I, fala das cidades gregas jônicas da Ásia Menor:

*“Estes jônios não usam a mesma língua, mas quatro tipos de variantes. Mileto é a primeira de suas cidades no rumo sul; em seguida vêm Mionte e Priene; essas cidades se situam na Caria e têm o mesmo dialeto. As seguintes estão situadas na Lídia; Éfeso, Cólofon, Lêbedo, Teos, Cazômena, Foéia; essas, do ponto de vista da língua, diferem totalmente das precedentes e se combinam entre si. Restam ainda três cidades jônicas, duas das quais situadas em ilhas, nas ilhas de Samos e Quios, e uma estabelecida no continente, Eritréia; a gente de Quios e de Eritréia tem o mesmo dialeto; os samianos têm um particular só pra si. Isso faz quatro tipos de línguas. (24e 25)”*

É a partir desse contexto que a palavra norma, derivada do francês *norme*, que, por sua vez, vem do latim *norma*, é usada para se referir aos usos da língua. A variedade formal do grego acabou por modelar a idéia de língua, a partir da qual se originou sua gramática: a pregnância de variedades de dialetos e a tentativa de se encontrar uma que pudesse ser usada como modelo, ou padrão. Por isso,

*“a norma na gramática grega, nascida do sentimento da unidade da língua, apesar de sua diversidade e de uma certa consciência de sua regularidade, se desenvolveu num esforço pedagógico por fixar a língua num certo estado de pureza e por permitir o estudo dos escritores da “época áurea”. Casevitz e Charpin (2001: 31-32)*

O termo norma é normalmente associado a dialeto ao opor norma culta, ou padrão, ao dialeto ou variante popular, referindo-se aos padrões de comportamento linguístico, segundo os valores que cada falante manifesta na comunidade em que vive, não tendo, portanto, caráter normativo. Assim, pode-se falar em norma-padrão ou norma culta, quando se deseja manifestar um pensamento sobre formas prescritas pelas gramáticas normativas, expressando sobre elas o ideal de correção da língua.

Cegalla, no prefácio à 33ª edição da sua *Novíssima Gramática*, afirma ser o objetivo da sua gramática “ *um meio posto a nosso alcance para disciplinar a linguagem e atingir a forma ideal da expressão oral e escrita*”. Mais adiante, acrescenta “ *Maldizer da Gramática seria tão desarrazoado quanto malsinar os compêndios de boas maneiras só porque preceituam as normas da polidez que todo povo civilizado deve acatar.*” Ao mesmo tempo em que fala de norma, no sentido de língua padrão, ou norma culta, ao estabelecer como objetivo seu “*disciplinar a linguagem e atingir sua forma ideal*” em que forma ideal significa norma padrão, refere-se às regras de um manual ao comparar a gramática “*a um manual de boas maneiras em que se aprendem as regras de comportamento*”. Assim, regras são o conjunto de normas que regulam o comportamento, no caso, linguístico.

### **3.3. A noção de regra**

Para Auroux, (1998) a gramática é habitualmente aprendida a partir de regras, construídas como fórmulas prescritivas do tipo “diga..não diga” ou mais neutras como “concordar o particípio passado construído com ter como o objeto direto quando este o precede”. Assim, as regras têm a ver com as prescrições estabelecidas a partir da observação de uma norma considerada a mais adequada para representar uma modalidade da língua falada por um povo. A regra surge, então, da decisão sobre a norma, é prescritiva e”... dirige-se a um sujeito (livre para realizar ou não realizar) que se supõe conhecê-la (princípio da consciência).”

*“A regra define a norma da ação. Esta concepção da regra tem sua origem na moral e no direito. Ela convém mais ou menos para a gramática prescritiva, aquela que pretende fornecer normas às quais devemos nos conformar para bem falar. Ela convém para descrever a atividade linguística dos homens tal como ela efetivamente se dá? Observe-se de início que não é de modo algum evidente que o homem fale conformando-se a regras já que, muito frequentemente, ignoramos as regras às quais nossa língua parece corresponder, no sentido em que seríamos incapazes de formulá-las. O saber gramatical (matalinguístico) não se confunde com a saber (epilinguístico) interno dos locutores.” (Auroux, 1998:324)*

De onde se deduz que a noção de regra está mais relacionada à moral que à linguagem, visto que não se pode discuti-la sem fazer referência ao contexto em que é usada. Não se pode, por exemplo, falar de desobediência às regras gramaticais sem se referir ao que se fala ou deixa de falar na norma culta. É o caso da regência do verbo *chegar*, regido pela preposição *a*, na escrita da norma culta, mas aceita a regência da preposição *em* na modalidade oral.

## CAPÍTULO 4

### 4. Quadro teórico

*Não oblitero moscas com palavras.  
Uma espécie de canto me ocasiona.  
Respeito as oralidades.  
Eu escrevo o rumar das palavras.  
Não sou sandeu de gramáticas.*

*(Manoel de Barros)*

#### 4.1. O projeto História das Idéias Linguísticas

O projeto História da Idéias Linguísticas no Brasil tem como objetivo sistematizar o conhecimento da história da língua portuguesa no Brasil e “*da constituição de um saber sobre ela*” (Orlandi,2001:7)

Seu pressuposto fundamental é a ideia de que não se pode separar os estudos linguísticos do seu contexto histórico. Para Orlandi (2001:14), “*as grandes línguas de cultura são de algum modo artefatos, produtos da instrumentação em um contexto particular, o do monolinguismo dos Estados-Nações.*” Portanto, as ciências da linguagem não produzem um saber desprovido de filiações ideológicas, sem consequências práticas: “*elas são irremediavelmente ligadas a línguas, a territórios, a indivíduos que falam umas e habitam outros.* (op.cit.)

Assim, pretende-se uma articulação entre a história das ideias linguísticas e a história da constituição da língua, a fim de observar como se constrói a sociedade brasileira na história. Essa perspectiva possibilita aliar “*a história da construção do saber metalinguístico com a história da constituição da língua nacional, visando trazer contribuições específicas ao modo de pensar e trabalhar a questão da língua nos países colonizados.*” (Orlandi, 2001:7)

Contudo, o que se faz no projeto *História das Ideias Linguísticas* não é fazer história da linguística, pois busca ao mesmo tempo o ponto de vista interno ao conhecimento sobre a linguagem e as formas como esse saber linguístico tem se constituído no Brasil, ao longo de sua história, até formar a Linguística, inserida nas relações de conhecimento na história das teorias.

*“Fazer história das ideias nos permite: de um lado, trabalhar com a história do pensamento sobre a linguagem no Brasil antes da Linguística se instalar em sua forma definida; de outro, podemos trabalhar a especificidade de um olhar interno à ciência da linguagem tomando posição a partir de nossos compromissos, nossa posição de estudiosos especialistas em linguagem.”*  
(OP.CIT.p16)

Isso significa dizer que o conhecimento linguístico vai-se constituindo como ciência ao mesmo tempo em que a Língua é afetada pela relação do sujeito com o Estado e que é tornada visível na elaboração das Políticas Linguísticas.

Segundo Auroux (1992), há uma diferença fundamental entre uma filosofia da linguagem inserida na idéia de cientificidade, para a qual a língua é uma entidade autônoma dotada de uma realidade própria e uma outra que reflete sobre sua existência histórica e para a qual os saberes que se constituíram sobre a linguagem tal como ela se realizou na diversidade das línguas é seu objeto. Assim, para ele esse objeto não é natural, mas um saber constituído que deve ser relacionado a um campo de fenômenos. O saber metalinguístico é, portanto, um produto histórico que resulta da interação das tradições e do contexto.

Para Orlandi (2000:7), fazer a História do saber linguístico é organizar reflexões que têm origem no interior do conhecimento linguístico, inscrito no que se costuma chamar de novas práticas de leitura propostas na análise de discurso francesa. Essa prática trabalha a construção de arquivos, “a leitura da história, sua interpretação.” Assim, relaciona-se “o dizer com o não dizer, com o dito em outro lugar e com o que poderia ser dito.” Observam-se, desse modo, as relações de sentido construídas ou pelo o interdiscurso ou pela intertextualidade. Constituem-se, então, novos gestos de leitura, “percorrendo os caminhos dos sentidos” que, na História das Ideias ,são “os sentidos que sustentam a produção de

um conhecimento linguístico que se foi produzindo junto a uma constituição de nossa língua.”

Em vista do fato de se tratar da compreensão e interpretação da história dos estudos sobre a linguagem, a gramática e o dicionário são percebidos como objetos vivos, pois, segundo Orlandi (2000:8), são “parte de um processo em que os sujeitos se constituem em suas relações e tomam parte na construção histórica das formações sociais com suas instituições, e sua ordem cotidiana.”

Contudo, esses instrumentos não são vistos como meros artefatos da escola, mas como um objetos históricos representativos das políticas das línguas.

“ Quando se constrói uma gramática, um dicionário, de imediato impõe-se a questão do ensino. Não falamos, então, dessa perspectiva, na função da gramática ou do dicionário, na escola mas do funcionamento deles na relação do sujeito com a sociedade na história. Não se trata de aplicação mais da constituição do saber e da língua na instituição.”(Orlandi, 2000:8)

#### **4.1.1. As gramáticas e os dicionários na História das Ideias Linguísticas**

Para a História das Ideias Linguísticas , tanto as gramáticas produzidas no processo de aquisição dos conhecimentos linguísticos, como os dicionários, e o saber metalinguístico manifestam, trazem inscritos suas direções ideológicas e o lugar teórico-científico em que são produzidos. Compreender a história da constituição desses artefatos implica compreender como os saberes que os sustentam são formulados.

Entende-se, assim, haver uma estreita relação entre Língua, Ciência e Política atuando profundamente na constituição dos sujeitos e da sociedade.

*“Fazer história é constituir uma temporalidade, ou seja, é estabelecer procedimentos de inclusão de acontecimentos nesta temporalidade. Em outras palavras, fazer história é, de certo modo, a desautomatização das narrativas cronológicas e das situações dos relatos tornado oficiais, por qualquer razão que seja”. (Guimarães,2002:23)*

A Gramática e o Dicionário são dois instrumentos fundamentais na história do conhecimento sobre a linguagem desde a Antiguidade, artefatos linguísticos que resultam do processo de gramatização. “Assim como as estradas, os canais, as estradas-de-ferro e os campos de pouso modificaram nossas paisagens e nossos modos de transporte, a gramatização modificou o estado do patrimônio linguístico da humanidade.”( Auroux,1992:70)

Segundo Auroux (1998:13), as reflexões sobre a linguagem surgiram depois que o homem desenvolveu uma percepção “*simultânea e espacializada da fala*”. A criação da escrita possibilitou a observação mais analítica das produções de linguagem e o surgimento de técnicas de observação que deram origem às primeiras gramáticas e dicionários e o conhecimento metalinguístico que os sustenta.

“Esse processo de “gramatização” mudou profundamente a ecologia da comunicação humana e deu ao Ocidente um meio de conhecimento/dominação sobre as outras culturas do planeta. Trata-se propriamente de uma revolução tecnológica que não hesito em considerar tão importante para a história da humanidade quanto a revolução agrária do Neolítico ou a Revolução Industrial no século XIX.” (Auroux,1992:9)

Acredita-se, por um lado, que esse processo de criação de instrumentos linguísticos mudou o modo de organização da comunicação, em virtude dos complexos espaços de comunicação criados a partir daí, possibilitando observar, por exemplo, a oposição unidade/diversidade da língua.

Por outro lado, a presença desses instrumentos tecnológicos na escola permite observar como se constrói um pensamento sobre a linguagem que vai além da reprodução de modelos linguísticos. Há aí uma intenção de construir um pensamento metalinguístico, ou seja, de um uso da linguagem que reflete sobre si mesma, além da relação do sujeito com a escola e com a própria sociedade. Para Orlandi, “*A escrita é uma forma de relação social, historicamente determinada. A gramática, o dicionário são objetos de conhecimento determinados sócio-historicamente.*” (Orlandi, 2001:08)

Esses artefatos, a gramática e os dicionários, são arquivos que permitem observar a relação do sujeito com os sentidos, a história e as formas da sociedade, em sua discursividade, como objetos históricos em relação com a história da ciência e da sociedade. “Pensando, pois, a gramática como objeto histórico, como artefato pedagógico, podemos nos questionar sobre o modo como ela inscreve o sujeito na vida social, em relações pelas quais ele se identifica como o ‘seu’ grupo social, como sujeito de um Estado, de um país, de uma nação.” (Orlandi, 2002:17)

Também o político e as questões políticas estão incluídas nos estudos da história da ideias, segundo Orlandi (2002:16), pois a observação dos princípios que fundamentam vida social, do modo como se pensa o processo de produção do conhecimento, e não apenas os produtos, a questão do saber são práticas deixam resultados na história do homem. “O político se caracteriza assim como o lugar de disputa dos princípios que regem a vida social em suas diferenças, sendo ele próprio a prática dessas diferenças.”

Desse modo, as pesquisas no projeto, voltam-se à observação da ética e da política, o lugar do conhecimento na sociedade atual e “o político como constitutivo da própria produção da língua nacional.” Nesse raciocínio, a escola oferece a possibilidade de se observar como se dão os processos de individualização do sujeito pelo Estado. Isso só é possível pela ligação do modo de produção dos instrumentos linguísticos e de seu funcionamento na Instituição em que se constroem. “Do mesmo modo, os estudos linguísticos, na maneira como se institucionalizam e refletem sobre o ensino da língua, têm parte fundamental na produção dessa identidade de que estamos falando e que produzem, pela ciência e pela língua, o imaginário da sociedade nacional.”(Orlandi, 2002:18).

#### 4.1.2. Políticas linguísticas

Como Políticas Linguísticas entendem-se os sentidos explícitos e formais, como a escolha de determinada língua para representar oficialmente o Estado, até os sentidos implícitos, que produzem as diferenças das línguas, como as exclusões e interdições de falares em um mesmo grupo social.

Para Orlandi (2000), as políticas linguísticas podem ser pensadas de três perspectivas, cujos princípios éticos as distinguem: a unidade linguística; a dominação de um povo sobre outro; e a diversidade. Assim, *“são línguas do Estado aquelas que o Estado define como sendo suas línguas e que ele regula em sua unidade. Não há Estado sem unidade (tendencial, imaginária, talvez, mas necessária)”*.

Essa noção de unidade do Estado se materializa nas instituições tais como a construção da unidade da língua, de um saber sobre ela e os meios de ensino, ao mesmo tempo em que é condição necessária para a existência de toda língua. *“A gramática, enquanto objeto histórico disponível para a sociedade brasileira, é assim lugar de construção e representação dessa unidade e dessa identidade. (Língua, Nação, Estado)”*

Já a questão da dominação de um povo sobre outro pode ser observada na história das conquistas territoriais, na dominação de uma língua, como o Inglês, como língua das ciências, do comércio, das comunicações, mais relacionadas à dominação capitalista e do conhecimento tecnológico dos Estados Unidos e que põem em evidência a questão da globalização.

A questão da diversidade busca estudar a diversidade concreta das línguas, partindo do princípio de que há inúmeras línguas e que no curso da história uma unidade é imposta às outras.

### 4.1.3. Linhas de pesquisa do projeto História das Ideias Linguísticas

É necessário explicitar que o que o *Projeto História das Ideias Linguísticas* se propõe fazer *não se trata de historiografia*.

“Fazer história das ideias nos permite: de um lado, trabalhar com a história do pensamento sobre a linguagem no Brasil, mesmo antes da Linguística se instalar em sua forma definida; de outro, podemos trabalhar a especificidade de uma olhar interno à ciência da linguagem tomando posição a partir de nossos compromissos, nossa posição de estudiosos especialistas em linguagem.”

Com o objetivo de estudar as gramáticas produzidas no Brasil localizadas em momentos importantes da história da Linguística, analisam-se suas relações com a história brasileira, o saber metalinguístico produzidos a partir daí, e a relação do Estado com a Ciência e sua institucionalização.

”Não se trata uma história da Linguística, externa, o que poderia ser feita por um historiador, da ciência simplesmente. Trata-se de uma história feita por especialistas da área e portanto capazes de avaliar teoricamente as diferentes filiações teóricas e suas consequências para a compreensão do seu próprio objeto, ou seja, a língua.”

Assim, fazem-se reflexões a partir da área de cada especialista como a linguística, pragmática, filosofia da linguagem, ciência da informação e muitos outros em uma abordagem discursiva que permite uma leitura dos arquivos, analisando os discurso da língua e sobre a língua.

Inicialmente, os objetos de observação são os dicionários e as gramáticas. Os primeiros dicionários são estudados desde as primeiras publicações, seja em relatos de viagens, seja em formato de enciclopédias. As gramáticas são verificadas em seu processo de gramatização da língua portuguesa, notadamente as primeiras de que se tem registro da organização de um saber sobre a língua portuguesa no Brasil feita por brasileiros. Também são estudadas as diferentes filiações teóricas das gramáticas na constituição da autoria.

Os espaços de enunciação e sua ocupação observando-se como se constrói uma política de língua, que é também uma política do Estado, seja de forma explícita ou implícita uma política de línguas. Assim, analisam-se as informações sobre como se dá a construção de um imaginário sobre a língua, enquanto processo de identificação de uma nacionalidade.

No presente trabalho busco discutir como, enquanto os conteúdos da gramática determinam o sujeito como condicionado por ideais de clareza, raciocínio, representação da realidade, inteligibilidade e não ambiguidade, nos conteúdos sobre pontuação, essas necessidades são substituídas por uma outra, que acaba por reproduzir um modelo de pensamento sobre a linguagem, sobre a ambiguidade do sujeito que produz discurso e sobre a presença de vários fatores que interferem nesse processo. Conforme afirma J.Drillon (1992:17): “*A vírgula permite escrever claramente; ela permite também escrever obscuramente: é preciso escolher.*” O que se percebe, no entanto, é que também essa percepção de um sujeito livre para poder escrever é uma ilusão, visto haver interdições à constituição da autoria na escrita da gramática.

Para isso, há um silenciamento nas gramáticas sobre a legibilidade na pontuação, quando fazem referência a um modo de pontuar que está na necessidade de produzir sentido, marcando a subjetividade de quem produz. Assim, quando as regras não dão conta de todas as possibilidades de pontuar, usa-se o recurso da subjetividade de quem escreve. Esse silenciamento se dá pela necessidade da não ambiguidade da Gramática de que fala Haroche (1992:116), pois “*A gramática ignora o papel da ambiguidade, tomando o cuidado de separá-la sistematicamente do implícito (inevitável mas considerado não ambíguo).* Ao discutir o funcionamento da elipse e a incisa na gramática, esta pesquisadora afirma que a gramática limita o implícito a um fato de sintaxe, reconhecendo-o como “*um torneio cuja existência só é admitida para fins utilitários ou estilísticos*”.

Desse modo, estão marcadas as formas de dizer possíveis dentro de um padrão de língua estabelecido politicamente, que é a questão da norma gramatical. Isso se dá,

porque, segundo Haroche (op.cit.), a possibilidade da existência do incerto, da falta, das interpretações possíveis ameaça as instituições.

Assim, a pontuação, tal como a elipse e a incisa, coloca em discussão o limite entre o linguístico e o extralinguístico, ao postular a existência de duas formas de completude: uma interna à língua, referente às formas sintáticas e um outra, externa, relativa à comunicação e ao sujeito. Para Haroche, a integridade, correção, equivale à boa formação sintática, e à independência, que representa a completude “externa”, ou seja, condição fundamental para a idéia de comunicação.

## **4.2. Análise do discurso**

Orlandi (2002:5) afirma ser a AD “ forma de conhecimento que se realiza em seu objeto- o discurso- pela conjunção desses três modos de opacidade: a do sujeito, a da língua e a da história. Assim, não há como falar do sujeito, sem referir-se à língua e à história. Na perspectiva da Análise do Discurso a linguagem é mais que um instrumento de comunicação ou de transmissão de informação, é o lugar do conflito, do confronto, chegando às vezes, também, a não comunicar.

As condições sociais são fundamentais para a AD, visto que são elas que evidenciam os sentidos, mas não são imanentes às palavras, pois são polissêmicas pela natureza da sua relação com o Outro, na confluência com a ideologia, com o social e com a história. Esse lugar social do discurso tem regras anônimas , definindo o que pode e deve ser dito, determinando efeito de sentido para o discurso, segundo as condições de produção.

São as posições ideológicas evidenciadas nesse jogo de constituição de sentidos que determinam os sentidos socialmente constituídos. “Inscrevendo-se no campo da reflexão sobre a linguagem, o que a AD questiona é o que é deixado para fora, no campo da linguística: o sujeito e a enunciação”. (Orlandi, 1996:16)

O analista do discurso tem como função identificar os sentidos colocados na exterioridade, das produções no meio social, na materialização do discurso. Por isso, a história e o contexto são fundamentais na AD, visto que possibilitam a materialização do discurso e suas regularidades. O sujeito e a situação são, desse modo, questionados por estarem inscritos no campo de reflexão sobre a linguagem que, segundo Orlandi (1996) é uma relação contraditória.

Contudo, para Orlandi (1996), a materialidade histórica do texto não representa a historicidade nele refletida, mas a sua historicidade, produzindo sentido na sua matéria textual. Segundo Pêcheux (1988:91), referir-se à materialidade da língua é perceber a língua como base material para a ocorrência do discurso, sem, contudo, negá-la como um sistema de signos linguísticos.

Na materialização da língua, o sujeito enuncia afetado pelo inconsciente, pela ideologia e inscrito na história e no real da língua, cujo sistema significante é passível de dispersão, de contradição, de incompletude, da falha e do equívoco e é apreendida pela discursividade, em que “O equívoco aparece como o ponto em que o impossível (lingüístico) chega a unir-se com a contradição (histórica) – esse é o ponto de encontro em que a língua toca a história” (Gadet e Pêcheux, 1984:63-64).

Essa materialidade, contudo, só é passível de leitura a partir de uma prática de produção de sentidos como um gesto de interpretação do sujeito, que segundo Pêcheux, (1990:54) só é possível a partir da rede de memória e do trajeto social em que tem origem, sem ignorar a existência do *outro*, origem da noção de interdiscurso.

De acordo com Maingueneau (1990), é fundamental no “processo interpretativo” da Análise do Discurso a percepção de que o saber linguístico não serve para dissipar as opacidades que podem se interpor entre o presente da leitura e a evidência da proferição primeira”. A dubiedade da linguagem é vista pela AD, segundo ele, como “ ao

mesmo tempo integralmente formal e integralmente atravessado pelos embates subjetivos e sociais.”

Assim, é pela materialização do discurso que podemos, em um gesto de interpretação, identificar as formas como os sentidos vão se construindo na descrição das regras da gramática, no que se refere à pontuação e aos outros conteúdos. Observa-se, no modo de organização da gramática, a permanência de um discurso sobre a escrita e sobre o uso da língua que reconhece uma impossibilidade de alcançar o seu objetivo primeiro: a descrição da norma como possibilidade de alcançar claramente todos os sentidos possíveis. Se por um lado a gramática pretende alcançar tal objetivo na descrição exaustiva das regras de uso dos fonemas, das formas possíveis de concordância, quando trata das regras da pontuação, termina por recorrer ao sujeito usuário da gramática e a sua subjetividade e estilo próprio de escrever, para explicar não ser possível dar conta do que se propõe.

Essa materialidade se constrói no nosso corpus, também, no modo de organização da gramática, ora inserindo a pontuação no capítulo da Sintaxe, ora em um anexo com um título Pontuação, destacando-se dos outros conteúdos. Esse modo de organização acaba por manifestar a incapacidade de lidar com fluidez desse conteúdo, a pontuação, pelo tamanho da sua abrangência: ao mesmo tempo em que se reporta à sintaxe, na explicação de algumas de suas regras, remete-se à lógica, explicando alguns de seus usos, à oralidade em outros.

#### **4.2.1. O discurso, o texto e a memória discursiva**

A definição de discurso como efeito de sentido entre locutores permite tratar a linguagem em seu funcionamento, considerado em relação à constituição dos sujeitos e à produção dos sentidos. Nessa abordagem, considera-se além da sua matéria significante, sua relação com exterioridade, pois sem história não há sentido. É o

discurso que possibilita a apreensão da relação entre linguagem e ideologia, mediada pela noção de sujeito: não há discurso sem sujeito, nem sujeito sem ideologia.

Se é assim para o sujeito, também a relação com o mundo é constituída pela ideologia; a ideologia é vista como o imaginário que medeia a relação do sujeito com suas condições de existência. No discurso, o mundo é apreendido, trabalhado pela linguagem e cabe ao analista procurar apreender a construção discursiva dos referentes. A ideologia é, pois, constitutiva da relação do mundo com a linguagem, ou melhor, ela é condição para essa relação. (Orlandi, 1994:54)

A exterioridade do discurso não são traços sociais empíricos, mas formações imaginárias, constituídas a partir das relações sociais em funcionamento no discurso. Segundo Orlandi (1994:54), “Há em toda língua mecanismos de projeção que permitem passar da situação sociologicamente descritível para a posição dos sujeitos discursivamente significativa.” São esses os processos discursivos pelos quais a linguagem e a ideologia se constituem na produção de sentido que devem ser olhados no estudo do discurso.

Resta-nos, ainda, falar da questão da materialidade física do enunciado. Para nós esta materialidade tem interesse quando se fala do texto, da textualidade. Para nós (Orlandi e Guimães, 1988) o texto é uma construção com começo/meio/fim que se constitui como um “cruzamento” de discursos, de enunciados de discursos diferentes. Nesta construção, conta também a materialidade física (sonora, visual, etc) e é nesta medida que entra, então, a temporalidade. O fato de ter começo e fim se deve à temporalidade. (GUIMARÃES, 1989:179)

Desse modo, o discurso é considerado uma dispersão de texto e o texto uma dispersão do sujeito, ou forma-sujeito, em um processo de constituição heterogêneo, já que o autor pode ocupar diversas posições de sujeito no texto. Assim, não há liberdade na enunciação, pois o indivíduo é ideologicamente determinado e a ilusão de que ele é a origem do seu próprio dizer é constitutiva.

*“O texto é uma dispersão do sujeito. Por essa afirmação, entendemos que o sujeito ocupa posições diferentes no interior do mesmo texto: o sujeito se representa de maneira bastante diversa num mesmo espaço textual. Isso nos leva a considerar a heterogeneidade como forte característica do universo discursivo.”(Orlandi, 1988:76)*

Na relação com qualquer objeto simbólico, o sujeito sofre a injunção a dar sentido, “*construir sítios de significância, delimitar domínios, tornar possíveis gestos de interpretação*” (Pêcheux, 1995). Convém esclarecer que, como os sujeitos estão condenados a significar, a interpretação é sempre regida por condições de produção específicas, mas que aparecem como universais e eternas, resultando na impressão do sentido único e verdadeiro. Os sentidos, contudo, são produzidos a partir das posições ocupadas pelos (inte)rlocutores, determinados pela história, ideologia e inconsciente e, portanto, as significações estão sempre em movimento, não são estáveis, imutáveis, mas se fragmentam e reconstróem incessantemente.

No processo de textualização, no entanto, os sentidos não são explicitados. Tudo acontece de modo a parecer que não se tem conhecimento das formulações dos enunciados, em que uns são rejeitados em benefícios de outros. Trata-se da memória discursiva organizando, separando, dentro de um espaço histórico específico, ora atualizando, ora rejeitando enunciados em novos contextos discursivos.

*“Não nos interessa, entretanto, falar das marcas que atestam essa inscrição-elas existem e são muitas-, mas do fato de que os diferentes modos pelos quais o sujeito se inscreve no texto corresponde a diferentes representações que, por sua vez, indicam as suas diferentes funções enunciativo-discursivas.” (Orlandi, op.cit. 77)*

O processo de constituição da autoria da gramática no século XX tem como gesto fundador a constituição da NGB que estabilizou os dizeres, a nomenclatura gramatical. Assim, ocorre um processo de unificação da normatização da língua. No entanto, na observação minuciosa das descrições sobre tais conteúdos, acabam sendo observados aparentes deslizos de significado que permitem perceber traço de autoria, principalmente, no caso das regras da pontuação, na explicação das regras e na exemplificação das suas possibilidades de uso. Alguns gramáticos reconhecem haver casos em que as regras não dão conta de todos os usos, recorrendo-se, assim, ao

estilo de pontuar de cada sujeito usuário da gramática para dar conta desse impasse. No entanto, a explicação dessa possibilidade acaba por possibilitar a identificação de um universo de modelos de textualização com uma riqueza de possibilidades interessantes.

No exemplo de Sampaio Dória, a escolha é deixada para o escritor em que o bom gosto seja soberano na escolha dos sinais de pontuação: *Alguns escritores são redundantes, e outros parcios no pontuar. Não obstante, pontuações há obrigatórias, e outras em que o bom gosto é o árbitro soberano. (Sampaio Dória, 1953:311)*. Para Sacconi, no entanto, equilíbrio caracteriza o bom gosto “ *O bom escritor sabe estabelecer o equilíbrio do seu trabalho, não deixando desnecessariamente num único parágrafo frases curtas nem transformando o seu escrito num bloco monolítico. (Sacconi, 1996:468)*

Esses exemplos acabam por ilustrar como a materialidade do discurso permite que se perceba como se dá a organização de um mesmo conteúdo, aparentemente padronizado por um fato histórico, mas que, no processo de elaboração, deixam pistas sobre como uma forma-sujeito do autor da gramática acaba por se constituir no processo de autoria da gramática. Não se trata de um sujeito empírico, ou do sujeito ideal, mas de uma forma-sujeito, do discurso, elaborando na constituição do discurso sobre a pontuação, buscando saídas no reconhecimento da impossibilidade de não dar conta de todos os usos da pontuação.

#### **4.2.2. A formação discursiva**

O conceito de FD é fundamental para o desenvolvimento teórico da AD. Segundo Brandão (1993:37), “O discurso é uma das instâncias em que a materialidade ideológica se concretiza, isto é, um dos aspectos materiais da ‘existência material’ das ideologias.” O sentido, no discurso, relaciona-se a um exterior ideológico demarcado por FIs (formações ideológicas) que estão relacionadas às condições de produção.

“Constituindo o discurso um dos aspectos materiais de ideologia, pode-se afirmar que o discurso é uma espécie pertencente ao gênero ideológico. Em outros termos, a formação ideológica tem necessariamente como um de seus componentes uma ou várias formações discursivas interligadas. Isso significa que os discursos são governados por formações ideológicas.” (Brandão, 1993:38)

Isso significa dizer que a produção de sentido por meio da língua se dá a partir de uma luta de classe por meio dos mecanismos que Pêcheux (1995) chama de “reprodução/transformação”:

“Compreende-se, então, por que em sua materialidade concreta, a instância ideológica existe sob a forma de *formações ideológicas* (referidas aos aparelhos ideológicos de Estado), que ao mesmo tempo, possuem um caráter ‘regional’ comportam posições de classe : os ‘objetos’ ideológicos são sempre fornecidos ao mesmo tempo que a ‘maneira de se servir deles’- seu sentido , isto é, sua orientação, ou seja, os interesses de classe aos quais eles servem-, o que se pode comentar que as ideologias práticas são práticas de classes ( de luta de classes) na Ideologia.” (Pêcheux, 1995:146)

Segundo Brandão (1993), o discurso é uma das formas materiais de ideologia, o que implica que os discursos são sempre governados por formações ideológicas. “Em outros termos, a formação ideológica tem necessariamente como um de seus componentes uma ou várias formações discursivas interligadas.”

“São as formações discursivas que, em uma formação ideológica específica e levando em conta uma relação de classe, determinam “ o que pode e deve ser dito” a partir de uma posição dada em uma conjuntura dada.” (Brandão, 1993:38)

Para esta pesquisadora, a noção de FD envolve dois tipos de funcionamento: a paráfrase e o pré-construído. Como paráfrase, entende-se toda a retomada dos enunciados e que são reformulados na busca da preservação da sua identidade. Segundo Pêcheux (1975) os sentidos estão sempre construídos nas relações de metáforas, realizadas pela substituição, paráfrases, sinonímia, de uma formação discursiva não definitiva, mas instável.

Orlandi (2001:49) define formação discursiva como algo que numa formação ideológica dada impõe o determina o que pode e deve ser dito. Contudo, nesse processo, não são todas as formações discursivas que funcionam da mesma maneira para todos os sujeitos, visto que estes sofrem, também, determinações históricas e a língua e suas formações imaginárias funcionam de forma diferente em cada sujeito. Isso equivale dizer que o processo de assujeitamento não se dá da mesma maneira em cada falante da língua. Nesse processo de interpelação do indivíduo em sujeito pela ideologia, esse sujeito passa a funcionar como uma posição dentre outras posições, como um lugar de materialização dos sentidos “subjetivando-se na medida mesmo em que se projeta de sua situação (lugar) no mundo para sua posição no discurso”. Orlandi (1999:17).

Segundo Pêcheux, (1995) os sentidos das palavras podem mudar conforme a situação em que são usadas e conforme a posição social ocupada pelo sujeito que fala. Ninguém diz qualquer coisa de qualquer lugar, pois o lugar de onde se enuncia constitui e limita o dizer, pois “O interdiscurso disponibiliza dizeres que afetam o modo como o sujeito significa em uma situação discursiva dada’, já “que a historicidade, que determina aquilo que, da situação, das condições de produção, é relevante para a discursividade.” Orlandi (2001:31)

Essa interpelação do sujeito também não é evidente, pois acaba por produzir um processo de naturalização dos sentidos pela ideologia, apagando-se a história e construindo-se em interdiscurso, como naturais.

*“O interdiscurso é todo o conjunto de formulações feitas e já esquecidas que determinam o que dizemos. Para que minhas palavras tenham sentido é preciso que elas já façam sentido. E isso é efeito do interdiscurso: é preciso que o que foi dito por um sujeito específico, em um momento particular se apague na memória para que, passando para o ‘anonimato’, possa fazer sentido em ‘minhas palavras’. (Orlandi, op. Cit. P32.)*

Esse apagamento do que já faz sentido e passou para o ‘anonimato’ constitui o pré-construído: o que remete a uma construção anterior. É a presença do outro no discurso,

circunscrito em uma região histórica e ideológica, delimitada no acontecimento do discurso como representações imaginárias. Constitui, segundo Pêcheux, (apud. Brandão, 1993), um dos pontos fundamentais da articulação da teoria do discurso com a Linguística. “É o elemento que irrompe na superfície discursiva como se estivesse já aí.” (Brandão, 1993.)

“ O conceito de FD regula, dessa forma, a referência à interpelação-assujeitamento do indivíduo em sujeito do seu discurso. É a FD que permite dar conta do fato de que sujeitos falantes, situados numa determinada conjuntura histórica, possam concordar ou não sobre os sentidos das palavras, ‘ falar diferentemente falando a mesma língua.’”

Esse *já dito*, ao sustentar a possibilidade de se dizer o que se diz, estabelece relações de sentido, entre o intradiscurso e o interdiscurso, ou entre “a constituição do sentido e sua formulação.” (Orlandi, op.cit:32). Courtine (1984: apud Orlandi) a constituição do sentido seria o interdiscurso, representado pelo eixo vertical, no qual podem ser inseridos todos os dizeres já ditos e esquecidos o que pode e deve ser dito; já a formulação do sentido no discurso seria o intradiscurso, representado pelo eixo horizontal, o que estamos dizendo no momento.

*“A constituição determina a formulação, pois só podemos dizer (formular) se nos colocamos na perspectiva do dizível (interdiscurso, memória). Todo dizer, na realidade, se encontra na confluência dos dois eixos: o da memória (constituição) e o da atualidade (formulação). E é desse jogo que tiram seus sentidos. (Orlandi, op.cit.p.32)*

Ao mesmo tempo, contudo, a historicidade explicita a relevância das condições de produção do que dizemos para a discursividade, no momento da sua formulação. Assim, omite-se a exterioridade no interdiscurso, inscrevendo-a no interior da textualidade, na relação entre a historicidade do discurso e história, mas não determinados, desligados ou fixados. “É porque é histórico (não natural) é que muda e é porque é histórico que se mantém. Os sentidos e os sujeitos poderiam ser sujeitos ou

sentidos quaisquer, mas não são. Entre o possível e o historicamente determinado é que trabalha a análise de discurso.”( Orlandi,(1999:22):

No entanto, a temporalidade dessa relação sujeito/sentido não vai da história para o texto, mas da materialidade do texto na sua constituição linguístico-histórica.” A temporalidade – na relação sujeito/sentido – é a temporalidade do texto. Não se trabalha assim a história refletida nele, mas a historicidade do texto, isto é, trata-se de compreender como a matéria textual produz sentidos.” Orlandi (2001:88)

Assim, AD constitui-se como uma disciplina cujo objeto, o discurso, está no campo das relações entre o linguístico e o histórico-ideológico. No interior deste campo, estão as determinações sociais, políticas e culturais dos processos de construção do sentido, cuja natureza possibilita perceber como os sentidos são construídos.

No discurso das gramáticas que compõem nosso corpus ,podem ser percebidos dois movimentos de construção de um sentido para o que é textualizado: de um lado, a construção de uma identidade para as normas descritas nas gramáticas como sendo representativas de um modelo de objetividade, clareza de sentidos, como se estes se constituíssem, a priori ,nas possibilidades de realização, na descrição da regras da maioria dos conteúdos da gramática; de outro lado, o reconhecimento da impossibilidade de todos os usos e sentidos serem previstos na descrição das regras de pontuação. A partir daí, recorre-se ao subjetivo, ao estilo pessoal do escritor, reconhecendo, sem contudo explicitar no seu discurso, a impossibilidade de os sentidos não estarem inscritos nas possibilidades, só sendo possível na sua realização.

É na materialidade das construções textuais da gramática que se percebe na FD discursiva da autoria do gramático, em uma obra explicitadamente normativa, a contradição que acaba sendo a mesma do discurso do gramático sobre a normatização: no reconhecimento da impossibilidade de dar conta de todos os usos da língua, recorre-se à subjetividade do sujeito que produz sentido e que é negado em todo processo de descrição das normas,

### 4.2.3. A concepção de sujeito

O indivíduo, na AD sofre um processo de assujeitamento aos dizeres instituídos em formações ideológica e discursos preexistentes. Assim, trata-se um sujeito que não é fonte e origem do seu dizer em um processo no qual o texto deixa de ser texto para ser intertexto, visto que mantém relação com outros textos anteriores a ele.

“Como todas as evidências, inclusive aquelas que fazem com que uma palavra ‘designa uma coisa’ ou ‘possua um significado’, (portanto inclusas as evidências da “transparência” da linguagem), a evidência de que vocês e eu somos sujeitos- e que isto não constitui um problema- é um efeito ideológico elementar.”(Pêcheux, 1975:153)

Nesse assujeitamento, o sujeito é afetado pelo “*já-dito*”, que Pêcheux denomina de interdiscurso ou “*o todo complexo com dominante das formações discursivas*” (1988:162), cujos sentidos foram se construindo historicamente, em um processo de encadeamento das relações de poder. Esses sentidos não são sempre assumidos pelo sujeito, dependendo da sua formação ideológica, que, contudo, só será apreendida, segundo Pêcheux, a partir da materialidade linguística manifestada nas formações discursivas.

Para Gallo (1994:33) ,esse sujeito do discurso se constitui no limite entre a dimensão enunciativa e a dimensão inconsciente, “sem se limitar a nenhum dos dois aspectos, pois há que se incluir, especificamente, o que é de dimensão ideológica.” e não se materializa no discurso por meio de uma marca enunciativa, mas em “uma operação sintática que define as paráfrases possíveis na relação com o enunciado. É essa a diferença entre determinações enunciativas e determinações discursivas. “(Op. cit. p. 81). Assim, o sujeito do discurso é uma posição, e que não pode ser confundido com o sujeito da enunciação, uma referência, e que pode ser identificado pelas marcas enunciativas.

“Não é, pois, o conteúdo do enunciado que determina a constituição do sujeito do discurso. O que determina sua constituição é o fato de que todo enunciado ‘produz o efeito da existência de um sujeito’. O que equivale a dizer finalmente que esse sujeito pode se constituir mesmo na reprodução. (o que não quer dizer que se define por se constituir na reprodução.) (Gallo, 1994: 52)

Segundo Orlandi (2004:66), o sujeito da AD é “posição entre outras, subjetivando-se à medida mesmo que se projeta de sua situação (lugar) no mundo para sua posição no discurso”. E, assim, são vários os sentidos possíveis que estão em jogo em uma posição-sujeito, projetada na materialidade do discurso que transforma a situação social em posição-discursiva, na articulação da língua, da história, do imaginário e da ideologia.

“Se, na psicanálise temos a afirmação de que o inconsciente é estruturado como linguagem, na Análise do Discurso considera-se que o discurso materializa a ideologia, constituindo-se no lugar teórico em que se pode observar a relação da língua com a ideologia.” (Orlandi, 2004:66)

A posição sujeito (sujeito discursivo) é identificado a partir do lugar que ocupa na busca de ser sujeito do que diz e se distingue do sujeito empírico (psico-social), do sujeito abstrato (ideal) e a posição sujeito (sujeito discursivo).

“O modo pelo qual ele se constitui em sujeito, enquanto posição, não lhe é acessível, ele não tem acesso direto à exterioridade (interdiscurso) que o constitui. Correlatamente, a linguagem também não é transparente nem o mundo diretamente apreensível, quando se trata da significação. (Orlandi, 1996:28)

O processo de interpelação do sujeito de discurso pela ideologia ocorre pela identificação desse sujeito com a formação discursiva que o *“domina (isto é, na qual ele é constituído como sujeito): essa identificação, fundadora de unidade (imaginária) do sujeito apoia-se no fato de que elementos do interdiscurso (...), são re-inscritos no discurso do próprio sujeito”* (Orlandi, 2004).

Segundo Pêcheux (1988)

As palavras, expressões, proposições, etc., mudam de sentidos segundo as posições sustentadas por aqueles que as empregam, o que quer dizer que elas adquirem seu sentido em referência a essas posições, isto é, em referência às formações ideológicas nas quais essas posições se inscrevem. Chamaremos, então, formação discursiva aquilo que numa formação ideológica dada, isto é, a partir de uma posição dada numa conjuntura dada, determinada pelo estado de luta de classes, determina o que pode e deve ser dito. (Pêcheux, 1988: 163).

Orlandi (1996) afirma que se a história o único lugar em que a língua significa, quer dizer que a relação do sujeito com a história determina o sentido. Orlandi (1995) chama de gesto de interpretação a identificação da marca de subjetividade dessa relação do sujeito com a língua, e da língua com a exterioridade.

A ideologia interpela indivíduos em sujeitos e é efeito da relação necessária do sujeito com a língua e com a história. Esse processo de interpelação apaga as inscrições da língua na história e cria a ilusão de que o sujeito é origem do seu dizer. “O efeito é o da evidência do sentido( o sentido já lá), e a impressão do sujeito como origem do que diz. Efeitos que trabalham, ambos, a ilusão de transparência da linguagem.”(Orlandi, 1996:28)

### **4.3. Semântica do acontecimento**

Estabelecendo um diálogo profícuo com a Análise do Discurso, a Semântica do Acontecimento redefine o conceito de enunciação como um acontecimento histórico-social construído a partir da língua, por meio de enunciados cujos sentidos se constituem na prática social, por diferentes posições-sujeito ocupadas pelo indivíduo e caracterizadas por esse acontecimento. Desse modo, os sentidos estão sempre ligados à relação do sujeito com a história, e estão marcados de subjetividade na materialidade da exterioridade da língua.

A distinção que procuro fazer neste campo é entre a consideração do sujeito como algo que se acresce à linguagem, e a consideração do sujeito como constituído na linguagem, pela linguagem. E nesta medida trato a enunciação numa perspectiva em que a semantização é considerada relativamente ao funcionamento da língua. E para isto é necessário descrever a língua como incluindo os paradigmas da subjetividade. Se a semantização for considerada, ao contrário, como relativa a um sujeito a priorístico, estamos no campo da pragmática. (Guimarães, 1991:101)

Segundo Lagazzi (2002), a língua se faz história nos limites dos saberes, entre estabilizações e mudanças, configurando possibilidades para o dizer.

“Essa dupla configuração pensada no interior de uma instância específica de sentidos permite-nos mostrar como os domínios discursivos vão naturalizando relações na língua e se naturalizando nessas relações, tendo aí seus limites trabalhados.” (Lagazzi, 2002:23)

A Semântica do Acontecimento parte do pressuposto de que, o que se diz é constituído na linguagem, na sua materialidade. Assim, sustenta-se no modo como os sentidos se constituem, tendo em vista a enunciação, sempre como prática política, e os modos como se constitui a relação linguagem/mundo. Assim, fazer uma análise semântico-enunciativa pressupõe ter como base a questão do sentido e da significação em relação à enunciação. Para Guimarães (1995:11), levar em conta o sentido “no acontecimento da enunciação.”

“Por outro lado, considerando a própria operação de análise, tomar o ponto de vista de uma semântica linguística é tomar como lugar de observação do sentido o enunciado. Deste modo, saber o que significa uma forma é dizer como seu funcionamento é parte da constituição do sentido do enunciado. Mas para mim, considerar o processo no qual uma forma constitui o sentido de um enunciado é considerar em que medida esta forma funciona num enunciado, enquanto enunciado de um texto.”(Guimarães, 2002:7)

Segundo Guimarães (Op. cit. p.7), é importante considerar o que Benveniste (1966) chamou de movimento integrativo de uma unidade linguística, ou seja, cada elemento linguístico significa em relação a uma unidade maior e mais ampla. A diferença se dá,

segundo o pesquisador, no fato de Benveniste não considerar a relação do enunciado com o texto, pois “(...)há uma passagem do enunciado para o texto, para o acontecimento, que não é segmental.”(2002:7)

Outra característica que se aproxima da AD é o tratamento da linguagem como histórica e linguística, visto que se trata, nesta teoria, de que é sempre determinada social e linguisticamente. Segundo Guimarães (2002:11)

“Dois elementos são decisivos para a conceituação deste acontecimento de linguagem:a língua e o sujeito que se constitui pelo funcionamento da língua na qual enuncia-se algo. Por outro lado, um terceiro elemento decisivo, de meu ponto de vista, na constituição do acontecimento, é sua temporalidade. Um quarto elemento ainda é o real a que o dizer se expõe ao falar.” (Guimarães, 2002:11)

Essa materialidade do real é histórica, não se trata, portanto, de um acontecimento físico, de um ser também físico, pois, para Guimarães,( op. cit.p. 11). “Enuncia-se enquanto ser afetado pelo simbólico num mundo vivido através do simbólico.”

A temporalidade, neste enfoque, é instaurada pelo acontecimento, não estando no presente no antes ou no depois. Assim, essa temporalidade é instalada pelo acontecimento, configurada tanto pelo presente, uma possibilidade de futuro que este presente instaura ou projeta, funcionando por um passado que “os faz significar”. (op. cit. p.12)

“A temporalidade do acontecimento constitui o seu presente e um depois que abre o lugar dos sentidos, e um passado que não é lembrança ou recordação pessoal de fatos anteriores. O passado é, no acontecimento, rememorações de enunciações, ou seja, se dá como parte de uma nova temporalização, tal como a latência de futuro.” (Op. cit. p. 12)

O passado, segundo Guimarães(2002) é um recorte de enunciações passadas, recorte representado como todo o passado, mas que não deve ser confundido com memória discursiva, o interdiscurso.

É desse modo é que no acontecimento que se dá o sentido, a enunciação, a linguagem, constituinte da sua própria ordem. Assim, o sujeito não é origem do tempo, já que ele também é tomado pela temporalidade no acontecimento.

#### **4.3.1. A noção de sujeito**

O sujeito na Semântica do Acontecimento é o sujeito da linguagem, considerado em sua constituição histórica do sentido, no campo das ciências humanas, dialogando com a Filosofia da Linguagem, a Teoria dos Atos de Fala, a Pragmática, a Semântica Argumentativa e a Análise do Discurso de filiação francesa.

De minha parte tenho trabalhado com a questão do sujeito ligada a uma concepção de enunciação que traz da formulação benvenistiana a afirmação de que a enunciação põe a língua em funcionamento. Ao mesmo tempo, considero que a língua funciona porque é afetada por sua exterioridade. Há uma alteridade constitutiva do sentido que faz a língua funcionar. Esta alteridade é uma memória dos sentidos, é a intersubjetividade. (Guimarães, 1996:101)

Segundo Guimarães(2002) ,a enunciação é um acontecimento de linguagem que se faz pelo funcionamento da língua, “sem remeter isto a um locutor, a uma centralidade do sujeito”. Essa posição aproxima-se, segundo o pesquisador, de uma filiação teórica próxima a de Benveniste, que a trata como acontecimento em que a língua é posta em funcionamento pelo sujeito, e a de Ducrot, que a percebe como o evento do aparecimento de um enunciado.

Assim, para que haja este acontecimento de linguagem é fundamental a língua, o sujeito por ela constituído, a temporalidade e o real, que não se trata do contexto, mas da sua materialidade histórica.”Ou seja, não se enuncia enquanto ser físico, nem meramente no mundo físico. Enuncia-se enquanto ser afetado pelo simbólico e num mundo vivido através do simbólico.”

Logo, de acordo com Guimarães (1995), a enunciação não diz respeito à situação real, mas à discursividade de um sujeito afetado pelo interdiscurso. Essa discursividade não é homogênea, mas uma dispersão que o interdiscurso produz, pois o sujeito que enuncia só é sujeito porque fala de uma região deste interdiscurso, de uma posição sujeito.

No meu campo de trabalho, então, a questão do sujeito, posta como uma questão linguística, leva ao tratamento da enunciação tal como em Benveniste. Mas, para mim, a enunciação como uma questão ligada à língua, deve ser tratada numa perspectiva que considera a historicidade da língua e do sentido. Neste campo o sujeito da enunciação não é psicológico, mas também não é uno, não movimenta a língua, o sujeito da enunciação constitui-se pela presença do interdiscurso no acontecimento. (Guimarães, 1996;103)

#### **4.3.2. O interdiscurso**

Fundamental, também, para a Semântica do Acontecimento é a concepção de interdiscurso, que se entende como o conjunto do dizível constituído (Orlandi,1995) por meio de relações ideológica e historicamente determinadas. Assim, tanto o sentido quanto o sujeito são efeitos produzidos no discurso pela relação do acontecimento da enunciação com o interdiscurso ou memória discursiva, ou seja, com todos os dizeres anteriores em determinadas condições de produção.

O conceito de interdiscurso é o da análise do discurso. O interdiscurso se define aí como uma relação entre discurso enquanto uma relação que se constitui e particulariza os discursos. Ou seja, não se trata de uma relação entre discursos definidos antes e em outro lugar, organizados depois como uma rede. E, nesta medida, “O interdiscurso é o conjunto do dizível, histórica e linguisticamente definido.” (Orlandi, 1992:89)

O interdiscurso (Pêcheux, 1975) é definido não só como uma relação entre discursos, mas como um trabalho da memória, de um processo discursivo que estabelece regiões de sentido e que não são dados a priori. Seria, então, memória de sentidos organizada pelo esquecimento, ou como afirma Orlandi(1992:89):

“O interdiscurso é o conjunto do dizível, histórica e linguisticamente definido. Pelo conceito de interdiscurso Pêcheux nos indica que sempre já há discurso ou seja, que o enunciável ( o dizível) já está aí e é exterior ao sujeito enunciador. Ele se apresenta como séries de formulações que derivam de enunciações distintas e dispersas que formam em seu conjunto o domínio da memória. Esse domínio constitui a exterioridade discursiva para o sujeito do discurso.” (Orlandi,1992:89).

Pêcheux (1999:52) afirma que:

*“A memória discursiva seria aquilo que, face a um texto que surge como acontecimento a ser lido, vem restabelecer os ‘implícitos’ (quer dizer, mais tecnicamente, os pré-construídos, elementos citados e relatados, discursos-transversos, etc.) de que sua leitura necessita: a condição do legível em relação ao próprio legível.”*

Isso ocorre sem que o falante tenha consciência dessa operação discursiva. Desse modo, o sujeito fala outras vozes, anônimas, atravessadas pela ideologia e pelo inconsciente. Nesse processo, os enunciados vão sendo retomados, separados e atualizados, em determinada contingência histórica, ou rejeitados em um processo de apagamento. Desse modo, uma rede infinita de formulações vai surgindo, transformando o já dito em algo novo, posicionado historicamente, mas inscritos na língua e na história.

É por esse mecanismo de funcionamento que os sentidos são produzidos a partir de posições marcadas ideologicamente. Esses sentidos assim constituídos, contudo, estão sempre em contradição, pois são políticos e se constroem em relação a outros sentidos, apagando uns, e tornando outros visíveis. Para Orlandi (2002:265)

*“O efeito-interpretação produz, pois, sentidos de um só lugar, universalizando-os, estabelecendo assim a imagem do “preciso”, do “pleno”, do “único”, do “eterno”, do “definido”. É assim que consideramos a ideologia no encontro do simbólico com o imaginário, o que nos autoriza a dizer: a ideologia não é “x”, mas o mecanismo de produzir “x”.”*

#### **4.3.3. Os espaços da enunciação**

Para Guimarães (2002), a enunciação é o acontecimento no qual se dá a relação do sujeito com a língua, enquanto prática política, entendida não como uma ação

particular, mas pensada historicamente, ou seja, não significa cronologia, ou localização de um “fato” no tempo , em um ponto fixo , em um antes ou depois. Ou um acontecimento de linguagem perpassado pelo interdiscurso.

“O político, ou a política, é para mim caracterizado pela contradição de uma normatividade que estabelece (desigualmente) uma divisão do real e a afirmação de pertencimento dos que não estão incluídos. Deste modo o político é um conflito entre uma divisão normativa e desigual do real e uma redivisão pela qual os desiguais afirmam seu pertencimento. Mais importante ainda para mim é que deste ponto de vista o político é incontornável porque o homem fala. O homem está sempre a assumir a palavra, por mais que esta lhe seja negada.”(2002:16)

Assim, o político está na própria constituição das relações sociais que são por si só contraditórias, ou seja, a luta pelo fim das desigualdades só existe pela existência dessas desigualdades, sem a qual não faria sentido algum. ”O político é a afirmação da igualdade, do pertencimento do povo ao povo, em conflito com a divisão desigual do real, para redividi-lo, para refazê-lo incessantemente em nome do pertencimento de todos no todos.”(Op. cit. p.17)

Nesta perspectiva, os falantes, no acontecimento enunciativo, são sujeitos constituídos pelo político no “espaço de línguas”, uma “categoria linguística e enunciativa” e não uma “figura empírica, mas uma figura política constituída pelos espaços de enunciação.”(Op. cit. p.18)

Como espaços de enunciação, entendem-se os espaços em que a língua funciona, organizando e distribuindo papéis politicamente estabelecidos na ordem do acontecimento da enunciação, hierarquicamente.

“O Espaço de enunciação é assim decisivo para se tornar a enunciação como uma prática política e não individual ou subjetiva, nem como uma distribuição estratificada de características. Falar é assumir a palavra neste espaço dividido de línguas e falantes. É sempre, assim, uma obediência e/ou uma disputa. Se é que se pode falar em simples obediência.”(Guimarães, 2002:22)

Esses espaços de enunciação são organizados em lugares enunciativos orientados por uma deontologia específica, configurando “aquele quem fala” e “aquele para quem se fala”, constituídos, não por pessoas, mas por dizeres.

Por outro lado, há também na cena enunciativa, espaço em que são distribuídos os lugares de enunciação, os lugares de dizer. Trata-se de lugares não estabelecidos socialmente, que equivalem ao enunciador, aquele que diz “eu” no acontecimento enunciativo, independente da história, “E neste caso um lugar de dizer que se representa como individual.”

Assim, na enunciação da gramática, nessa cena enunciativa específica, são distribuídos do lugar do dizer do gramático os lugares de enunciação em que, ora se descreve uma língua transparente, cujos sentidos são previsíveis, inclusive nos seus equívocos, na descrição da maioria dos conteúdos; ora se descreve uma língua opaca, espaço para dissimulações, imaginariamente segundo a intenção de quem a usa, na descrição dos conteúdos da pontuação, no recurso da subjetividade ou expressividade de quem escreve.

A partir dos conceitos de enunciação, espaços de enunciação, lugares de enunciação e lugares de dizer, é possível compreender a cena enunciativa que se constrói no momento da enunciação da gramática, quando os lugares da enunciação são estabelecidos e organizados.

O gramático, assim, é posto no lugar do dizer instituído pelo espaço de enunciação aberto pelas normas e regras da gramática. Ao falante da língua, cabe o papel de aceitação das normas, regras e leis e sua obediência inquestionável. Ao escritor, contudo, cabe o lugar de aceitação ou não em virtude do sentido que se busque alcançar. Mas, o espaço que se constrói, nesse caso específico, é outro, o do “transbordamento das regras”, regulado juridicamente pela constituição da estilística. Segundo Agustini (2003), a gramática tem a tradição de exemplificar suas regras com fragmentos de obras literárias, construindo uma imagem de legitimidade e correção que, às vezes, contradizem essas mesmas regras. Essa contradição, no entanto, é resolvida pela justificativa com o que a pesquisadora denomina “transbordamento das regras”:

A Estilística, em decorrência, comparece na gramática para legitimar as regras para as quais o gramático encontra contra-exemplos literários, o que estabelece uma relação de complementaridade entre Gramática e Estilística. A relevância social da literatura poderia levar à refutação dessas regras e ao descrédito do gramático responsável por elas, "obrigando-o" a enunciar o transbordamento da regra enquanto recurso estético-expressivo. (Agustini, 2003:07)

O espaço de enunciação é, então, definido como “(...)espaços de funcionamento de línguas, constituídos pelo equívoco próprio do acontecimento entre a deontologia que organiza e distribui os papéis sociais dos falantes e o conflito que os redivide segundo os direitos ao dizer e aos modos de dizer.” (Guimarães, 2002:18)

É na regulamentação do espaço de enunciação que acontece o conflito, pela divisão desigual do direito ao dizer e ao modo de dizer. Na gramática, por exemplo, os lugares de dizer são claramente diferenciados quando se trata da estilística, em que aos escritores são aceitos modos de dizer que são recusados ao falante “comum” da língua. Como falante comum da língua, entendem-se todos os que não estão inseridos na condição avalizada pela produção em situação literária.

Nessa concepção, a normatividade funciona como dispositivo pelo qual a cidadania nunca pertence aos indivíduos, mas ao grupo do consenso, pois ao mesmo tempo em que pressupõe a inclusão de todos os falantes, proíbe a manifestação da subjetividade de uma parcela deles. A contradição existe ao se estabelecer a divisão desigual do real na afirmação de pertencimento dos não incluídos ou na sua recusa.

Sendo assim, a gramática acaba por se constituir em um instrumento regulador de disputas pela palavra e pelas línguas nela articuladas, ou seja, um instrumento político, já que apaga sua própria contradição, instituindo comportamentos linguísticos adequados ou não adequados, participando da construção ideológica e eficaz do discurso da ali institucionalizado.

## CAPÍTULO 5

*A resposta certa, não importa nada:  
o essencial é que as perguntas  
estejam certas.*

*(Mário Quintana)*

### **5. Apresentação da análise**

Venho afirmando, no decorrer da exposição até aqui empreendida, que há no discurso da gramática dois modos de descrição da línguas, duas imagens de sujeito usuário da gramática e produtor de linguagem, e dois lugares de enunciação criados para esse sujeito. Como lugares de enunciação, entendem-se aqui os lugares sociais do dizer estabelecidos para o sujeito, estipulando o que pode ou não ser dito, e por quem pode ser dito. É ele que define o direito de dizer, os modos de dizer, dividindo e redividindo, no espaço de enunciação, identificando os sujeitos: “aquele que fala” ou “aquele para quem se fala”. No discurso gramatical, a língua, em relação à maioria dos conteúdos da gramática, é instrumento eficaz de comunicação, capaz de prever todos os sentidos possíveis; para a gramática, pontuação é instrumento capaz de manifestar a subjetividade, o estilo pessoal de quem produz linguagem.

Por outro lado, a gramática representa o sujeito usuário de duas maneiras diferentes: em relação à maioria dos conteúdos, precisa ser conduzido e informado de todas as possibilidades de manifestação da língua escrita, manifestação da objetividade; para a pontuação, é capaz de fazer escolhas, segundo intenções estilísticas, subjetivas. Para a maioria dos conteúdos, resta somente, para o sujeito, o lugar da repetição, da busca pela exatidão, da literalidade; para a pontuação, lhe é permitido o lugar da ambivalência, das múltiplas possibilidades de sentidos. Contudo, essas possibilidades de sentido não é aberta a todos os produtores, usuários da gramática. Somente aos bons escritores é permitida a manifestação da subjetividade na escolha dos sinais de pontuação e seus usos.

O que veremos, a seguir, é que essa dicotomia constrói-se a partir do lugar de autoria do gramático. Essa FD instaura uma forma sujeito construída pela heterogeneidade da posição-sujeito que ora descreve a língua a partir de regras claras de uso, para a qual só resta ao usuário obedecer na busca da objetividade da língua, ao mesmo tempo em que possibilita, na descrição dos usos da pontuação, a possibilidade da manifestação da subjetividade, do estilo pessoal de escrever, no reconhecimento de que as regras não dão conta de todos os usos.

Segundo Baldini( 1998) a gramática é um discurso sobre a metalíngua, regulado pela NGB, um ‘discurso sobre’ que, como tal, institucionaliza os sentidos, ou seja, regula o papel da autoria. Assim, acaba por regular a interpretação, fixando sentidos. Desse modo, ao organizar regras sobre o uso da língua portuguesa, seja da fonética ou da sintaxe, o gramático o faz a partir de um lugar discursivo que existe *a priori*. Pode-se afirmar, assim, que o discurso gramatical sobre a língua não pode ser considerado de determinado autor, mas de um lugar discursivo regulado pela NGB. “No que diz respeito à NGB, temos uma institucionalização de sentidos que opera num segundo nível, pois ela é um discurso-sobre um discurso sobre (a gramática)”. (Baldini, 1998:102)

O que se percebe, assim, é uma manutenção não somente de terminologia, ou de designações sobre fatos, mas da permanência de uma visão sobre tais fatos. Quando defende determinado uso de um termo ou outro, mais freqüente na norma culta em detrimento de outro uso, de outra norma, o gramático o faz em sintonia com uma idéia que é recorrente.

Segundo Baldini (1998) a NGB, funciona como um discurso fundador, na medida em que é um texto que abre “espaços no formulável, produzindo as regras de constituição de novos textos.” Nesse caso específico, acaba por imprimir “movimentos determinados no surgimento e retomada dos sentidos.”

Observa-se, portanto, na descrição de conteúdos como fonologia, morfologia ou sintaxe, que as predicções acerca da língua e de seu uso são produzidas a partir do lugar de autoria do gramático sustentado no ideal de completude do discurso

gramatical. Essa formação discursiva põe em evidência uma posição-sujeito sustentada no movimento da NGB e no que se institucionaliza a partir dele. Os efeitos de sentido acabam por construir a imagem de um sujeito usuário da língua condicionado pela obediência às regras, pois estas procuram descrever os sentidos possíveis na língua, dando prioridade à descrição exaustiva dos conteúdos, a fim de que a clareza e a eficiência de comunicação sejam alcançadas. Constrói, desse modo, uma imagem de sujeito sob a imposição de uma norma que deve ser obedecida, a partir de um conceito de língua transparente, em oposição a uma outra imagem de sujeito livre para criar, a partir de um conjunto de regras.

Contudo, mais interessante é observar como a abordagem sobre o uso da língua se dá de duas formas antagônicas: enquanto a descrição dos outros conteúdos faz referência à oralidade, à formação de frases, ignorando situações concretas de produção de linguagem, na descrição dos conteúdos sobre pontuação são apresentados conceitos de textualização, ou seja, a língua se estrutura por meio de texto, e não de palavras soltas e de frases isoladas.

As análises apresentarão dois momentos distintos: no primeiro, serão expostos e analisados conteúdos da gramática como morfologia, sintaxe e outros, buscando comprovar que manifestam uma visão de língua clara, completa, com um sujeito submetido às determinações impostas por um ideal a ser posto em prática; no segundo, demonstrar-se-á, por meio das análises dos conteúdos sobre pontuação, que estas explicitam uma imagem de língua opaca, passível de ambigüidade, com um sujeito capaz de fazer opções a partir de um estilo pessoal, marcado pela subjetividade.

Assim, os capítulos que seguem obedecerão uma metodologia que consiste em analisar as gramáticas apresentando os conteúdos que se acharem relevantes para a proposta: primeiro apresentar-se-á a análise dos conteúdos relacionados à morfologia, sintaxe ou semântica e um outro, tratando somente da pontuação.

## 5.1. A busca pela clareza e ideal de completude da língua

### 5.1.1. Moderna Gramática Portuguesa de Evanildo Bechara

Na Moderna Gramática Portuguesa, de Evanildo Bechara, no capítulo sobre fonologia, a descrição dos sons e sua classificação manifesta o desejo de clarear os sentidos na busca pela entonação adequada da fala, em função da eficiência na comunicação. Acaba, assim, manifestando uma busca pela clareza e pelo ideal de completude como construtores de uma imagem de sujeito gramaticalista, ou seja, repetidor das instruções sobre o uso da língua, a fim de se conseguir uma comunicação eficiente, com sentidos claros.

*Em português a quantidade é pouco sentida e não exerce notável papel na caracterização e distinção dos vocábulos e formas gramaticais. Em geral, são mais rápidas as vogais seguidas de consoante surda (lato/lado) ou de r vibrante múltipla (carro/caro). Só excepcionalmente alongamos vogais e consoantes, como recursos estilísticos para imprimir ênfase, e constitui um dos grandes auxiliares da oratória. (...) (Bechara, 1999:85) (Grifos meus)*

Observe-se como a descrição da possibilidade de alongarem-se as vogais e consoantes para imprimir ênfase é feita a fim de manifestar uma possibilidade de se prever uma intenção do sujeito produtor de linguagem, que necessita da descrição de todas as possibilidades de uso dos recursos sonoros da língua. Assim, todos os sentidos possíveis são previstos nessa passagem, apontando para uma imagem de sujeito que produz linguagem a partir das possibilidades apontadas pela gramática.

Depreende-se, dessa descrição, uma percepção de sujeito que necessita de orientação para que perceba as diferentes possibilidades de significação no alongamento de vogais ou consoantes e que, na busca por uma comunicação eficiente, é orientado, preventivamente, na busca por uma língua cujos sentidos sejam sempre claros, com intenção comunicativa. Assim, “os sentidos são evidentes, sem lugar para jogos de sentido, a ambigüidade, a ambivalência, o duplo sentido, o equívoco.” (Indursky, 2003:133-137)

A descrição dos acentos também almeja destacar a importância da pronúncia para a correta significação: “O acento de intensidade desempenha importante papel lingüístico, decisivo para a significação da palavra.”

*O português também faz emprego do acento de intensidade para obter, com o chamado acento de insistência, notáveis efeitos. Entra em jogo ainda a quantidade da vogal e da consoante, pois, quando se quer enfatizar um a palavra, insiste-se mais demoradamente na sílaba tônica. (Bechara, 1999:87) (Grifos meus)*

Destaca-se, também, a importância do acento na fala para se conseguirem os efeitos pretendidos, explicitando, ainda mais, o modo como essa posição-sujeito percebe a gramática e a língua por ela descrita, sustentada em regras que abrangem todas as possibilidades de significação. A imagem do sujeito produtor de linguagem sustenta-se na ilusão de completude da língua, que só é conseguida pela obediência às regras da gramática. Assim, para a gramática, a obediência às regras dá possibilidade de se ter uma língua completa, implicando na conclusão de que a descrição dos manuais possibilita o correto uso da língua, impedindo a falha.

Assim, sentidos diversos são possíveis, desde que regras de construção sejam seguidas, a partir da orientação de um manual que, de tão completo, prevê o imprevisível nas possibilidades das entonações. “O acento de insistência não tem apenas caráter emocional; adquire valor intelectual e ocorre ainda para ressaltar uma distinção, principalmente com palavras derivadas por prefixação ou expressões com preposições de sentidos opostos.” (Bechara, 1999:88)

Explicita-se, desse modo, uma posição-sujeito a partir da crença da submissão à normatização, que abrange todas as possibilidades de significação.

Em morfologia, sobre o plural dos nomes compostos, afirma também Bechara:

*Merece especial atenção o plural dos nomes compostos, uma vez que as dúvidas e vacilações são freqüentes. A questão envolve dificuldades de ordem ortográficas (uso ou não do hífen) e de ordem gramatical (...) torna-se imperiosa uma sistematização que venha pôr simplificação ou minorar as dúvidas ainda existentes, mesmo com as últimas propostas do Acordo ortográfico. (Bechara, 1999:129)*

O exemplo acima confirma o já dito anteriormente: a observação de que o uso da língua gera dúvida, e que essas dúvidas devem ser previstas pela gramática e sanadas pelas suas regras. Cabe ao sujeito observar essas descrições, seguir as orientações e ter suas dúvidas resolvidas.

No exemplo que segue, quando fala da ordem ou seqüência dos pronomes pessoais sujeitos, que é facultativa no português, o gramático afirma o seguinte:

*É evidente que nas circunstâncias em que há necessidade de superpor à expressão lingüística traços de polidez, urbanidade ou, no pólo oposto do convívio social, modéstia, pode o falante ou escritor inverter a ordem, dando a primazia da primeira referência ao seu interlocutor, quer manifestado por pronome, quer por substantivo. Esta é, por exemplo, a prática da cortesia entre franceses e espanhóis. (Bechara, 1999:175)*

Deriva-se, dessa idéia, o discurso da gramática constituindo e sustentando uma posição-sujeito a quem cabe descrever as possibilidades de manifestação de uma língua. Essa posição-sujeito acaba por construir uma imagem de sujeito submisso às regras construídas pela gramática, capaz de construir sentenças absolutamente de acordo com o ideal proposto, já antecipado por ela.

O conceito de língua acaba sendo construído a partir da idéia de instrumento eficaz de comunicação, passível de terem previstas todas as possibilidades de sentido, e de este ser tornado claro, evidente, não ambíguo. O sujeito usuário dessa língua precisa ser conduzido na sua prática e informado de todas as possibilidades de manifestação da língua escrita; há somente, para ele, o lugar da repetição, da busca pela exatidão, da literalidade.

Interessa, sobremaneira, observar como o modelo de comunicação discutido é organizado a partir de exemplos de palavras. Não se faz referência ao texto ou ao processo de textualização. Assim, o modelo de comunicação ou de construção de idéias é feito por meio de palavras ou de frases.

### 5.1.2. Nova Gramática do Português Contemporâneo de Celso Cunha e Lindley Cintra.

Na *Nova Gramática do Português Contemporâneo*, de Celso Cunha e Lindley Cintra, observa-se a constante busca pela clareza e pela correção.

Segundo Agustini, analisando essa gramática, (2001:119)

*A caução da lingüística confere cientificidade à gramática e, por conseguinte, produz um ponto de sustentação para o discurso de 'naturalização' da língua (nacional e oficializada na e pela gramática), o que a torna parte dos mecanismos que apagam o caráter político da gramática da divisão da língua. Não é o gramático que analisa (julga) as construções linguageiras atribuindo-lhes juízos de valor, é a própria língua que se dá desta forma, que se mostra como ela deve ser.*

Isso se apresenta na gramática aqui analisada. Já no prefácio, quando discorrem sobre a idealização da sua gramática, os autores classificam-na como descritiva, identificando, ali, uma lacuna e uma necessidade de uma descrição do português contemporâneo, a partir de regras determinadas pela necessidade de correção:

*...que levasse em conta, simultaneamente, as diversas normas vigentes dentro do seu vasto domínio geográfico, (principalmente as admitidas como padrão em Portugal e no Brasil) e servisse, assim, de fonte de informação, tanto quanto possível completa e atualizada sobre elas, fosse guia orientador de uma expressão oral e, sobretudo, escrita que, para o presente momento da evolução da língua e pudesse considerar "correta", de acordo com o conceito de "correção" que adotamos no capítulo 1.. (Cunha e Cintra, 2001:XXIV)*

Assim, apresenta-se a necessidade de um guia de expressão oral e escrita do que se pudesse considerar como ideal de correção. A expressão *sobretudo*, no destaque acima, aponta para a relevância da escrita em relação à oralidade, em que a esta é mais suscetível de se adaptar ao ideal de correção da norma culta.

Esse ideal da norma culta é justificado pelos autores:

*Trata-se de uma tentativa de descrição do português atual na sua forma culta, isto é, da língua como a têm utilizado os escritores portugueses, brasileiros e africanos do romantismo para cá, dando naturalmente uma situação privilegiada aos autores dos nossos dias. (Cunha e Cintra, 2001:XXIV).*

Nesse exemplo, a expressão *naturalmente* aponta para um fato, como se este fosse do conhecimento de todos, ou seja, é natural que os autores dos nossos dias terão uma situação privilegiada. Aponta-se para um discurso que coexiste com o discurso do gramático, tem com ele cumplicidade. Não se funda nos fatos em si.

Segundo Orlandi (1990) a relação do sujeito com a linguagem é contraditória, pois há nela uma dupla determinação: do enunciado pelo sujeito e deste pela sua relação com a exterioridade, seu contexto sócio-histórico. Assim, o fio do discurso acaba por exteriorizar as FDs com as quais o sujeito se identifica, expondo o jogo de representações imaginárias, proposto por Pêcheux (1969). Nesse jogo, posições-sujeito são acionadas manifestando, muitas vezes, a contradição que constitui o discurso. Nas passagens transcritas acima, a posição-sujeito acaba por representar o ideal de língua e de sujeito que a produz condicionado pela busca da “correção” representada pelos textos de escritores. Desse modo, acaba por manifestar a heterogeneidade dessa FD em que a posição-sujeito se mostra em contradição: a diversidade lingüística e a língua única, que pretende representar como inexistente.

Ao propor escrever uma gramática que “*desse conta das variedades lingüísticas regionais,*” esse sujeito manifesta reconhecer que uma mesma língua não é homogênea, pois as características geográficas impõem uma diversidade que lhe é constitutiva. Ao mesmo tempo, contudo, afirma buscar um ideal de correção que é descrita como aquela representada pelos textos de escritores, clássicos e modernos, portugueses, africanos e brasileiros. As diferenças regionais acabam sendo minimizadas em favor da oposição norma culta/norma popular ou inculta.

Essa posição-sujeito inscreve-se em uma determinada FD, com a qual ele se identifica e que o constitui enquanto sujeito, realizando a *incorporação-dissimulação* dos elementos do interdiscurso. Esse fato acaba por apontar para o efeito de unidade /evidência do sujeito, que é apenas imaginária. E esse caráter ilusório da forma sujeito é confirmado em Pêcheux (1975:266) “*A forma-sujeito do discurso, na qual coexistem, indissociavelmente, interpelação, identificação e produção de sentido, realiza o non sens da produção do sujeito como causa de si sob a forma da evidência primeira.* .

Esse interdiscurso remete ao *já dito* das formações sociais construído na oposição das classes sociais, nesse caso específico, entre o saber letrado representado pela norma culta escrita, e o não letrado, representado pela norma popular oral, sem eficácia comunicativa.

Assim, o modelo da escrita literária é seguido a partir da posição-sujeito que acaba por construir uma imagem de sujeito para quem esse é o ideal de correção: “Uma gramática que pretende registrar e analisar os fatos da língua culta deve fundar-se num claro conceito de norma e de correção idiomática.” (Op. cit.).

Os gramáticos justificam essa escolha (Cunha e Cintra, 2001:6) afirmando que, tanto a linguagem como o comportamento social, são regidos por normas de comportamento a partir do ideal de correção, mas as normas que regem a linguagem são mais “complexas e coercitivas”. E retomam as palavras de Jespersen (Cunha e Cintra, 2001:6) que define “‘linguisticamente correto’ como aquilo que é exigido pela comunidade lingüística a que pertence”, ou ainda, como “algo comum para o que fala e para o que ouve’ e que lhes facilita a compreensão”. Mais adiante, ainda transcrevendo as palavras do referido autor *“falar correto significa o falar que a comunidade espera, e erro em linguagem equivale a desvios desta norma, sem relação alguma com o valor interno das palavras ou formas”*.

Para essa posição-sujeito, o ideal de correção é o ideal de clareza, visto que é preciso que seja ‘comum ao que fala e ao que ouve’, ou ainda, ‘falar o que a comunidade espera’.

Mais adiante, ainda sobre esse mesmo tema, voltam a afirmar sua opção pela tradição regendo a norma, quando, após discorrerem sobre as várias teorias ou idéias sobre norma lingüística, os autores reportam a Eugênio Coseriu, afirmando que a norma não corresponde ao que se pode e deve dizer, numa visão gramaticalista, mas “ao que já se disse e tradicionalmente se diz na comunidade considerada.” Cunha e Cintra (2001:8) e ainda “A norma pode variar no seio de uma mesma comunidade lingüística, seja de um ponto de vista diatópico (...) seja de um ponto de vista diastrático (...) seja, finalmente,

de um ponto de vista diafásico.” (Op. Cit.p.8) Essa mesma posição sujeito justifica sempre a opção pela norma culta como necessidade de enquadramento em uma comunidade determinada.

De novo a contradição é aqui exteriorizada, quando, na busca pela unidade da língua, explicita-se sua diversidade. Essa mesma diversidade também aparece no capítulo Fonética e Fonologia, quando faz uma descrição detalhada do aparelho fonador e de seu funcionamento, até a descrição fonética e fonológica dos sons articulados no português de Portugal, no do Brasil e nas várias regiões desse país. Essa descrição exaustiva acaba por manifestar, ainda uma vez, a FD que constitui a posição-sujeito para a qual o modelo de língua é literário, e mais ainda, busca o ideal de clareza na fala e na escrita, visto este ser o modelo buscado, o "... da língua como a têm utilizado os escritores portugueses, brasileiros e africanos do romantismo para cá, (...)"Cunha e Cintra, 2001:XXIIV. Assim, acaba por construir um ideal de língua segundo o modelo da literatura, que prima pela eficácia comunicativa, que só pode ser conseguida pela clareza.

Essa mesma busca pela clareza é percebida quando os autores fazem uma observação sobre a silabada, que seria um erro de prosódia: "Atente-se na exata pronúncia das palavras, para evitar uma silabada, que é a denominação que se dá ao erro de prosódia." (Op. Cit.p.8). Descreve-se, assim, o modelo de pronúncia a ser seguido na oralidade, construindo a oposição entre o oral e o escrito. Apesar de o modelo buscado ser o da tradição escrita, a oralidade se impõe.

Ou ainda, quando se descreve o *acento de insistência* "...uma palavra pode receber outro (sinal), chamado de INSISTÊNCIA, que serve para realçá-la em determinado contexto, quer impregnando-a de afetividade (emoção), quer dando ênfase à idéia que expressa essa busca pela clareza é evidenciada. Daí distinguirmos dois tipos de ACENTO DE INSISTÊNCIA:O ACENTO AFETIVO e o ACENTO INTELECTUAL." (Cunha e Cintra, 2001:59). Ou seja, mesmo que afirmem a tradição escrita, reafirmada pela presença explícita dos exemplos de escritores clássicos, a idéia que se mantém é a da comunicação oral, em que a fala é soberana.

Após uma descrição detalhada e exemplificada dos dois tipos de acentos, os autores enumeram algumas distinções fundamentais:

*a) o ACENTO INTELLECTUAL recai sempre na primeira sílaba da palavra, seja ela iniciada por consoante, seja por vogal. O ACENTO AFETIVO incide na primeira sílaba da palavra quando esta se inicia por consoante, mas pode recair na sílaba seguinte, se ela começar por vogal. Nas palavras de pequeno corpo o ACENTO AFETIVO costuma coincidir com o acento tônico normal.*

*b) Ambos reforçam a consoante inicial da sílaba sobre que recaem, mas o realce que dão à vogal seguinte é de natureza diversa. O ACENTO INTELLECTUAL aumenta-a em duração, em altura e, sobretudo, em intensidade. O ACENTO AFETIVO aumenta-a em intensidade, mas principalmente em duração e altura.(Op.cit.p.61).*

Nessa busca incessante pela descrição minuciosa das possibilidades de expressão da língua, ao falar dos morfemas e sua classificação em lexicais e gramaticais, discorre-se sobre significação externa e interna. Os morfemas lexicais têm significação externa, reportam fatos do mundo extralingüístico, aos símbolos básicos de tudo “o que os falantes distinguem na realidade objetiva ou subjetiva.” (Cunha e Cintra (2001:78) “Já a significação dos morfemas gramaticais é interna, pois deriva das relações e categorias levadas em conta pela língua.” (Op. Cit.. p. 77)

Essa posição-sujeito estende, assim, seu domínio a todas as possibilidades de manifestação. O mesmo acontece no capítulo que trata da sintaxe e que recebe o nome de FRASE, ORAÇÃO E PERÍODO. É introduzido pelo conceito de frase” (...) enunciado de sentido completo, a unidade mínima de comunicação”. (Op. Cit.p.119), deixando explícita a busca pela completude, mesmo nas unidades mínimas da comunicação, no caso, a frase. Atente-se ao fato de que o modelo de uso da língua é a frase e não o texto, ou seja, comunica-se minimamente por frases, unidades básicas de produção de sentido.

Ainda nesse capítulo, na nota explicativa sobre as diferenças de classificação, segundo diferentes correntes da Lingüística, explicita-se a pretensão de se fazer uma gramática descritivo-normativa. “Neste capítulo, evitar-se-ão discussões teóricas que não tragam esclarecimentos ao estudo descritivo-normativo da sintaxe portuguesa, que é o nosso objetivo principal.” (Op. Cit.p.20).

Há ainda uma seção intitulada ENTOAÇÃO ORACIONAL que se ocupa de descrever as possibilidades de entoações de uma oração, pois, “A fala expressiva exige variedade de tons e sua adequação ao pensamento” (Op. cit.p.167)

No capítulo SUBSTANTIVO há uma passagem que demonstra bem a pretensão de clarear os sentidos que a gramática demonstra, e que procura evitar a redundância:

*O coletivo especial geralmente dispensa a enunciação da pessoa ou coisa a que se refere. Tal omissão é mesmo obrigatória quando o coletivo é um mero derivado do substantivo a que se aplica. (...) Quando, porém, a significação do coletivo não for específica, deve-se nomear o ser a que se refere. (Op. cit.p.180).*

Ainda no mesmo capítulo, descreve-se a relação do substantivo com o artigo:

*Em que pese as divergências quanto à interpretação dos valores e semânticos e sintáticos que entram em jogo nessa estrutura nominal, todos reconhecem a intensidade afetiva de sua caracterização antecipada. A feição particular desta parece advir de, ao mesmo tempo, estar ligada pelo estreito vínculo de uma preposição e gozar do realce significativo que seria o de um aposto ou de uma predicação nominal. (Op. cit.p.203)*

Nesse jogo de representações imaginárias, observado no destaque acima, explicita-se a imagem de sujeito aqui construída: o modelo da escrita como ideal de correção é alicerçado em um saber que se constrói no sujeito universal inscrito na expressão “todos reconhecem a intensidade afetiva de sua caracterização antecipada”. Evoca-se, assim, um saber que não tem origem em um sujeito determinado, mas na indeterminação de um “todos”, sujeito da ação de reconhecer. Segundo Pêcheux (1975:166), esse tipo de construção ocorre por um “processo nocional-ideológico” em que o “efeito de determinação do discurso-transverso sobre o sujeito induz, necessariamente, neste último, a relação do sujeito com o Sujeito (universal) da Ideologia, que é “evocado”, assim, no pensamento do sujeito (“todo mundo sabe que..., “é claro que...”).

Esse discurso transverso manifesta-se materialmente no interdiscurso na medida em que encadeia os elementos discursivos, presentificando, assim, uma exterioridade constituída como pré-construído. “Nesse sentido, pode-se bem dizer que o

intradiscurso, enquanto fio do discurso do sujeito é, a rigor, um efeito do interdiscurso sobre si mesmo, uma interioridade inteiramente determinada como tal no exterior...” (Pêcheux, 1975:167)

No capítulo sobre Artigo, ao falar de seu emprego antes de pronome possessivo *Em português, o emprego ou omissão do artigo antes de possessivos que funcionam como pronomes substantivo não tem apenas valor estilístico, mas corresponde a uma clara distinção significativa.: (...)*”, no caso, semântica:

*Com a primeira, pretende-se acentuar a simples idéia de posse. Equivale a dizer-se: ‘Este cinto pertence-me, é de minha propriedade.’*

Com a segunda, porém, faz-se convergir a atenção para o objeto possuído, que se evidencia como distinto de outros da mesma espécie, não pertencentes à pessoa em causa. O seu sentido será: ‘ Este é o meu cinto, o que possuo. (Cunha e Cintra, 2001:214)

O *apenas*, em destaque acima, representa essa marca do interdiscurso em que ecoa um pensamento sobre a omissão do artigo e seu valor estilístico. Há uma espécie de diálogo entre a fala do gramático e o interdiscurso, em que o primeiro repele uma afirmação de um já-dito.

Enfim, em quase toda a gramática percebe-se a busca por esse ideal de clareza na descrição exhaustiva dos conteúdos e de suas possibilidades de significação, que precisam ser explicitadas. Essa posição-sujeito manifesta, em seu discurso, aquilo que o determina, ou seja, deixa entrever traços da formação ideológica que o determina.

É pela materialidade da língua, através da qual se realizam os processos discursivos, que podemos identificar a formação discursiva que domina o lugar de dizer do gramático, aquela que define o ideal de língua moldado nos textos de escritores clássicos, a diversidade lingüística subjugada ao modelo da norma culta, a eficiência comunicativa como tendo primazia, e o ideal de completude da língua em que todas as possibilidades de significação são previstas.

Dessa FD emerge a posição-sujeito do gramático idealista, condicionado por um ideal de língua transparente, que não dá lugar para jogos discursivos, dissimulações. Assim, a partir dessa posição sujeito, de gramático-idealista, constrói-se, para o usuário da gramática, uma imagem também idealizada de um sujeito submisso ao modelo por ela apresentado.

Conclui-se que, esta FD forjada no embate da luta de classes e da divisão do espaço de enunciação, constitui uma posição-sujeito para a qual o ideal de língua é a culta, constituída pela eficiência, clareza, etc, a qual acaba por constituir uma posição sujeito idealista, capaz de criar um modelo de gramática também idealista, que percebe haver uma oposição constitutiva entre os usuários da língua: um que sabe haver uma oposição entre os sentidos possíveis e aceitos e os sentido condenáveis.

Também nessa gramática, o modelo de comunicação é construído a partir de frase ou palavras isoladas, sem qualquer referência aos processos textualização, ou seja, os usos da língua acontecem como mera abstração, alheios ao contexto, a situações comunicativas concretas.

### **5.1.3 Gramática Normativa de Rocha Lima**

Para Rocha Lima, a escrita é forma secundária e imperfeita de manifestação lingüística, sucedânea da fala. Ele começa sua gramática explicitando a concepção de linguagem que norteará sua obra. Segundo ele, há dois tipos de expressão lingüística: a falada e a escrita.” Na comunicação escrita, os sons da fala (que em sua essência, constituem a linguagem dos homens) passam a ser apenas evocados mentalmente por meio de símbolos gráficos; a rigor não se apresenta senão mentalmente como um perfeito sucedâneo da fala.” (Rocha Lima, 1972:4) Nesta passagem, explicita-se a concepção da escrita como manifestação secundária e imperfeita da oralidade. Assim, fica evidente qual o modelo a ser seguido pelos usuários: a escrita deverá reproduzir os modelos da fala. O ideal de sujeito usuário da língua materializa-se na construção de enunciados de

forma clara, a partir da observação de um modelo de língua sustentada na oralidade e de um ideal de sujeito que busca reproduzi-la.

Mas adiante, afirma que a linguagem, numa intersecção entre o oral e a escrito, cumpre a função de revelar a subjetividade total do sujeito que produz linguagem, mas ainda é à oralidade que cabe a função primordial de tal manifestação: “Esta é que abrange a revelação do eu em sua totalidade, pressupondo, além de sua significação dos vocábulos e das frases, o timbre da voz, a entoação, os elementos subsidiários do gesto e do jogo fisionômico.” (Rocha Lima, 1972:5). Evidencia-se, dessa forma, que a função da língua é manifestar a subjetividade do indivíduo, e mais eficientemente por meio da oralidade. (Grifos meus)

*Por isso, para bem compreender a natureza e o funcionamento da linguagem, é preciso partir da fala, para se examinar em seguida a escrita, a qual se entenderá, assim, como uma espécie de linguagem mutilada, cuja eficácia estará na dependência da maior ou menor habilidade com que conseguirmos obviar a falta inevitável dos elementos expressivos auxiliares. (Rocha Lima 1972:5)*

Na sua descrição de uma língua escrita como sucedânea da oralidade, manifesta a visão de que cabe à expressão escrita a manifestação do pensamento de quem enuncia. A oralidade é superior à escrita, visto que a primeira tem recursos, como a entonação, inflexões de voz, que faltam à segunda, “linguagem mutilada” que é. Cabe à escrita criar recursos para suprir tal carência.

A descrição da língua ideal é o objetivo da gramática de Rocha Lima. A descrição dos usos da língua pela gramática tem como função possibilitar aos seus usuários alcançar, mesmo que de forma precária, a perfeição que somente a oralidade possibilita.

Quando fala do conceito de Gramática normativa o gramático afirma: “é uma disciplina didática por excelência, que tem por finalidade codificar o ‘uso idiomático’, dele induzindo, por classificação e sistematização, as normas que, em determinada época, representam o ideal da expressão correta.” (Rocha Lima, 1972:7). Explicita-se uma contradição: se a escrita nada mais é do que uma forma de manifestação “mutilada” da linguagem oral, como podem os exemplos de correção idiomática da escrita

representarem o ideal de expressão idiomática? “Fundamentam-se as regras da gramática normativa nas obras dos grandes escritores, em cuja linguagem as classes ilustradas põem o seu ideal de perfeição, porque nela é que se espelha o que o uso idiomático estabilizou e consagrou” (Rocha Lima, 1972:7).

Manifesta-se, de modo evidente, a contradição do discurso de Rocha Lima: embora o modelo da correção idiomática seja a oralidade, os exemplos de tal correção são retirados da literatura. Contudo, essa mesma contradição é significativa na medida que expõe a real opção pelo modelo de linguagem a ser usado, o da classe dominante, ou “ilustrada”. Se a literatura manifesta o que a classe ilustrada considera o como modelo por ser consagrado pelo uso, este deve ser imitado também pela oralidade.

Quando trata de fonética e fonologia, ao descrever os fonemas laterais, Rocha Lima faz a seguinte observação:

*Em extremas faixas do Brasil, e especialmente no Rio de Janeiro, a consoante //l/, quando em final de sílaba, apresenta uma pronúncia ‘relaxada’, que a aproxima do som da semivogal /w./Este fato faz com que desapareçam oposições como as de mal/mau, alto/auto, servil/servi-u-oposições que a língua culta procura cuidadosamente observar. (Rocha Lima, 1972:8)*

O que se depreende, dessa passagem, é a opção da gramática pela pronúncia adequada à modalidade culta da língua, opondo a noção de diversidade à noção de unidade da língua. Ao explicitar que a pronúncia ‘relaxada’ de regiões como o Rio de Janeiro não segue as oposições de determinados fonemas determinadas pela modalidade culta da língua, manifesta a idéia de que seus usuários estão em desacordo com a modalidade culta, desvirtuando a norma padrão. De novo, o modelo da oralidade é usado para a descrição da língua, mesmo quando não se refere à escrita, mas à descrição de usos da fala, expondo, mais uma vez, a referida contradição: as oposições são usadas para manifestar sua adesão por uma modalidade de língua que sempre está relacionada a um modelo de sociedade que as usa. Essa adesão pode ser percebida, principalmente, no uso das aspas ao classificar como “relaxada” a pronúncia de determinados fonemas, nas “extremas faixas do Brasil e especialmente no Rio de Janeiro”.

Nesse caso, a oposição que se estabelece está na contradição entre o que é pertencente à unidade e o que pertence à diversidade, optando-se pelo ideal da unidade, ao condenar o que é diverso na língua, ou seja, a pronúncia.

Essa mesma contradição é manifestada quando se fala sobre Tonicidade e atonicidade: "É preciso pôr o melhor empenho em não deslocar as palavras a posição de seu acento tônico. O erro prosódico deforma a configuração normal dos vocábulos - o que faz cair pesada sanção social sobre quem o comete." (Rocha Lima, 1972:29) De novo o ideal de unidade é chamado correção. Nesse caso, a sanção é dada na fala, pois a prosódia trata da pronúncia correta das palavras, e incorrer em erros provocará sanções sociais. São as regras da língua subordinadas ao ideal da norma culta, conforme falado na definição de norma, lei e regra gramatical. Todas estão imbricadas de tal forma que não dá pra negar-lhes o caráter jurídico, visto as desobediências têm como consequência as sanções sociais.

Até aqui, falamos sobre evidências de como a gramática analisada manifesta um ideal particular de linguagem, em cuja teorização há uma contradição: o primeiro modelo apresenta a escrita como uma tentativa frustrada de representação, só alcançada, de forma eficiente, pela oralidade, apesar de os modelos de correção idiomática serem retirados da literatura, ou seja, da escrita; o segundo modelo apresenta a gramática como ideal de língua interferindo na oralização, sancionando os erros de pronúncia.

Contudo, os exemplos mais evidentes sobre o que queremos provar não se sustentam em afirmações que chamam atenção sobre características tão diversas da língua, mas, nas regularidades que se repetem, sem chamar a atenção, visto que estão em todas as gramáticas: na morfologia, com a descrição das regras da língua, desde a classificação dos substantivos, adjetivos e formação de gênero, número, etc, na sintaxe, no modo de estruturação das frases. Sobre o plural dos substantivos, afirma em "Notas soltas: A palavra *avô* tem o plural *avôs* quando designa o *avô paterno* + o *avô materno*. *Não conheci meus avôs*. Significando o *avô* + a *avó*, ou, em geral, os ascendentes, seu plural é *avós*." (Rocha Lima, 1972:83)

Essa descrição detalhada dos fatos da língua e suas possibilidades demonstram como há uma necessidade na gramática de não deixar espaços que possam ser interpretados inadequadamente por quem a usa, principalmente se seu pensamento se sustenta na idéia de que há completude na oralidade e que esta não será alcançada jamais pela escrita, como afirma no conceito de frase:

*Frase é uma unidade verbal com sentido completo e caracterizada por entoação\* típica: um todo significativo, por intermédio do qual o homem exprime seu pensamento e/ou sentimento. Pode ser brevíssima, constituída às vezes por uma só palavra, ou longa e acidentada, englobando vários e complexos elementos.*

Mais uma vez, explicita-se a opção pela oralização como ideal de completude da língua: "A entoação, traço essencial para a conceituação de frase, é o que lhe dá essa unidade de sentido, demarcando-lhe começo e fim, e apontando-lhe o propósito (declarativo, interrogativo, etc.)" (Rocha Lima, 1972:232)

Mais enriquecedora ainda é a definição de *Oração sem sujeito*: "Pode dar-se o caso de a oração ser destituída de sujeito: com ela, referimo-nos ao processo verbal em si mesmo, sem o atribuirmos a nenhum ser. Nem há o propósito de esconder o sujeito, atitude psicológica orientadora das construções indeterminadas." (Rocha Lima, 1972:232)

Enfim, o que buscamos mostrar, como nas análises anteriores, é que o ideal de completude almejado pelas gramáticas pode ser facilmente percebido pela repetição da descrição da estrutura da língua, com indicações que devem ser seguidas, sob o perigo das sanções sociais, ou ainda de incorrer na produção de sentido que podem ser interpretados de forma equivocada. Assim, uma formação discursiva que manifesta uma opção pela norma da "classe ilustrada" constitui uma posição sujeito do gramático idealista, para quem a escrita substitui precariamente a fala, esta sim, perfeita em sua constituição. Enfim, a clareza dos enunciados, cuja perfeição pode ser encontrada na obra de grandes escritores, ideal da classe dominante, denominada pelo gramático "classe ilustrada" é o que se pretende ao se usarem as gramáticas..

A imagem que se constrói do usuário da língua é a de um indivíduo que precisa ser orientado, na iminência de sofrer sanções sociais em caso de desvios, tais como ser inserido no universo dos falantes da norma popular, ou de pessoas não cultas, desconhecedoras das normas da língua culta. Pertencer á “classe ilustrada” é o ideal a ser alcançado pelos que falam a língua culta e segue suas regras.

Também nesse modelo de gramática, a unidade mínima de comunicação é a palavra, ou a frase, e não o texto. “A entoação, traço essencial para a conceituação de frase, é o que lhe dá essa unidade de sentido, demarcando-lhe começo e fim, e apontando-lhe o propósito (declarativo, interrogativo, etc.)” (op.cit.)

#### **5.1.4. Gramática - como se Aprende a Língua de A. de Sampaio Dória**

Para Sampaio Dória, a função da gramática é esclarecer possíveis desvios no uso da língua. Seus conteúdos reportam insistentemente à essa necessidade, cuja função principal é comunicar com clareza, como no exemplo que segue, quando fala sobre a concordância entre substantivo e verbo, na seção intitulada *Análise lógica*, no Capítulo I: “A linguagem usual se compõe de palavras combinadas com que nos fazemos entender e entendemos o que os outros nos dizem.” (1953:13). Assim, evidencia-se o desejo de ter claras as proposições a fim de que haja uma comunicação eficaz, em que os sentidos não sejam dúbios, e a compreensão seja recíproca.

O mesmo pode ser percebido no exemplo que segue, no Capítulo V, sobre *Proposições, sujeito e predicado*: “As proposições ou sentenças devem ter seus sentidos completos e podem ser: afirmação positiva, negativa, pergunta ou resposta. Sempre sentido completo, que uma só palavra, ou combinação de palavras exprima.” (1953: 24)

Ou mais adiante, na explicitação da noção de completude da língua, não evidente para todos, visto que, para alguns, há a necessidade de uma análise para apreensão do conteúdo exato: “(...) A compreensão da frase basta, por si só, a logo discernir se o que

se afirma, ou é predicado, do ser a respeito do qual se faz a afirmação, ou sujeito. Mas nem sempre é imediata a compreensão da frase. É a análise que a vai facilitar.” (1953:25)

Essa idéia, de que os sentidos não são evidentes para todos, é reafirmada no exemplo a seguir” (...) A capacidade para a compreensão imediata das frases virá pouco a pouco, à medida que se forem examinando as estruturas peculiares das proposições.” (1953:26). Assim, há o reconhecimento de que cada uma das proposições apresenta-se com uma estrutura peculiar, não evidente, que exige uma atenção mais apurada, não óbvia para o observador não treinado.

Esse observador seria treinado pelas orientações da gramática, a qual indicaria o caminho a seguir, a fim de que os sentidos exatos fossem conseguidos:”Algumas indicações práticas sobre as relações do verbo com as demais palavras da mesma proposição abrem caminho à interpretação exata da linguagem.” (1953:26) Desse modo, o sentido exato pode ser conseguido pela observação das regras da gramática a fim de que a comunicação seja eficiente, como se vê mais adiante na conceituação de pessoa gramatical: “Sabe-se que linguagem é um meio de comunicação dos homens entre si. Com a palavra escrita ou oral, sempre está alguém dizendo alguma coisa a outrem.” (1953:32)

Sobre o enunciador da gramática, define-se o sujeito produtor de linguagem, os possíveis emissores das proposições na língua portuguesa como “O ser que diz, não pode ser, naturalmente, uma coisa material, uma árvore, um animal, pois que não falam nem escrevem. Mas o homem, a criatura racional, que não for muda, ou saiba escrever.” Assim, para que seja possível ser emissor reconhecido de proposições legíveis, há que se dominar um sistema de códigos, não acessíveis ao deficiente auditivo ou ao analfabeto. Mais evidente é o exemplo a seguir:”Quem ouve, ou lê o que outrem diz, também não pode ser senão o homem, que não seja surdo, ou analfabeto.” (1953:32)

Essa passagem nos remete à discussão sobre cidadania proposta por Eni Orlandi e retomada em Orlandi (2002:227) em que a autora fala sobre que o que constitui um sujeito em cidadão, na sociedade brasileira, não é o nascimento, e que essa não é uma questão jurídico-política, já que as leis são uma projeção de um desejo.

*Essa tarefa é de transformação e não de direito: 'virar cidadão' - fica para a educação, ou seja, é uma questão pedagógica que pode ou não atingir o sujeito social brasileiro. O que me leva a afirmar que não temos em nossa história lugar efetivo que corresponda à constituição histórica de um lugar de cidadania. Nessa falta, e supridos pelo imaginário de uma discursividade em que o cidadão está sempre prestes a se consumir como realidade histórica, mas sempre falha, é o espaço – e não um projeto político- que poderia lhe dar suas dimensões, enquadrá-lo como fenômeno social: esse espaço é a cidade, o espaço da urbanidade. (Orlandi, 2002:228)*

Também Pfeiffer (2001:89) retoma essa discussão sobre o funcionamento da escrita como mecanismo de igualização dos sujeitos, transformando-os em cidadãos.

*A escrita, funcionando como este divisor de águas, traz ainda mais um sentido ao sujeito que estou chamando de o letrado não autorizado, isto é, o sujeito que tendo ou não passado pela escola, por se encontrar em uma sociedade escolarizada, precisa se submeter ao processo de legitimação de seu dizer que passa pelos sentidos da escolarização. (Pfeiffer, 2001:89)*

E mais adiante: "Retomando, a escrita funciona também na direção de tomar os sentidos do lugar do sujeito letrado não autorizado como visibilidade de uma sua incapacidade." (Pfeiffer, 2001:89).

Segundo Pagotto (2001:41) o movimento de constituição de uma norma a ser seguida implica na inscrição do sujeito no "jogo social", identificando-se com o funcionamento de trocas semelhantes ao mercado de capitais, na terminologia de Bourdieu (1996).

*Este gesto fundamental se aplica tanto à relação do sujeito com a escrita, como a qualquer relação do sujeito com as formas lingüísticas em variação e, de certa maneira, tem sido negligenciada pela sociolinguística variacionista como a relação fundamental que definiria o estatuto do valor social das formas lingüísticas. Dito de outra maneira, o significado social das formas lingüísticas define uma posição de sujeito à qual os sujeitos falante vão se identificar, podendo significar-se como classe social, como grupo etário individual-ou coletivo-mas é fruto da própria dinâmica macro-social que define a ideologia e os discursos." (Pagotto, 2002:40)*

Nesse sentido, o indivíduo analfabeto, na gramática de Sampaio Dória, é relegado a uma condição semelhante ao do indivíduo que não ouve ou não fala, e portanto: “Quem ouve, ou lê o que outrem diz, também não pode ser senão o homem, que não seja surdo, ou analfabeto.”

Outro modelo do usuário da gramática, e por conseqüência, da língua, é o daqueles que conhecem os bons escritores, no exemplo retirado do capítulo que fala sobre a variação do substantivo: “Outras normas há que a simples leitura facilmente vai indicando. Estas que aí ficam, também com a simples leitura dos bons escritores, se revelam sem dificuldade.” (Sampaio Dória, 1953: 48)

Há também o reconhecimento da gramática como arte, no sentido de criação, manifestando uma contradição, na medida que opõe o uso pela observação dos bons escritores à criação, buscando harmonia, “doçura” e “alegria”: “Os adjetivos qualificativos são numerosos. Seu bom emprego é arte que se aprende, observando. Quando usado com impropriedade, a frase é emperrada, frouxa, desagradável. Mas, quando a propósito, com exatidão e gosto, a frase parece ganhar relevo, adquire doçura, e alegria.” (1953:57). E mais ainda: “É, porém, inadmissível o emprego do qualificativo, que não precise o substantivo, ou não ilumine a frase.” (1953:57)

Ainda sobre a busca pela clareza, quando fala sobre o uso dos pronomes

*” (...) A idéia de gênero é evidente nas posições de transmissor e receptor. São usos e regras presentes, ou havidos como tais. E, com a presença, não há que explicar sobre o gênero das pessoas. Já na terceira pessoa, o assunto, a pessoa de quem se fala pode estar ausente. Daí, para mais clareza da linguagem, a necessidade de se lhe referir o gênero, mediante formas próprias, uma para o masculino e outra para o feminino.” (1953:74)*

Atente-se, ainda, ao reconhecimento de não haver lógica nas regras de uso, ou mesmo coerência. Assim, espera-se que o usuário da gramática obedeça acreditando na tradição do uso somente, abalizado por gerações anteriores.

*Nem sempre têm coerência os usos da linguagem. Assim como há duas formas para os pronomes complementares **o** e **a**, por que somente uma para o pronome complemento **lhe**, todos da terceira pessoa?*

*É questão de uso. O que é certo na linguagem, nem sempre obedece a rigores da lógica. O uso continuado por gerações costuma ser lei. (1953:75)*

A designação de *Análise lógica* para os conteúdos de determinação do sujeito permite relacionar os conteúdos à lógica, à clareza do pensamento que obedece a uma organização que existe, *a priori*, nas manifestações de pensamento, ou seja, há um modo lógico de elaboração de pensamento que deve ser manifestado pela língua. “A composição das sentenças obedece a regras gerais, sempre as mesmas, que a análise facilmente revela. São regras de lógica, indisposição a transparência da linguagem, para clareza do pensamento.” (1953:130).

*Com o desenvolvimento intelectual e prática, a distinção entre o sujeito e o predicado de qualquer proposição será tão espontânea, graças ao sentido dela, que nenhuma regra precisa ser aplicada, para evidência imediata do sujeito. Mas, para quem começa o aprendizado da língua, em sua estrutura lógica, na interpretação exata do pensamento escrito, e quiser, um dia, falar bem, e escrever com acerto, a verificação prática da concordância em pessoa e número do verbo com o agente, ou o paciente de sua ação, é de valor insubstituível. (1953:132)*

Dessa forma, aparece uma outra contradição, reconhecida pelo próprio gramático: algumas regras não seguem lógica, são construídas pelo uso de gerações passadas e descritas pelos manuais para que possam ser seguidas pelas gerações futuras; as regras obedecem a um pensamento que existe a priori, de um modo lógico.

Assim, a FD discursiva do gramático-idealista manifesta-se materialmente em um sujeito que se permite reconhecer, nas regras da gramática, falhas da língua, sustentando-se, ora na tradição, com justificativa para determinados usos, ora na lógica do pensamento. Esse sujeito gramático-idealista não espera, contudo, do usuário da língua, questionamento sobre tais contradições. A esse usuário cabe aceitar explicações nem sempre plausíveis, mas verossímeis, na medida que estão encadeadas no discurso do saber sobre a língua posicionado no lugar da autoria. As formações imaginárias que sustentam o discurso da autoria possibilita o surgimento de

um modelo de língua que, contudo, não se constrói pela opacidade dos sentidos, mas, em uma tradição de obediência ao que está apresentado como valor de verdade, pois, “o que é certo na linguagem, nem sempre obedece a rigores da lógica. O uso continuado por gerações costuma ser lei.” (Op.cit.).

Também na gramática de Sampaio Dória a menor unidade de comunicação é a palavra ou a frase, e não o texto. Os indivíduos se comunicam por meio de frases, também chamadas de proposições ou sentenças, que necessitam ser analisadas para melhor serem compreendidas.

#### **5.1.5. Gramática Metódica da Língua Portuguesa de Napoleão Mendes de Almeida**

Identifica-se, na gramática de Napoleão Mendes de Almeida, uma busca pela clareza na expressão escrita. Ao justificar a necessidade da constituição de uma gramática, o autor afirma “...o fato lingüístico necessita explicação, necessita justificativa, necessita exemplos, necessita arguição.” (Mendes de Almeida, 1999:03) discorrendo sobre a complexidade dos fatos da língua, não acessível a todos.

*A gramática, ou seja, o texto, o livro de ensino gramatical deve ser estudado integralmente. Resultado da fragmentação do ensino da Gramática em opúsculos ou em partes que tudo encerram menos método é não encontrarmos aluno de segundo ciclo que saiba flexionar um substantivo composto... (Mendes de Almeida, 1999:03)*

Assim, interpreta-se daí que a necessidade de aplicação e de método de ensino se dá em decorrência da complexidade da própria língua, mais evidente ainda quando o gramático afirma que “Cabe ao professor, de acordo com as necessidades e possibilidades do aluno, saber o que ensinar, como ensinar e quando ensinar, *mas tudo é preciso ensinar.* (Mendes de Almeida, 1999:04).

Essa complexidade deve ser elaborada pela gramática de forma a manifestar sua organização como leis, juridicamente aceitas, e obedecidas por quem as ensina e as aprende. “É por não saber analisar que um indivíduo coloca mal um oblíquo, flexiona

mal um verbo, pratica um barbarismo? Nada disso: é tão somente por desconhecer *as leis do idioma*.” (Mendes de Almeida, 1999:04)

A FD do gramático materializa-se em uma posição-sujeito idealista mobilizada por efeitos de sentido condicionados pela busca incessante de obediência às regras, que procuram descrever os sentidos possíveis da língua, priorizando a descrição exaustiva dos conteúdos, a fim de que a clareza e a eficiência de comunicação sejam alcançadas. Constrói-se, desse modo, uma imagem de sujeito que se submete à imposição de uma norma, obedecendo-lhe.

Outro elemento, muito importante a ser observado, diz respeito ao ideal de língua que se busca no ensino das tais ‘leis do idioma’: uma anterioridade orientada pela desorganização da língua, e a organização que se estabeleceu pela NGB quando “...- a nomenclatura gramatical entrou em cena em nossa terra, num palco em que se viam os mesmos ratos de ministério de outras reformas anteriores...”(Mendes de Almeida, 1999:06)

Também significativa é afirmação a seguir, que deixa evidente a relação uso da língua/patriotismo/cumprimento dos deveres cívicos.

*O professor deve ser guia seguro, muito senhor da língua; se outra for a orientação de ensino, vamos cair na “língua brasileira”, refúgio nefasto e confissão nojenta de ignorância do idioma pátrio, recurso vergonhoso de homens de cultura falsa e de falso patriotismo. Conhecer a língua portuguesa não é privilégio de gramáticos, senão dever do brasileiro que preza sua nacionalidade. É erro de conseqüência imprevisíveis acreditar que só os escritores profissionais têm a obrigação de saber escrever. Saber escrever a própria língua faz parte dos deveres cívicos. A língua é a mais viva expressão da nacionalidade. Como havemos de querer que respeitem a nossa nacionalidade se somos os primeiros a descuidar daquilo que a exprime e representa, o idioma pátrio?” (Mendes de Almeida, 1999:07)*

No capítulo denominado *Linguagem* são apresentados conceitos como língua, linguagem, palavra, idioma, etc. quando se apresenta também o conceito de gramática

*Denomina-se gramática a reunião ou exposição metódica dos fatos de uma língua.*

*Da mesma forma que a música possui sua artinha, ou seja, o conjunto de princípios, ensinamentos e regras concernentes a essa arte, também as línguas possuem cada uma a sua gramática, isto é, o conjunto de todas as normas para o seu perfeito uso. (Mendes de Almeida, 1999:19)*

As regras são minuciosamente descritas, explicitando a intenção de esgotar o tema, e impedir o surgimento de dúvidas:

*As vogais e e o, quando isoladamente citadas, devem ser pronunciadas com som aberto. Não se diz: 'Esse ô é acentuado', 'Esta palavra escreve-se com ô' - mas sim: 'Esse ó é acentuado', 'Esta palavra escreve-se com ó.'o mesmo procedimento devemos ter com a vogal e. MENDES DE ALMEIDA, 1999:22)*

A postura crítica, em relação aos fatos descritos, também é evidente:

*...daí a razão de fastidiosas listas de grupos vocálicos, terreno incerto, falso. É artificial e forçado em nosso idioma a aceitação de ditongo. Na realidade como acontece no latim, em grego, em alemão e em outros idiomas, e como indica a etimologia da palavra- o ditongo se constitui de duas vogais que se pronunciam como uma só. Desse artificialismo decorre a dificuldade e quase inutilidade de divisões de grupos vocálicos.(Mendes de Almeida, 1999:29)*

A passagem que segue, quando descreve as consoantes, manifesta, mais uma vez, a posição do gramático em relação ao objeto que procura descrever “Fácil será, do quadro acima, deduzir os defeitos do nosso alfabeto...” (Mendes de Almeida, 1999:32).

Mais adiante, um outro exemplo da sua contradição: apesar de as regras deverem ser obedecidas, em muitos casos, o uso é soberano:

*O g é velar antes de a, o, u; é palatal antes de i, e; antes destas duas vogais o g pode também ser velar, para tanto intercala-se um u, que ora se pronuncia, ora não; é uma questão que apresenta sérias divergências de pronúncia em grande número de vocábulos nosso. Unicamente o uso é juiz neste ponto. (Mendes de Almeida, 1999:36)*

*O q sempre se liga às vogais por intermédio de um u; este passa a fazer parte integrante do q e não entra na contagem das sílabas. Grande é a confusão que o grupo literal qu traz para a pronúncia de nossas palavras, pois o u ora é pronunciado, ora não, sem nenhuma regra nem critério, tornando-se solução única para cada caso averiguar como a generalidade do povo pronuncia o vocábulo. (Op.cit. p.40)*

Outra contradição é manifestada quando se discorre sobre sistemas ortográficos, notações léxicas, partição dos vocábulos, empregos das iniciais maiúsculas e abreviaturas. Interessa a definição do sistema misto, que resulta do choque entre o sistema fonético e o etimológico e sua origem está “no meio do povo”. (Mendes de Almeida, 1999:76)

Ao tratar do uso da maiúscula nos parênteses, faz a seguinte e provocativa observação, antecipando o que se pensa a respeito da pontuação e seu caráter subjetivo.

*O assunto tem o seu quê de subjetivo, como de subjetivo tem os problemas da pontuação, mas requer coerência de procedimento. Não estamos pedindo patente de invenção para essa norma, mas é apoiada (nem poderia deixar de ser) em fatos e (salvo melhor juízo) em raciocínio; seja como for, é provocação e (quem sabe?) uma achega para os estudiosos do idioma. (Quem desejar um dia formular regras de emprego de maiúscula, não deixe de consultar o Webster, onde encontrará, sob o verbete ‘capital’, vinte e tanta regras, com especificações que não existem em nossos formulários.). (Mendes de Almeida, 1999:76)*

Sem deixar a provocação, são inúmeras as observações sobre temas estudados, como no estudo do período composto e sua classificação.

*Sempre nos aborrece ter de expor e explicar fenômenos e nomes que fogem da verdadeira substância sintática. Reformam os programas de ensino e organizam pontos para concursos professores que parecem querer complicar antes que pedir o que é essencial e suficiente, proceder que tem sua causa no abandono do latim, que, enquanto mais severo, é muito menos complicado na análise; na fuga do latim vemos a explicação da falta de harmonia entre os nossos gramáticos em coisas que, em si, nada têm de misteriosas: Gramática não é Metafísica, é muito menos complicada. (Op. cit. p.537)*

Nessa gramática, a concordância é chamada de processos sintáticos, e sintaxe de concordância, divididos em regular e irregular. O que caracteriza a regularidade ou irregularidade do processo é a obediência ou desobediência a determinadas regras. Ao primeiro, estão relacionados os exemplos de acordo com norma; ao segundo, os processos denominados também figurados. O autor, em nota de rodapé, define figura como “... alterações da forma que não influem no sentido, autorizadas pelo uso de pessoas cultas.” A esse respeito, Agustini (2003:118) chama de “transbordamento da

regra”, quando a literatura desobedece a norma e cria efeitos diferentes dos usuais e a gramática aceita tais transgressões, como nas figuras de linguagem, por exemplo.

Contudo, percebe-se, nos casos das concordâncias irregulares, ou figuradas, a existência de uma lógica, uma sintaxe, que não fica a critério do escritor, do seu estilo ou o que pretenda ressaltar. Desse modo, o ambíguo, o inexato, fluido, também não é permitido. A figuratividade diz respeito somente à concordância do verbo que vai para o plural, para concordar com a idéia do coletivo, plural, evidente, não ambíguo.

O lugar de enunciação do sujeito produtor de linguagem é de um sujeito submetido às regras ou normas do idioma que têm valor de leis. Assim, a relação que se estabelece entre o usuário da gramática e esta é uma relação jurídica, condicionada pelo reconhecimento de que o conhecimento do idioma só é acessível a poucos.

Desse modo, a FD discursiva do gramático constitui-se em uma posição sujeito idealista que cria a imagem de sujeito submetido às jurisdições das regras impostas para o uso da língua e descrito pela gramática. Esse mesmo reconhecimento se dá na percepção de que esse conhecimento das regras do uso da língua só é acessível a poucos. A esses poucos são permitidas transgressões de determinadas regras, não permitidas às pessoas não cultas. Enfim, o lugar do escritor é diferenciado, a ele são permitidas liberdades e o conceito de língua é de autonomia, de possibilidades de expressividade que superam à do usuário comum.

Mas toda a expressividade só é observada a partir de palavras ou frases. Ignora-se a construção de sentido a partir do texto. O processo de textualização não é referido também nessa gramática.

### 5.1.6. Nossa Gramática - Teoria e Prática de Luiz Antonio Sacconi

Também Sacconi, na sua gramática, busca a desambigüização e a clareza como modelo de língua. Não há introdução, prefácio ou apresentação na gramática, que começa com um tópico apresentando **Vocábulo, palavra, termo**, quando cita Mattoso Câmara para explicar a diferença entre vocábulos e não vocábulos. Retomam-se, também, alguns conceitos da Lingüística, como signo lingüístico, significado, significante e outros, na introdução do conceito de lingüística. André Martinet é referido para explicar o conceito de código; Saussure, para opor língua e fala; Jakobson, para introduzir funções da linguagem; entre outros.

Infere-se, assim, o recurso ao discurso do outro, balizado pelo conhecimento científico, como estratégia para sustentar teoricamente as afirmações que serão feitas acerca da Língua Portuguesa. Recorre-se, desse modo, ao “sujeito da ciência”, ou “sujeito do conhecimento”, que, segundo Henry (1992)

*é uma categoria genérica constitutiva das ideologias teóricas nas quais e pelas quais, na prática científica, é produzida a evidência da verdade e da objetividade científicas como tais, através da determinação do tipo de provas admitidas, das formas de exposição e de argumentação consideradas como rigorosas etc... (Paul Henry, 1992: 137).*

Assim, essa categoria de sujeito acaba por funcionar como efeito de sentido, por estarem, também, inscritos em determinadas condições históricas e ideológicas, mas evidenciam a pretensa universalidade ou cientificidade buscada pelo autor da gramática.

Interessante observar o modo superficial ou passageiro como os conceitos são tratados: poucos exemplos para ilustrar, alguns literários, outros, simples frases sem contexto.

*A língua é um código de que se serve o homem para elaborar mensagem, para se comunicar.*

*Existem basicamente duas modalidades de língua, ou seja, duas línguas funcionais:*

*a língua funcional da modalidade culta ou língua padrão, que compreende a língua literária, tem por base a norma culta, forma lingüística utilizada pelo segmento mais culto e influente de uma sociedade. Constitui, em suma, a língua utilizada pelos veículos de comunicação de massa (emissoras de rádio e televisão, jornais, revistas, painéis, anúncios, etc.) cuja função é a de serem aliados da escola, prestando serviço à sociedade, e não justamente o contrário:*

*a língua funcional de modalidade popular, língua popular ou língua cotidiana, que apresenta gradações as mais diversas, tem o seu limite na gíria e no calão. (Sacconi, 1996:9)*

No destaque, observe-se como o autor contradiz um discurso sem fazer referência à autoria. Quando afirma terem os veículos de comunicação função de serem aliados da escola, e não justamente o contrário, presume-se haver um discurso que faz tal afirmação, ou seja, a de que os veículos de comunicação não prestam tal serviço à sociedade dividindo, assim, seu enunciado em posições antagônicas. Segundo Courtine (op. cit) há enunciado dividido quando uma *posição-sujeito* se constrói pelo *funcionamento polêmico do discurso*. Esse funcionamento polêmico se dá, quando o sujeito universal (ou sujeito do saber) é interpelado, constituindo-se em sujeito ideológico e, ao se identificar com o sujeito enunciator, assume uma posição. No fragmento destacado, a polêmica se dá pela presunção de uma formação discursiva contrária a sua.

Essa mesma observação pode relacionada à seguinte passagem: *Não constitui, como se tem afirmado comumente, idiotismo da língua portuguesa, porquanto outras línguas românicas o possuem, entre elas o galego, o mirandês e o napolitano do século XV.* (Sacconi, 1996:42) De onde podemos a presença do discurso polêmico como constitutiva da sua argumentação.

Em outras passagens, algumas regras orientam como evitar a ambigüidade por meio do uso adequado dos pronomes possessivos, como se vê a seguir:

*Os pronomes pessoais **me, te, nos, vos, lhe** (e variação) podem aparecer indicando posse, embelezando o estilo.”, mas, “O possessivo **seu** (e variações) pode causar ambigüidade de sentido.” E “(...) para evitar o duplo sentido, usam-se as formas **dele** (e variações), **de você**, ou **do senhor**.” (Op. cit.p.168/169)*

Assim, a função das regras da gramática é orientar para que sentidos possam ser alcançados, como quando fala dos pronomes possessivos, em que a mudança de posição de termos interfere na significação: “Os possessivos geralmente vêm antepostos ao substantivos, quando se pospõem, podem mudar de significado a expressão de que fazem parte.” (Sacconi,1996:169)

Também os verbos são analisados a partir dos sentidos que possam produzir: “O Modo Imperativo indica, além de ordem, pedido, exortação, advertência, convite, conselho, súplica, etc. (...)” O ponto de exclamação indica ênfase, rigor; não se desejando tais idéias, podemos terminar a frase apenas com o ponto final.”

O uso de determinados modos dos verbos podem desfazer ambigüidades, como o caso do infinitivo pessoal:

*O infinitivo pessoal não existia em latim, por isso nunca houve uniformidade quanto ao seu emprego; usa-se mormente para desfazer ambigüidades de sujeito. Não constitui, como se tem afirmado comumente, idiotismo da língua portuguesa, porquanto outras línguas românicas o possuem, entre elas o galego, o mirandês e o napolitano do século XV. (op. cit.p.42)*

O mesmo não acontece com o infinitivo impessoal que *expressa o processo de modo vago, geral.* (Sacconi, 1996:242)

Na busca pela clareza, é necessário, segundo o discurso da gramática, observar a posição das palavras na oração, visto que qualquer alteração provoca mudanças de sentido.

*Os advérbios que na língua cotidiana aparecem com a terminação de diminutivo, nada mais são que formas superlativas.” (...) “Às vezes a forma diminutiva acrescentam apenas uma idéia aproximativa.*

Quando se antepõe ao advérbio o mais ou o menos, e a ele se pospõe a palavra possível, ou qualquer expressão de sentido equivalente, forma-se um superlativo que exprime o limite da possibilidade. (p.255)

Também a oralidade é afetada pela busca da clareza e dos sentidos evidentes, no que diz respeito à entoação. *Tem como característica fundamental, na língua falada, a entoação.* (Sacconi, 283), pois,

*Uma simples palavra, proferida com entoação própria, pode tornar-se uma frase. A palavra fogo, sem nenhuma melodia própria, não passa de uma palavra morta, sem função comunicativa. Ao proferirmos fogo!, com entoação de pavor, susto, estaremos proferindo uma frase.”*

*A emoção não permite ao falante elaborar uma estrutura mais perfeita (Estou vendo fogo);usa, então, uma exclamação, que lhe possibilita expressar mais rapidamente o pensamento.*

*A entoação é, assim, a alma da frase nominal, constituída por nomes (substantivos, adjetivos e advérbios): Fogo!-Lindo!-Abaixo a corrupção!. Nas frases verbais, de estrutura mais perfeita, a entoação já não tem tanta importância, uma vez que apenas revela um aspecto psicológico do falante. Nesse caso, a frase pode ser declarativa, interrogativa, imperativa, optativa e exclamativa. (p.283)*

Outro mecanismo usado pela língua na busca da exatidão dos sentidos diz respeito à ordem dos elementos na frase,

*Tanto na frase quanto na oração as palavras obedecem a uma disposição, a uma ordem, para que haja perfeita transmissão da informação.’ (...) Portanto, existe mais ou menos uma ordem lingüística que devemos seguir na elaboração de uma frase ou de uma oração. A essa ordem se dá o nome de sintaxe. (Op. cit.p.284)*

Enfim, o conhecimento sobre a língua está alicerçado no efeito da cientificidade e no discurso polêmico como recurso argumentativo; a função da gramática é organizar o conhecimento lingüístico, de modo a não deixar lacunas de significação a serem preenchidas. Assim, o conceito de língua é aqui marcado pela idéia de completude, clareza, não ambigüidade. Os sentidos são criados a partir de uma intenção comunicativa, previsível na própria descrição da língua. A imagem do sujeito usuário da língua é de quem precisa ser instruído sobre possíveis deslizos de sentido no seu uso.

A FD do gramático materializa-se em uma posição sujeito-idealista que vê na possibilidade da gramática o lugar para a desambigüização e a clareza como modelo de língua. Seu discurso é organizado de modo a seus efeitos de sentido estarem sustentados na ilusão da universalidade e na cientificidade de seu discurso, elaborados na forma do discurso polêmico.

Também aqui, os sentidos são analisados a partir de um modelo de língua que se apresenta por frases ou períodos, sem referência ao texto, ou processo de textualização.

## **5.2. A pontuação e o ideal de criatividade na língua: sujeito discursivo**

A imagem de sujeito que significa a partir de regras estabelecidas, *a priori*, na busca de alcançar determinados sentidos na descrição dos conteúdos da gramática é substituída pela imagem de sujeito que percebe haver uma possibilidade de autonomia sua, quando descreve as possibilidades de uso dos sinais de pontuação. Agora, os sentidos são conseguidos por meio de um jogo de construção no qual interferem fatores que suplantam a adequação à norma, construídos a partir dos efeitos definidos anteriormente, podendo ser ambivalentes, ou ambíguos, em função da intenção comunicativa ou expressiva do sujeito que a utiliza. Quando a gramática não dá conta de todos os usos, recorre ao estilo e à subjetividade para explicar esse fato.

### **5.2.1. Moderna Gramática Portuguesa de Evanildo Bechara**

Assim como em todos os conteúdos da sua gramática, o conceito de pontuação é introduzido e sustentado por teorias modernas sobre o tema, no caso, a partir dos estudos de Nina Catach, citados aqui no capítulo sobre a História da pontuação e sua relação com a escrita.

O conceito usado na definição é o mesmo da referida pesquisadora: “sistema de reforço da escrita, constituído de sinais sintáticos, destinados a organizar as relações e a proporção das partes do discurso e das pausas orais e escritas. Estes sinais também participam de todas as funções da sintaxe, gramaticais, entonacionais e semânticas. (Catach, Nina. Apud. Bechara,2001:604). Depreende-se, dessa definição, a junção de várias possibilidades de associação da pontuação: o reforço aos signos verbais na escrita, a sintaxe, a lógica e a relação da oralidade com a escrita.

Na sua classificação, está reconhecida a possibilidade de um encadeamento dos níveis do texto:

*(...) são essencialmente unidades sintáticas, ‘sinais de orações’ e ‘sinais de palavras’, podendo comutar com tais unidades alfabéticas, substituí-las e tomar de empréstimo seu valor. Assim, um apóstrofo indica a supressão de um grafema, uma vírgula uma unidade de coordenação ou de subordinação. Na essência, os sinais de pontuação constituem um tipo especial de grafema. (Bechara,,2001:604)*

A utilização de um termo da semiótica aponta para o reconhecimento de que o texto verbal põe em uso signos extralingüísticos, pois grafema, como visto anteriormente, compõe o sistema da escrita em uma relação de dependência com outros elementos para significar, ou seja, os signos da pontuação só significam em um sistema de escrita, no encadeamento dos signos que o compõem. Reconhecer essa possibilidade insere Bechara na evolução dos estudos da linguagem que suplantam a mera normatização, conforme vemos na citação abaixo:

*Pode-se entender a pontuação de duas maneiras: numa acepção larga e noutra restrita. A primeira abarca não só os sinais de pontuação propriamente ditos, mas de realce e valorização do texto: títulos, rubricas, margens, escolha de espaços e de caracteres e, indo mais além, a disposição dos capítulos e o modo de confecção do livro. (...) Segundo a concepção restrita, a pontuação é constituída por uns tantos sinais gráficos (...) Bechara,2001:604)*

A acepção larga da pontuação cuida de todas as formas de tratamento do texto, mas não é objeto do presente estudo, contudo, a acepção restrita serve para enfatizar o que foi mostrado no conceito transcrito mais acima: a relação com a oralidade.

*“Alguns destes tipos de sinais admitem ainda uma subdivisão em sinais de pausa conclusa (fundamentalmente o ponto, e depois ponto e vírgula, o ponto de interrogação, o ponto de exclamação, as reticências quando em função conclusa) e de pausa inconclusa (fundamentalmente pela vírgula, mas também por dois pontos, parênteses, travessão, colchetes, quando em função inconclusa.i.e é quando as orações estão intercaladas entre si.) e sintáticos/semânticos e os sinais de comunicação ou ‘mensagem’ (dois pontos)[:], aspas simples[‘ ’], aspas duplas[“”] (...) (Bechara, 2001:601)*

A classificação da pontuação, conforme mostrada abaixo, permite perceber a ambivalência do termo, cuja acepção suplanta o que a gramática geralmente trata, a normatização da língua, para falar de processos de textualização, em que se busca estabelecer uma relação entre os processos de significação e os processos de textualização. Ainda seguindo Catach (apud Bechara, op. Cit.), o gramático assim classifica a pontuação:

- a) a pontuação de palavras (espaços em branco; maiúsculas iniciais; ponto abreviativo; traço de união, hífen ou traço de separação; apóstrofo; sublinhado; itálico).*
- b) a pontuação sintática e comunicativa (a pontuação propriamente dita e objeto deste capítulo).*
- c) a pontuação do texto (Bechara, 2001:601)*

A pontuação de palavras e a sintática e comunicativa são diferentes da pontuação do texto. Por serem interiores a ele, são lineares, comuns ao manuscrito e ao impresso e fazem parte da mensagem lingüística, embora não sejam signos verbais. Contudo, podem sofrer interferência dos diagramadores, por exemplo, no caso do texto impresso, é possível “que pertençam à iniciativa e decisão do autor no seu desejo de levar ao texto algo mais de expressividade, de contorno melódico, rítmico e entonacional, além das palavras e construções utilizadas” (Bechara, 2001:601).

Já a pontuação do texto sofre interferência de todos os profissionais que se ocupam dele: calígrafos, tipógrafos, revisores, editores, etc.

Assim, retomamos a nossa hipótese original: a pontuação nas gramáticas abre espaço para que se possa falar de expressividade, estilo, autoria, ao mesmo tempo em que trata da relação com a oralidade, seu ritmo e melodia. Abre-se, também aqui, a

discussão sobre a relação entre escrita e oralidade, ou seja, se a escrita seria somente uma forma diferente de representação da oralidade, ou se seria um sistema totalmente diferente, com convenções singulares.

O reconhecimento da existência do terceiro tipo de pontuação, a de texto, permite concluir que a escrita é um sistema convencional cuja relação com a oralidade é mais conteudística que formal, ou seja, o código lingüístico pode ser o mesmo da língua oral, mas suas convenções são outras, com ele não mantêm mais que traços pontuais.

Bechara também identifica a função comunicativa da escrita na pontuação, que ele chama de solidariedade sintática e semântica, ou seja, é necessário que haja harmonia entre a estrutura do enunciado, a melodia e a entonação das palavras e das orações e seu conteúdo, antecipando, desse modo, o a relação entre pontuação e processo de textualização. Assim, a pontuação estabelece uma conexão entre os vários níveis do texto e sua constituição. Saber pontuar pressupõe conhecer a arquitetura dos diversos textos em todas as suas possibilidades, pois não se pontua o texto informativo da mesma forma que se pontua o literário ou o publicitário, por exemplo. Reconhecer tais minúcias permite inserir o usuário da língua e da gramática, no universo do letramento, que pressupõe todo o conhecimento de textualização.

Ou ainda como fala sobre o parêntese e os colchetes:

*Acerca dos parênteses, além do que disse o Formulário Ortográfico, vale lembrar, como fez Catach, que assinalam um isolamento sintático e semântico mais completo dentro do enunciado, além de estabelecer maior intimidade entre o autor e o seu leitor. Em geral, a inserção do parêntese é assinalada por uma entonação especial. (Bechara, 1999:85)*

Assim, observamos na gramática estudada uma junção do enfoque que se tem dado à pontuação: a pontuação em função da racionalidade, visto que ela serve para conduzir a melodia e a entonação que indicarão os sentidos a serem considerados na superfície textual, manifestando objetividade; a busca pela estética, em função da expressividade do autor, seu desejo de manifestar algo mais; a relação com a oralidade, indicando pausas, melodias e entonações pretendidas pela fala, manifestando uma corporiedade

da voz; e, finalmente, de uma intenção comunicativa, uma interação com o interlocutor, facilitando a comunicação, pois uma “pontuação errônea produz efeitos desastrosos à comunicação quanto o desconhecimento dessa solidariedade a que nos referimos.” (Bechara, 1999:606)

Esse sujeito tem capacidade criadora em função de suas características individuais, pois as escolhas dos sinais de pontuação pertencem “à iniciativa e decisão do autor no seu desejo de levar ao texto algo mais de expressividade, de contorno melódico, rítmico e entonacional, além das palavras e construções utilizadas” (Bechara, 2001:601). Assim, essa posição sujeito percebe, assim, no ato de escolha ao pontuar, traços de autoria no sujeito produtor de linguagem que vai além da mera aplicação de regras gramaticais. Esse sujeito usuário da língua é livre para manifestar sua subjetividade na pontuação.

Essa posição sujeito da FD da autoria do gramático que constrói o conceito de língua como instrumento eficaz de comunicação, na busca por um sentido claro, evidente, não ambíguo, percebe, no ato de produzir linguagem, possibilidades de manifestação da subjetividade. A imagem de sujeito usuário da língua que se constrói é de autonomia sobre esta e suas possibilidades de manifestação. A língua é vista como sistema não mais transparente, mas opaco, com possibilidades de manifestação da expressividade de quem a usa, em um processo de autoria. Da imagem idealizada de um sujeito que se submete às regras a fim de alcançar sentidos previstos pela gramática emerge um outro, mais autônomo em relação à língua que usa.

Essa posição sujeito se mostra na sua heterogeneidade: na descrição da maioria dos conteúdos da gramática, há um modelo de língua previsível em todos os seus sentidos, e um outro, modelo imprevisível, cabendo ao sujeito usuário da gramática e suas regras imprimirem sentidos a partir de um estilo próprio de escrever..

### 5.2.2. Nova Gramática do Português Contemporâneo de Celso Cunha e Lindley Cintra.

Na descrição dos conteúdos sobre pontuação, observa-se uma construção imaginária de autonomia do sujeito sobre a língua em que o recurso da expressividade é soberano. Essa formação discursiva exterioriza-se em uma posição sujeito para quem a língua é ao mesmo tempo deve ser clara e objetiva, transparente, percebida na maioria dos conteúdos descritos na, ao mesmo tempo em que é opaca, espaço para as dissimulações, ambigüidades. Mesmo que o ideal a ser buscado seja o da escrita, aqui há espaço para a criação, para o estilo pessoal, para a subjetividade.

O capítulo Pontuação divide os sinais de pontuação em marcadores de pausa e marcadores de melodia, entonação. Percebe-se, logo na divisão, a tendência à utilização da pontuação como transposição para a escrita do que é característico da fala. Essa característica acaba por produzir um modelo de língua escrita como subgrupo da língua oral, que se opõe ao modelo da língua escrita como padrão a ser seguido, notadamente a escrita literária, que se impõe na descrição dos conteúdos.

Para os autores os sinais de pontuação são divididos em dois grupos “...o primeiro grupo compreende os sinais que, fundamentalmente, servem para marcar as pausas (a vírgula, o ponto e o ponto e vírgula). O segundo grupo abarca os sinais cuja função essencial é marcar a melodia, a entoação.“(Grifos meus)

*1ª Esta distinção, didaticamente cômoda, não é porém rigorosa. Em geral, os sinais de pontuação indicam, ao mesmo tempo, a pausa e a melodia.*

*2ª Outros sinais de pontuação podem ter valor expressivo; o hífen, o parágrafo, o emprego de letras maiúsculas e o uso de diversos tipos e cores dos caracteres de imprensa (itálico, versal, versales, negrito, etc.)*

O verbo poder acaba manifestando um pensamento de liberdade ou elasticidade sobre a regra em oposição ao dever em que se subsume a obrigatoriedade.

Quando trata dos sinais indicadores de pausa, sua descrição é marcada, predominantemente, pelo caráter sintático de sua construção. Já quando se ocupa dos

sinais indicadores de melodia, os gramáticos explicitam a relação da escrita com o momento da enunciação, mediado pelos sinais de pontuação. Ao falar dos sinais de interrogação afirmam: *“esses recursos não têm apenas valor lingüístico, visam a indicar também a mímica, a expressão do corpo e do espírito que acompanha e valoriza a pausa lingüística.”*

Depreende-se, daí, uma outra oposição: a escrita tem relação com a enunciação. Os recursos lingüísticos podem ser preenchidos pelo corpo e seus recursos expressivos. A eficácia comunicativa pode ser alcançada por recursos que não os ligados à língua.

É mais significativa ainda a descrição do ponto de exclamação:

*É o sinal que se pospõe a qualquer enunciado de entonação exclamativa. Mas, como a melodia das exclamações apresenta muitas variedades, o seu valor só pode ser depreendido do contexto. Cabe, pois, ao leitor a tarefa, extremamente delicada, de interpretar a intenção do escritor, de recriar, com apoio em um simples sinal, as diversas possibilidades da inflexão exclamativa e, em cada caso, escolher dentre elas a mais adequada- se se trata de uma expressão de espanto, de surpresa, de alegria, de entusiasmo, de cólera, de dor, de súplica, ou de outra natureza.*

Em sua conclusão, definem pontuação como o ato de *“sinalizar gramatical e expressivamente um texto. O emprego inadequado de um sinal de pontuação pode não só prejudicar, mas até alterar o seu sentido. Cumpre, pois, utilizar com precisão tais sinais.”* Aparece, enfim, o reconhecimento de que se produz linguagem por meio de texto e não de palavras ou frases isoladas. Emerge, da conceituação de pontuação a noção de processo de textualização.

Aqui se percebe a terceira oposição: a negação da clareza como modelo a ser alcançado. Na passagem acima, reconhece-se o caráter ambigüizador da pontuação, pois, por meio dela, podem ser alterados os sentidos do que se é dito, transformando os signos verbais em armadilhas com as quais se deve ter cuidado.

Mais adiante afirma:

*Além de sua função lingüística, a pontuação tem uma utilidade social. Um texto mal pontuado é de acesso difícil e, em geral, deixa no leitor uma penosa impressão de ignorância, ou de desleixo, daquele que o escreveu. E dar de si uma tal impressão pode ter repercussões nefastas na vida prática..*

Assim, o discurso gramatical sobre a pontuação manifesta sobre o sujeito que produz linguagem uma percepção de autonomia sobre a língua. As transgressões, assim, não rompem com a imagem da gramática como totalizante, pois já estão previstas nas descrições das regras: estas não são rígidas, pois prevêm o recurso da expressividade como soberano. Em outras palavras, a gramática prevê, na descrição da pontuação, possibilidades de não obediência às regras, assim, seu usuário não cometerá transgressões, visto que já estão previstas. Isso significa dizer que ao sujeito usuário da língua não cairão sanções, pois a norma prevê que haja tal desobediência.

Essa FD materializa-se em um discurso do gramático, que pretende determinar regras sobre o uso, por se tratar de uma gramática normativa, ao mesmo tempo em que essa mesma voz reconhece que o sujeito produz linguagem a partir de intenções e estilos originados na sua subjetividade.

Dessa posição sujeito que prevê possibilidades de expressão e de subjetividade do sujeito produtor de linguagem, constrói-se sobre o sujeito produtor de linguagem uma imagem de autonomia sobre a língua, e sua opacidade, em que os sentidos não são exatos, mas passíveis de ambigüidades, visto não ser esta transparente.

Também nessa gramática, explicita-se, na materialização dessa posição-sujeito, o caráter heterogêneo dessa FD discursiva materializando essa contradição: de um lado, a possibilidade de um conjunto de regras que devem ser seguidas na busca da clareza na comunicação, de um outro, uma possibilidade de manifestação de uma subjetividade de quem escreve.

### 5.2.3. Gramática Normativa de Rocha Lima

A marca mais significativa da descrição da pontuação em Rocha Lima é a caracterização desta como manifestação da corporalidade da voz e a ausência de sanções às desobediências às regras. O que se mantém é sua relação com a descrição da escrita como substrato da oralidade, na medida que a descreve como manifestação da corporalidade da voz na escrita. A relação da oralidade é marcada em traços na escrita, seus gestos, pausas, melodia e entonação.

A *Gramática Normativa* de Rocha Lima (Rocha Lima 1972:458) descreve a pontuação como *"As pausas rítmicas, - assinaladas na pronúncia por entoações características e na escrita por sinais especiais-,..."*.

Outra característica, também em sintonia com o que se pensa sobre a relação como manifestação na escrita sobre o que se passa na oralidade, está a intenção comunicativa, da pontuação, pois, servem os sinais de pontuação para indicar:

- a) *Pausa que não quebra a continuidade do discurso, indicativa de que a frase ainda não foi concluída.*
- b) *Pausa que indica o término do discurso ou de parte dele.*
- c) *Pausa que serve para frisar uma intenção ou estado emotivo. (Rocha Lima 1972:458)*

Sobre o ponto de exclamação, a relação também se dá pela busca de manifestação na escrita, da oralidade, só que, nesse caso, indica-se a entonação que se pretende.

*Usa-se depois de qualquer palavra, expressão ou frase, na qual, com entoação apropriada, se indique espanto, surpresa, entusiasmo, susto, cólera, piedade, súplica.*

*Emprega-se, também, depois das interjeições e dos vocativos intensivos. Nota: A interjeição de espanto (oh!), que se escreve com h, é sempre seguida do ponto de exclamação. Já a interjeição de apelo (ó), não o admite depois de si: a notação vem só depois do vocativo. (Rocha Lima 1972:468)*

O mesmo se dá na descrição dos usos do ponto de interrogação:

*Usa-se nas interrogações diretas e nas indiretas livres. Depois de palavras, expressões ou frases, marcadas, na pronúncia, por entoação ascendente.*

*Nas interrogações indiretas puras, não há sinal gráfico, nem entoação ascendente.*

*Nota: Às vezes, aparecem juntos o ponto de interrogação e o de exclamação, quando há concomitantemente entoação interrogativa e exclamativa. (Rocha Lima 1972:469)*

Quanto ao uso das reticências, sua elaboração tem a ver com o momento da enunciação, ou ao que Authier-Revuz denomina modalização autonímica, quando o discurso aponta para si mesmo. Ao descrever as reticências, o gramático aponta para a possibilidade de se referir à situação de produção, momento da enunciação do discurso escrito, indicando que se trata de fragmentação de um discurso.

*Para indicar, nas citações, que foram suprimidas algumas palavras. Isto acontece quando, transcrevendo um trecho longo, não o apresentamos integral; omitimos o que não interessa imediatamente aos nossos propósitos.*

*Usadas no início da citação, servem de mostrar que o trecho transcrito pertence a uma frase que não foi copiada desde o princípio. Por isso, começa-se com letra minúscula.*

*Usadas no fim, são sinal de o termo da citação não coincidir com o fim da frase de onde ela foi tirada.*

*Para indicar uma interrupção violenta da frase, que fica truncada ou incompleta.*

*Para indicar, no corpo da frase, pequenas interrupções que mostram hesitação, ou dúvida, ou fatos que se sucedem espaçadamente.*

*Para indicar, no fim de uma frase gramaticalmente completa, que o sentido vai além do que ficou dito. Têm as reticências larga vida na poesia, pelo seu grande poder de sugestão.*

*Para indicar que o pensamento enveredou por caminho imprevisto, inesperado, decaindo, geralmente, para o chiste ou para a ironia. (Rocha Lima 1972:469)*

Enfim, a descrição dos sinais de pontuação acaba por apontar possibilidades de, na escrita, fugir dos sentidos explícitos, pois permite a manifestação da emoção do sujeito produtor de linguagem quando, na descrição das reticências, apresenta-se a possibilidade de omissão do que não interessa aos propósitos de quem escreve; ou ainda, para indicar que o sentido do que foi dito está incompleto, ou seja, a própria escrita reconhecendo a possibilidade de não haver exigência à completude, também

manifestado na possibilidade de se “indicar uma interrupção violenta da frase, que fica truncada ou incompleta” sem que isso caracterize erro.

Desse modo, enquanto na descrição das normas em conteúdos como fonética e fonologia, sintaxe ou morfologia, manifesta-se a busca pelo ideal de completude representado pela oralidade, forma completa de representação, imitada pela escrita, na pontuação, a descrição das regras explicitam possibilidades de expressão que permitam manifestações incompletas, frases truncadas, interrompidas bruscamente e manifestadas pelo uso de sinais como as reticências.

Cria-se, dessa forma, uma imagem de sujeito para quem as possibilidades de significação dos sinais de pontuação vão além da mera reprodução de enunciados gramaticalmente corretos. A expressão está correta se conseguir manifestar o pensamento de quem a produz, mesmo que venha em sentenças incompletas ou frases truncadas. A imagem do sujeito que produz linguagem é de autonomia em relação às regras estabelecidas pelo uso e o conceito de língua que se constrói é de uma forma de expressão opaca, não transparente.

Da FD da autoria do gramático materializa-se a contradição em uma descrição exaustiva de possibilidades de comunicação e de uma outra que prevê possibilidade de se produzirem sentenças a partir de um estilo pessoal de escrever.

#### **5.2.4. Gramática - como se Aprende a Língua de A.de Sampaio Dória**

Também os sinais de pontuação têm como função a clareza do pensamento, a eficiência na comunicação na Gramática de Sampaio Dória. “Cada um deles tem sua razão de ser, e todos o motivo lógico da clareza e do menos esforço” (...) (1953:310), mas, o que difere, e tem prioridade é o bom gosto, pois “A observação dos usos clássicos sobre a pontuação não autoriza, como em outros problemas, a inferir regras sempre obrigatórias. Alguns escritores são redundantes, e outros parcios no pontuar em que o bom gosto é o árbitro soberano.” (1953: 310). O que confirma minha hipótese: o

ideal de clareza da gramática é suplantado por outros, seja a busca por um estilo pessoal de escrever, a harmonia dos enunciados decididos a partir do desejo do emissor, como Sampaio Dória afirma, árbitro soberano.

Outro ponto importante percebido na descrição sobre pontuação tem a ver com sua relação com a oposição escrita/oralidade: a busca pela clareza e pelo menor esforço, a obediência à estrutura do discurso, a busca por manter na escrita a clareza e respiração da fala, a marca da racionalidade, ao indicar clareza, ou distinção de idéias: razão dos sinais de pontuação é *“a clareza e do menor esforço.”*

*a clareza e do menor esforço.” Buscando os seguintes propósitos: “1º) separar os elementos sintáticos, os sentidos parciais na estrutura do discurso; 2º) acentuar a interdependência entre as partes que se separam; 3º) indicar pausas, para facilitar a clareza das frases, e a respiração da leitura. (1953:311)*

Essa abordagem reflete o pensamento de Vendenina (1980:33-40), para quem a função semântica da pontuação consiste em auxiliar a ordem das palavras e o léxico na construção da enunciação, seja como elemento periférico de valor sintático, ou como valor comunicativo, visto que a alteração ou ausência de um sinal modificaria todo o valor do enunciado.

Essas definições retomam conceitos da Filosofia da Linguagem, principalmente nas formulações feitas a partir de Grice, em que os sentidos são pensados como intenção do falante, comunicada ao ouvinte, segundo um desejo de formular sentenças, manifestando a visão de um sujeito dono de intenções comunicativas anteriores ao seu próprio dizer.

Percebe-se, nessas definições, a idéia de um escritor marcado pela imagem de um leitor que deve ser conduzido com entonações específicas, acentos, pausas e qualidades de voz manifestadas na escrita pela pontuação. Essa necessidade discursiva refere-se à textualização do político de “controlar” “administrar” as interpretações do interlocutor

Uma outra característica, comum à maioria das gramáticas, é a aceitação de que as regras, ou normas, não são sempre obrigatórias, pois a prioridade deve ser dada ao efeito que se busca produzir, visando principalmente o bom gosto. Como diz o gramático:

*A observação dos usos clássicos sobre a pontuação não autoriza, como em outros problemas, a inferir regras sempre obrigatórias. Alguns escritores são redundantes, e outros parcos no pontuar. Não obstante, pontuações há obrigatórias, e outras em que o bom gosto é o árbitro soberano. (SAMPAIO DÓRIA1953:311)*

Enfim, a análise feita a partir de recortes da gramática de Sampaio Dória confirma minha hipótese nesse trabalho: a gramática apresenta duas perspectivas antagônicas sobre o sujeito produtor de linguagem, um submetido a um ideal de clareza, de sentidos exatos a partir de um pensamento cujo modelo é lógico, e um outro muito mais aberto a possibilidades de significação que transcende os limites propostos pela gramática, em função do bom gosto, da harmonia dos enunciados.

A mesma FD materializa-se em uma posição sujeito credita ao bom gosto, à harmonia dos enunciados ao estilo do sujeito que comunica. A imagem do sujeito que produz linguagem é de autonomia, de liberdade criadora em uma língua que deve ser usada com liberdade que é condicionada pela harmonia criadora.

Essa posição-sujeito manifesta-se na contradição: de um lado a descrição de uma língua sustentada na tradição do uso, da clareza buscada incessantemente, de um outro, a possibilidade de se manifestarem usos decorrentes de um estilo pessoal de escrever, visto não serem as regras sempre obrigatórias.

#### **5.2.5. A Gramática Metódica da Língua Portuguesa de Napoleão Mendes de Almeida**

A característica mais marcante da definição de Mendes de Almeida da pontuação é sua possibilidade de expressão da subjetividade. Para a gramática aqui analisada, a

pontuação faz parte da sintaxe. O gramático retoma a definição de Julio Ribeiro, para quem *“a pontuação é a ‘arte de dividir, por meio de sinais gráficos, as partes do discurso que não têm entre si ligação íntima, e de mostrar do modo mais claro as relações que existem entre essas partes.” (1999:570)*

Assim, *“São as seguintes as notações de pontuação usadas em português, que se dividem em três classes: objetivas, subjetivas e distintivas. (Mendes de Almeida, 1999:570)*

Na gramática agora analisada, o conteúdo sobre pontuação é dividido em sinais objetivos (vírgula, ponto e vírgula, dois pontos e ponto final), b) subjetivos (ponto de interrogação, ponto de exclamação, reticências e parênteses), c) distintivos (aspas, travessão, parágrafo, chave, colchetes e asterisco).

Na descrição dos parênteses, o autor remete ao capítulo sobre fonética e ortografia para rever o conceito de parênteses. Assim, temos mais claramente colocado o caráter subjetivo da pontuação, indiciado pela divisão objetivo/subjetivo de alguns sinais, mas cujo critério superior é a coerência e raciocínio de quem o usa. Segundo Mendes de Almeida (op.cit.)

*o assunto tem o seu quê de subjetivo, como de subjetivo tem o problema da pontuação, mas requer coerência de procedimentos. Não estamos pedindo patente de inovação para essa norma, mas é apoiada (nem poderia deixar de ser) em fatos e (salvo melhor juízo) em raciocínio, seja como for, é provocação e (quem sabe?) uma achega para os estudiosos do idioma...). (Mendes de Almeida, 1999:176)*

Há, nessa passagem, o reconhecimento da falha constitutiva do discurso gramatical, uma lacuna impossível de ser preenchida.

Embora o ponto final faça parte dos sinais objetivos, Napoleão deixa entrever seu caráter subjetivo. *“Regra, porém, não há, nem pode haver, para a divisão dos períodos gramaticais. É assunto que depende em grande parte do autor, pertencendo-lhe ao estilo: Do critério e traquejo literário do escritor depende a boa divisão dos períodos no desenvolvimento de qualquer assunto.” (Mendes de Almeida, 1999:578)*

O caráter subjetivo da pontuação aparece também quando, ao falar do ponto de exclamação que pode expressar, ao mesmo tempo, dois “sentimentos”, justificando, assim, seu caráter subjetivo. Também há aqui o reconhecimento de que as regras não dão conta de todas as possibilidades de enunciação.

Quanto às reticências, estas servem para indicar, além da interrupção ou suspensão, hesitação. De novo aparece a relação da pontuação com a subjetividade de quem escreve, ou mais especificamente, uma intenção comunicativa.

Essa F.D. constitui uma mesma posição sujeito para a qual a pontuação é expressão da subjetividade de quem produz linguagem, assim como do estilo de quem escreve, submetido mais à coerência e à intenção comunicativa, do que às regras da gramática, ao mesmo tempo em que o espaço para as manifestações do estilo somente é permitida aos escritores. Aos usuários comuns, resta somente o lugar da repetição das estruturas descritas pela gramática.

#### **5.2.6. Nossa Gramática - Teoria e Prática de Luiz Antonio Sacconi**

A pontuação equilibrando o texto é a marca principal da definição de Sacconi., assim como ausência de rigidez ao pontuar, visto a intenção de pontuar estar relacionada ao estilo do escritor e à busca pelo equilíbrio da oração, a correção, a elegância e a simplicidade.

Da descrição da pontuação, na Gramática aqui analisada, chamam atenção, as seguintes afirmações:

*É aconselhável que cada assunto represente um período. Isso não significa que todos os períodos devam ser curtos, nem que toda frase deve ter um só verbo. Às vezes um pensamento necessita de certos esclarecimentos, o que força a multiplicidade de orações. (Sacconi, 1996:448)*

Observamos a relação pensamento e linguagem em que esta tem como função manifestar o primeiro, ou seja, a linguagem tem como função primordial representar claramente a lógica do pensamento. Dessa afirmação emerge uma posição sujeito relacionada à filosofia

da linguagem, representando uma reflexão sobre a funcionalidade da língua. Assim, cabe ao gramático organizar regras que otimizem a manifestação do pensamento de quem a usa. Desse modo, à pontuação também cabe a função de melhor organizar o pensamento em função de necessidades práticas.

E logo em seguida: “A consequência desse modo de proceder são três qualidades do estilo: a correção, a elegância e a simplicidade.” Amplia-se, desse modo, o caráter utilitário da pontuação: a busca pela funcionalidade em detrimento, inclusive, da obediência às regras. Surge, daí, uma descrição do uso agora originado não mais nessa necessidade, mas agora na possibilidade de se alcançar um modelo de texto relacionado ao estilo, elegância, etc. em oposição a uma necessidade de desambigüização e de clareza.

Também aqui o discurso do gramático origina-se de uma F.D. heterogênea, em que a língua, a gramática e o sujeito usuário da gramática e produtor de linguagem entra em contradição.

Sobre o ponto é dito: “O ponto é, hoje, muito usado no lugar da vírgula, constituindo-se, assim, numa característica do estilo do escritor. (Sacconi, 1996:448)

Afirma-se, sobre o parágrafo, que :

*Não existem normas rígidas a que o escritor deva obedecer a fim de abrir parágrafo. O bom escritor sabe estabelecer o equilíbrio do seu trabalho, não deixando desnecessariamente num único parágrafo frases curtas nem transformando o seu escrito num bloco monolítico. (Sacconi, 1996:468)*

Na gramática de Luiz Antonio Sacconi, *Nova Gramática. Teoria e Prática* a pontuação: “É o conjunto de sinais gráficos destinados a indicar pausa mais ou menos acentuada de caráter objetivo, subjetivo ou distintivo.” (Op. Cit.) Ainda que amplie a significação em relação à objetividade ou subjetividade, relaciona-se a pontuação à oralidade, manifesta uma reflexão sobre a complexidade da constituição da linguagem.

## CAPÍTULO 6

Mas que quer dizer esse poema? – perguntou-me alarmada a boa senhora.

– E o que quer dizer uma nuvem? – retruquei triunfante.

– Uma nuvem? – diz ela – Uma nuvem umas vezes quer dizer chuva, Outras vezes bom tempo...

(Mario Quintana)

### 6. Considerações finais

A análise mostrou diferentes concepções de pontuação estabelecendo espaços distintos de enunciação, em que se apontam visões do sujeito enunciador, constituído pela língua que fala/escreve: marcado pela busca da racionalidade, clareza, estética, relação com a oralidade, pela necessidade de marcar-se na língua que fala, e pela necessidade incessante de produzir sentido. Mas, o que a princípio parece ser uma diferença, mostra-se como se constitui a imagem do enunciador fragmentando-se em espaços de enunciação construídos na discursividade instaurada pela gramática.

Nessa posição, estão tornados visíveis discursos que manifestam percepções diferentes de linguagem em que o intradiscorso se marca. O imaginário de correção, exatidão, é, então suplantado por percepções distintas de linguagem, no dizer de Aurox (1992) *práticas lingüísticas humanas* e, portanto, políticas.

Assim, a ausência de consenso sobre a abordagem da pontuação quanto ao seu caráter representativo do oral ou como oposição objetividade/subjetividade da língua, acaba manifestando uma ruptura sobre o lugar de enunciação previsto para o sujeito letrado que usa a gramática normativa. É no espaço da descrição das regras de pontuação que o discurso gramatical reconhece sua incompletude, a impossibilidade de fechamento da norma prevista.

Por outro lado, é nesse espaço em que há a sobreposição, ou inversão na relação entre dois lugares de enunciação claramente delimitados: o lugar do gramático, que estabelece possibilidades do dizer, e o lugar do autor da escrita, que se submete às

regras gramaticais. Na pontuação, o gramático reconhece a impossibilidade da gramática e de suas regras de darem conta das várias possibilidades que a pontuação abre aos discursos que podem ser produzidos, recorrendo à subjetividade para dar conta do que as regras não dão.

Assim, por um lado a gramática, como instrumento lingüístico, não se permite deixar lacunas na sua regularização, por outro, a descrição dos conteúdos sobre pontuação, na totalidade dos autores estudados, descreve possibilidades de usos de sinais como expressão de uma intenção que se encontra fora da textualização, na intenção do autor, sendo, portanto, ambígua e fora do controle da regra.

O caráter polivalente da pontuação permite observar quais os lugares da enunciação do sujeito produtor de linguagem, qual o estatuto do conceito de língua e qual a concepção de sujeito e sua relação com a linguagem e com o sentido.

Há de um lado um sujeito que produz linguagem de forma autônoma, visto que as transgressões permitidas pela pontuação não rompem com a imagem da gramática como totalizante, pois já estão previstas nas descrições das regras: estas não são rígidas, pois prevêm o recurso da expressividade como soberano, como vemos no exemplo de Sampaio Doria, visto na análise: “A observação dos usos clássicos sobre a pontuação não autoriza, como em outros problemas, a inferir regras sempre obrigatórias.”

O discurso da gramática situa-se, então, em um espaço em que as intenções estético-expressivas se sobrepõem à noção de norma. Contudo, quando trata de outros conteúdos, seja morfologia, ou sintaxe, a clareza dos sentidos é buscada incessantemente, como a análise mostrou. É necessário ressaltar, contudo, que não nos propomos analisar exhaustivamente todas as gramáticas, visto que seria impossível, em virtude da quantidade de exemplos e ainda por ser desnecessária diante do objetivo aqui proposto.

Assim, o que se coloca aqui é que a gramática organiza as regras de um falar constituído em detrimento de outros dizeres, da norma popular, por exemplo. A sua opção continua pelo modo de dizer da norma culta, cujas regras dizem respeito a um modo de falar padrão de uma determinada classe social. Contudo, ao pressupor que tais regras não são rígidas e devem ser rompidas em favor da expressividade, abre-se espaço para outros modos de expressão, ou seja, ao falar de pontuação, rompe-se com o estatuto da gramática e se constrói um outro, mais relacionado com os processos de textualização.

Esse tipo de questão nos leva a esta unidade de sentido na qual funcionam os enunciados: o texto. No entanto, o texto não se trata de uma reunião de enunciados, mas uma unidade de sentido formada por sequências linguísticas que se remetem a um sujeito em um acontecimento discursiva.

O processo de desobediência às regras aqui não mais funciona como excludente, pois é previsto pelo discurso da gramática. Constitui-se, desse modo, no discurso gramatical, uma lacuna que o estatuto da pontuação e sua configuração como signo extra lingüístico normaliza. Em outras palavras, se a pontuação é uma categoria de termos gráficos que não são palavras, mas marcas usadas para informar sobre as relações estruturais entre os elementos de um texto, funcionando em conjunto com as fontes tipográficas, a obediência às regras está sustentada em outro lugar, não mais na normatividade da gramática, mas em conhecimentos de textualização que fazem parte do processo de letramento pelo qual passa o sujeito no processo de aquisição da escrita.

Nesse sentido, a visão totalizante buscada pela gramática normativa é ameaçada pela possibilidade de uma necessidade discursiva que se constrói na enunciação, uma situação real de uso, sobre a qual não se tem controle, pois, como afirma Guimarães (2002) cada enunciado é único, na medida em que cada situação enunciativa é determinada por variantes sem controle. Ou seja, sujeitos reais, em situações reais de uso da língua, fazem opções por usos determinados, mesmo que isso incorra em desobediência às regras gramaticais, elaboradas a partir de uma norma escolhida como

padrão de uso. Essa desobediência manifesta-se, contudo, como regularidade, visto que sua previsão indica reconhecimento de uma existência anterior, ou pelo menos uma possibilidade de existência.

Desse modo, as construções imaginárias criadas pelas regras, ou sua ausência, possibilitam perceber duas possibilidades de textualização: uma primeira em que um sujeito se submete à língua que fala sem dela poder fugir, e uma segunda, que abre possibilidades de uma real autoria no dizer. Porém, a criatividade do sujeito escritor está ligada à criatividade pressupostas do leitor, pois é este quem atribuirá sentido aos sinais usados pelo escritor.

A tendência à unificação é, então, suplantada por uma liberdade estético-expressiva motivada, não pela ignorância das regras, mas pela obediência a uma regra que prevê em si mesma uma intenção criadora e criativa. A transgressão é ressignificada, passando a ser vista como expressão “regulamentada”. Contudo, essa liberdade criadora é restrita à escrita. O direito a enunciar manifestando subjetivamente só deve existir na escrita, pois a pontuação configura as regras do bem escrever e não do bem dizer. Esse bem escrever é tido como aqui como o bom uso da língua, inferido como a adequação à norma culta, instituída pela descrição das regras.

Assim, as gramáticas, mesmo a normativas, não podem negar a predisposição que têm os sinais de pontuação de propiciar a que escreve uma certa *fuga consentida*, uma possibilidade de manifestação do duplo sentido, do ambíguo, da criatividade, que pode ser também interpretado como uma estratégia de construir uma imagem do sujeito da enunciação capaz de romper com a norma e criar a partir dos sinais de pontuação.

É nessa ilusão que se assenta o discurso sobre a pontuação que produz linguagem a partir dela: a da fuga da literalidade, dos sentidos sempre explícitos, claros, nunca ambíguos. A ambigüidade ou é considerada desvio intencional de discursos específicos da linguagem literária ou publicitária, ou erro, quando usada na linguagem comum, mas, na pontuação é vista como explicitação de um dizer que é, acima de tudo, comunicativo. É assim que, ao apontar possibilidade de marcar a língua com a

criatividade do sujeito que produz linguagem, a pontuação debilita a imposição da norma sobre o que pode e deve ser dito.

É o discurso da gramática intervindo nas relações discursivas, por meio de uma da crença de que os mecanismos de controle e regulação da sociedade não existem, que as diferenças são possíveis e aceitas, e os mecanismos de regulamentação são estabelecidos pelos locutores na enunciação. É quando aponta a possibilidade de os sujeitos serem a origem dos sentidos que se sustenta um ideal de igualdade determinante da identidade de quem produz textos pontuados a partir da lógica preexistente. Cria-se, também a ilusão de que o discurso da gramática reconhece as diferenças da (s) prática (s) languageira (s).

Se por um lado a regra divide o correto e o incorreto no domínio da possibilidade de dizer, segundo Auroux (1998) ao apontar possibilidades de se dizer fugindo a regra, não significa que o sujeito está livre para dizer como lhe convier. Significa somente, que se cria um outro mecanismo de controle, aquele em que a ilusão da literalidade é ofuscada por uma outra, a da não literalidade.

## BIBLIOGRAFIA

AGUSTINI, Carmem L. H. - A enunciação do transbordamento das regras: a estilística no discurso da gramática. Tese de Doutorado. IEL/ UNICAMP, 2003.

\_\_\_\_\_. Dobras interdiscursivas e efeitos imaginários: a ilusão de subjetividade. Unicamp/ IEL. Dissertação de mestrado. 1999.

ALMEIDA, Napoleão Mendes- Gramática Metódica da língua Portuguesa. São Paulo, Saraiva, 1999.

ASSIS, M.- *Memórias Póstumas de Brás Cubas*. São Paulo; Abril Cultural, 1978.

AUROUX, Sylvain- *A revolução tecnológica da gramatização*. Campinas, Editora da UNICAMP, 1992.

\_\_\_\_\_- *A filosofia da linguagem*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1998.

AUTHIER, Jacqueline- Parler avec des signes de ponctuation, ou: de la typographie à l'enonciation. *DRLAV*. 17. p 76-87 Paris: Université de Paris, Centre de Recherche, 1978.

BAKHTIN, Mikhail- *Marxismo e filosofia da linguagem*. Paulo: Hucitec, 1992.

BAYARD, E. *Ler e dizer – Compreensão e Comunicação do Texto Escrito*. São Paulo, Cortez, 2001.

BALDINI, Lauro- A NGB e a autoria no discurso gramatical. In: Línguas e instrumentos lingüísticos nº 1. Campinas, Pontes, 1998.

\_\_\_\_\_- João Ribeiro e Mattoso Câmara entre os fatos da linguagem. In: ORLANDI, Eni P. e GUIMARÃES, Eduardo (orgs. ). *Institucionalização dos Estudos da Linguagem*. Campinas: Pontes, 2002.

BECHARA, E. *Moderna gramática portuguesa*. São Paulo: Ed. Nacional. 1988

BENVENISTE, E. Problemas de Lingüística Geral II. Campinas, SP: Pontes: Ed. UNICAMP, 1989.

BERNARDES, Ana C. de Aguiar- Pontuando alguns sinais de pontuação. Campinas, 2002. Tese de Doutorado.

BOURDIEU, P. "A Economia das Trocas Lingüísticas". In: Bourdieu, P. (1998). A economia das trocas lingüísticas. São Paulo, Edusp, 1980.

CASEVITZ, Michel e Charpin FRANCIS- 'A herança greco-latina.' In: BAGNO Marcos (org. ) - *Norma lingüística*. São Paulo, Ed. Loyola, 2001.

CAGLIARI, Luis Carlos- 'Breve história dos sinais de pontuação'. In: CAGLIARI, Luis Carlos & MASSINI-CAGLIARI- Gladis- *Diante das letras. A escrita na alfabetização*. Campinas, Mercado das Letras, 1999.

CÂMARA, J. M. *Filologia e gramática*. Rio: J. Ozon Ed. 1973

\_\_\_\_\_ *Manual de expressão oral e escrita*. Petrópolis, Vozes, 1986.

\_\_\_\_\_ *Considerações sobre o estilo*. In: UCHÔA, Carlos Eduardo Falcão- *Dispersos de J. Mattoso Câmara Jr.* Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1972.

CATACH, N. *La ponctuation*. Paris: P. U. F. 1994

\_\_\_\_\_ "La ponctuation" in *Langue Française*. Paris: Larousse, 1980. nº45, 16-27.

CEGALLA, Domingos Paschoal- *Novíssima Gramática da Língua Portuguesa*, São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1990.

CORRÊA, M. G. L. G. *Leitura e produção de textos: processos interferentes*. In: *Seminário do grupo de estudos lingüísticos do estado de São Paulo, 41. Estudos Lingüísticos XXIII/ Anais de Seminário do GEL, v. 1*). 1994

CUNHA, Celso Ferreira. da. *Gramática moderna*. Belo. Horizonte: Ed. Bernardo Álvares. 1971

\_\_\_\_\_ Gramática da Língua Portuguesa, Rio de Janeiro, FAE, 1994. p 591.

\_\_\_\_\_ *Gramática da Língua Portuguesa*. São Paulo, FAE, 1994.

DAMOURETTE, J. - *Traité moderne de ponctuation*, Paris, Larousse, 1939.

DIAS, L. F. . Enunciação e gramática: o papel das condições de emprego da língua. *Letras* (Santa Maria), v. 33.

DÓRIA, A. de Sampaio- *Gramática- como se aprende uma língua*. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1953. p. 310.

DRILLON, J. *Traité de la ponctuation française*. Paris: Gallimard, 1992

DUCROT, O. - *O dizer e o dito*. Campinas, Ed. Pontes, 1987.

\_\_\_\_\_ *Princípios de Semântica Lingüística: Dizer e Não Dizer*. São Paulo: Cultrix. (1972).

FAYOL, M. "Une approche psycholinguistique de la ponctuation - Étude en production et compréhension" in *Langue Française*. Paris: Larousse, 1989, nº 81, p. 21-39.

FOULIN, J-N, CHANQUOY, L. & FAYOL, M. "Approche en temps réel de la production des connecteurs et de la ponctuation" in *Langue Française*. Paris: Larousse, 1989, nº 81, p. 5-20.

GALLO, Solange Leda- *O ensino da língua escrita x o ensino do discurso escrito*. UNICAMP, 1989. Dissertação de Mestrado.

\_\_\_\_\_ - *Como apreender essa matéria. Análise discursiva do texto na escola*, Tese de Doutorado, UNICAMP/IEL, 1994.

\_\_\_\_\_ *Autoria: questão enunciativa ou discursiva?* In: *Revista Linguagem em (Dis)curso*, volume 1, número 2, jan./jun. PPGCL/Unisul .2001.

GOMES, Alfredo- *Noções de Língua Portuguesa*, Rio de Janeiro, Livraria Francisco Alves, 1958. p. 26.

GOES, Carlos & PALHANO, Herbert- *Gramática da Língua Portuguesa*, Rio de Janeiro, Editora Francisco Alves, 1963. p. 239.

GUIMARÃES, E. – *Texto e argumentação. Um estudo das conjunções do Português*. Campinas, Pontes, 1987.

\_\_\_\_\_ - *Enunciação e história*. In: História e sentido na linguagem. Campinas, Pontes, 1989. *Eduardo Guimarães, org.*

\_\_\_\_\_ Os limites do sentido. Campinas, Pontes, 1995.

\_\_\_\_\_ - *Língua e Enunciação*. In. Caderno de Estudos Lingüísticos. Jan/Jun. Campinas, UNICAMP/Iel. 1996a

\_\_\_\_\_ e Orlandi, Eni P. (orgs. ). *Língua e Cidadania*. Campinas: Pontes, 1996b.

\_\_\_\_\_ 'Para uma história dos estudos sobre a linguagem.' In: *-Línguas e instrumentos lingüísticos 8*. Campinas, Pontes, 1998.

\_\_\_\_\_ 'Entre o estilístico e o gramatical: Mattoso Câmara na história da Lingüística no Brasil.' In: Eni P. Orlandi; Eduardo Guimarães. (Org.). *Institucionalização dos Estudos da Linguagem: a disciplinarização das idéias lingüísticas*. Campinas, 2002a v. 1

\_\_\_\_\_ Semântica do Acontecimento. Campinas, SP. Pontes. 2002b.

\_\_\_\_\_ Uma política da Língua em Said Ali (O culto como norma e recusa de purismo). Revista da ANPOL, nº 8. 2004.

\_\_\_\_\_ Semântica e Pragmática. In: *Introdução às ciências da Linguagem: a palavra e a frase*. São Paulo, Ed. Pontes, 2006.

GRUAZ, C. -Recherches historiques et actuelles sur la ponctuation. In *Langue Française*. Paris: Larousse, 1980, -15.

HAROCHE, C. *Fazer dizer, querer dizer*. São Paulo, HUCITEC, 1992.

HAVELOCK, Eric -*A equação oralidade-cultura escrita: uma fórmula para a mente moderna*. In: *Cultura escrita e oralidade*. São Paulo, Ed. Ática, 1995.

\_\_\_\_\_ -*Preface to Plato*. Cambridge, Mass, Harvard University Press. 1963.

HENRY, P. – *A ferramenta Imperfeita. Língua, sujeito e discurso*. Campinas, Ed. da Unicamp, 1992.

INDURSKY, F.- O MST e o discurso da subsistência na imprensa brasileira. *Verso e Reverso*, São Leopoldo, nº 37, p. 133-147, 2003.

KERBRAT-ORECCHIONI, C.- *L'Enonciation de la Subjectivité dans le Langage*. Paris: Armand Colin. 1980

KATO, Mary- *No mundo da escrita: uma perspectiva psicolingüística*. São Paulo, Ática, 1986.

LAGAZZI, Suzy- *A história na língua*. In: *Línguas e instrumentos lingüísticos*, 7. Campinas, Pontes, 2002.

LEBLANC, Julie- *La Ponctuation face à la theorie de l'énonciation*. In: *À qui appartient la ponctuation*. Paris, De Bocck & Larcier s. a. 1998.

LIMA, Rocha- *Gramática Normativa da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro, José Olympo Editora, .

LIMA, Mário Pereira de Souza- *Gramática Expositiva da Língua Portuguesa para uso das escolas secundárias*. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1937. p. 338.

LUFT, C. P. – *A vírgula*. São Paulo, Editora Ática, 1998.

MACHADO FILHO, Américo V. Lopes- *A pontuação em manuscritos medievais portugueses*. Dissertação de mestrado, Universidade Federal da Bahia. 1999.

MAINGUENEAU- Dominique- *Análise do discurso: questão de fundamentos*. In: *Cadernos de Estudos Lingüístico* 19. Campinas, UNICAMP/IEL. 1990.

MARCUSCH, Luis Antoni- *Da fala a escrita. Atividade de retextualização*. São Paulo, Cortez, 2003.

MENDES DE ALMEIDA, Napoleão- *Gramática metódica da língua portuguesa*. São Paulo, Saraiva Ed. 1999.

OLSON, David R. & TORRANCE, Nancy- *Cultura escrita e oralidade*. São Paulo, Ática, 1995.

ORLANDI, E. – *Discurso, imaginário social e conhecimento*. In Aberto, Brasília, ano 14, n.61, jan./mar. 1994

\_\_\_\_\_ *Interpretação*. Petrópolis, Vozes, 1996a.

\_\_\_\_\_ *A Linguagem e seu funcionamento. As formas do discurso*. Campinas, Pontes, 1996b.

\_\_\_\_\_ *Exterioridade e ideologia*. In: Caderno de Estudos Lingüísticos, Jan/Jun. UNICAMP/IEL. 1996c.

\_\_\_\_\_ (org.)-*Construção do Saber Metalingüístico e Constituição da Língua Nacional*. Campinas, SP: Pontes; Cáceres, MT: Unemat, 2001.

\_\_\_\_\_ (org.). *História das Idéias Lingüísticas*. Campinas: Pontes; Cáceres: Unemat, 2001a.

\_\_\_\_\_ (org.). *História das Idéias Lingüísticas: Construção do Saber Metalingüístico e Constituição da Língua Nacional*. Campinas/Cáceres: Pontes/Unemat, 2001b.

\_\_\_\_\_ *Língua e Conhecimento Lingüístico*. São Paulo: Cortez, 2002.

\_\_\_\_\_ 'Ponto Final- Pontuação, Interdiscurso, Incompletude.' In: *Texto e Discurso: formulação e circulação dos sentidos*. Campinas: Pontes, 2002.

PAGOTTO, Emilio Gozze- *Gramatização: entre o discurso polêmico e o científico*. 'In: ORLANDI, Eni (org.)-*História das Idéias Lingüísticas*, Cáceres/Campinas, UNEMAT/PONTES, 2001.

PATTANAYAK, D.P.-A cultura escrita: um instrumento de opressão. In: OLSON, David R. e TORRANCE, N. (Org.)-Cultura escrita e oralidade.São Paulo, Ed. Ática, 1995.

PEREIRA, Aparecida- A oralidade letrada de lideranças não escolarizadas. Unicamp, 1997. Tese de doutorado.

PFEIFFER, Claudia Castellanos- A língua Nacional no Espaço das Polêmicas do Século XIX/XX. In: *História das Idéias Lingüísticas. Construção do Saber Metalingüístico e constituição da Língua Nacional*. Cáceres, Pontes/UNEMAT, 2001.

\_\_\_\_\_ Bem dizer e retórica. Um lugar para o sujeito. Unicamp, 2000. Tese de Doutorado.

PRESTES, M. L. M. - A pontuação sob o ponto de vista da enunciação. In: XV Congresso Internacional de la Asociación de Lingüística Y Filología de América Latina, 2008, Montevidéo. Trabajos XV Congreso Internacional de la Asociación de Lingüística Y Filología de América Latina. Montevidéo : ALFAL, 2008. p. 1-21.

PÊCHEUX, M. – *Semântica e Discurso. Uma crítica à Afirmação do Óbvio*. Campinas, Ed. da UNICAMP, 1995.

RANCIÈRE, J.- *Políticas da Escrita*. Rio de Janeiro: Editora 34. 1995.

ROSA, Maria Carlota A. P. –Pontuação e sintaxe em impressos portugueses renascentistas. Rio de Janeiro, UFRJ, Faculdade de Letras. 1994.

ROSIER, L. – *LA PONCTUATION ET SES ACTEURS*. In: À qui appartient la ponctuation?Paris, De Bocck & Larcier. s. a, 1998.

SACCONI, Luiz Antonio- *Nossa Gramática. Teoria e Prática*. São Paulo, Ed. Ática, 1994.

SAID ALI, M. -*Gramática secundária e histórica da língua portuguesa*. Brasília, Ed. Universidade de Brasília, 1964.

SILVA, Ademar- *A relação entre a fala e a segmentação na escrita espontânea de crianças da 1ª série do 1º grau.*) Unicamp/IEL-Campinas-SP, Dissertação de Mestrado, 1989.

VAN SEVENAT, A- 'L'ACHITECTURE DES GUILLEMETS DANS L'OVRE DE JACQUES DERRIDA.' In: *À qui appartient la ponctuation?* Paris, De Bocck & Larcier. s. a, 1998.

VÉDÉNINA, L. (1973)-La transmission par la ponctuation des rapports du code oral avec le code écrit. In *Langue Française*. Paris: Larousse, n°59, p. 33-40.

Silva, Marisa Vieira- *História da Alfabetização no Brasil. A constituição de sentidos e do sujeito da escolarização.* Unicamp, 1998.

\_\_\_\_\_ Alfabetização, escrita e colonização. In: Eni P. Orlandi. (Org.). *História das Idéias Lingüísticas: construção do saber metalingüístico e constituição da língua nacional.* 1ª ed. Campinas e Cáceres: Pontes e Unemat Editora, 2001.

VIEIRA, ROCHA, Iuta L. - *Aquisição da pontuação: usos e saberes de crianças na escrita de narrativas.* Tese de doutorado, PUC. SP, 1994.

ZOPPI-FONTANA, Mônica G. – *Cidadão Modernos: Discurso e Representação Política.* Campinas, Ed. da Unicamp, 1997.